



AmlC-UA



Fénix. Revista dos Amigos do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro

2021 | 1

中华文化年刊



MACAU
UMA PORTA A ORIENTE
澳门：通往东方之门

universidade de aveiro
instituto confúcio
阿威罗大学孔子学院



FICHA TÉCNICA

图书编目数据

Fénix. Revista dos Amigos do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro 中华文化年刊

Periodicidade 出版周期

Anual 年刊

1 (2021)

Editores-chefes 主编

Carlos Morais e Guo Zhiyan

Editores associados 副主编

Han Ying e Mai Ran

Conselho editorial 编委会成员

António Manuel Ferreira

Carlos Morais

Carlos Rodrigues

Cheng Cuicui

Gu Wenjun

Guo Zhiyan

Han Ying

Mai Ran

Maria Fernanda Brasete

Nuno Dias

Rosa Lúcia Coimbra

Shao Ling

Shen Yilan

Sun Ruirui

Wang Suoying

Yu Ping

Zélia Breda

Zhang Jingwen

Secretariado 秘书

Celina Silva

Endereço 联系地址

Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro

Campus de Santiago

Universidade de Aveiro

3810-193 Aveiro

PORTUGAL

Tel.: +351 234 247 076

Revisão 校对

Carlos Morais e Mai Ran

Tradução 翻译

Guo Zhiyan e Mai Ran

Carimbo da capa 封面印章

Guo Lihui

Conceção gráfica 版面设计

Cláudia Melo e Ricardo Navega

Impressão 印刷

Clássica - Artes Gráficas. Porto

Tiragem 印数

100 exemplares

Depósito legal 法定送存

491963/21

ISSN: 2184-5123

e-ISSN: 2795-420X

URL: <https://proa.ua.pt/index.php/fenix>



Licença Creative Commons: Atribuição 4.0 Internacional
知识共享许可证：国际许可协议4.0版

© Os direitos permanecem com os autores

© 作者保留版权



universidade de aveiro
instituto confúcio
阿威罗大学孔子学院



AmlC-UA



ÍNDICE

目录

03

EDITORIAL

03 ■ Fénix: Harmonia e Interculturalidade



04

A PALAVRA AOS REITORES

04 ■ UA e China: mais de três décadas de parcerias e de diálogo

05 ■ IC-UA: uma ponte para intercâmbios linguísticos e culturais entre a China e Portugal



06

HISTÓRIA

08 ■ A Importância de Macau em quatro décadas de Relações Diplomáticas entre Portugal e a China

11 ■ Macau: recordar os desafios da transição



14

CULTURA

15 ■ Infraestruturas culturais em Macau e Portugal, nas décadas de 80 e 90 do século passado

20 ■ Centro Científico e Cultural de Macau: uma Breve Memória Pessoal (2006-2019)

22

LÍNGUA E LITERATURA

24 ■ Camões e a moça China

27 ■ Macau: contos e lendas de Alice Vieira

31 ■ A Língua Portuguesa em Macau, nos dias de hoje



34

ARTE

36 ■ Porcelana de Encomenda

34

38

FAIXA E ROTA

- 40 ■ A Cooperação Portugal - China na Construção da Faixa Económica da Nova Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI



44

TURISMO E LAZER

- 46 ■ Macau: um destino multifacetado e multicultural
- 50 ■ A Gastronomia dos Descobrimentos: Macau, um laboratório de experiências culinárias
- 54 ■ O futebol em Macau: entre a realidade e o futuro



60

CANTINHO DO CHINÊS

- 62 ■ Língua chinesa
- 65 ■ Vem aprender chinês! – Apresentar-se



72

ENTREVISTA

- 74 ■ Um olhar sobre o papel do IC-UA, por Luís Castro

78

TESTEMUNHOS

- 80 ■ Impressões de Macau
- 82 ■ Pós-Manchúria

84

NOTÍCIAS

- 86 ■ Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro: seis anos de intensa atividade, nos domínios do ensino, da cultura e da investigação



88

PUBLICAÇÕES



Fénix: Harmonia e Interculturalidade

凤凰：和谐共处与跨文化交流

De origem egípcia, a fénix é uma ave mitológica que surge tanto a Oriente como a Ocidente como metáfora do renascimento, do eterno recomeçar, da harmonia e da esperança num futuro melhor. Na China, este animal mítico (凤凰 fénghuáng), que faz par com o dragão, foi criado pela imperatriz Leizu, com a particularidade de reunir as cinco grandes qualidades do ser humano, que sustentam o equilíbrio, a paz e a prosperidade de um povo que resultou da união de um conglomerado de tribos primitivas. De facto, segundo a lenda, as riscas na penugem da fénix formam cinco ideogramas: a virtude (德 dé) na cabeça, a justiça (义 yì) no dorso, a lealdade (信 xìn) no abdómem, a benevolência (仁 rén) no peito e a harmonia (顺 shùn) nas asas.

Foi este símbolo de harmonia e interculturalidade que escolhemos para nome desta revista da Associação de Amigos do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (AmIC-UA). O propósito desta publicação é dar a conhecer a um público não especializado aspetos da história, da cultura, da economia, da língua, da literatura e das artes chinesas, bem como as principais atividades desenvolvidas anualmente pelo Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (IC-UA) – uma unidade de regime específico da Universidade de Aveiro, fundada a 23 de abril de 2015, em parceria com a Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian, que tem como principais missões apoiar e promover o ensino da língua e da cultura chinesas em Portugal, reforçar a cooperação no domínio educativo entre a China e Portugal e desenvolver atividades de investigação no âmbito das relações sino-portuguesas.

Cada número desta revista anual e de acesso aberto – a primeira do género em Portugal – será dedicado a uma região ou a uma cidade da China e contará com o contributo de autores portugueses e chineses, convidados para escrever sobre diferentes tópicos relacionados com a região escolhida como tema central.

Este primeiro número é dedicado a Macau – a principal porta a Oriente nas relações seculares entre Portugal e a China.

Os editores

A PALAVRA AOS REITORES

校长寄语

UA e China: mais de três décadas de parcerias e de diálogo

阿威罗大学与中国：三十余年的合作与对话

Paulo Jorge Ferreira
Reitor da Universidade de Aveiro

A Universidade de Aveiro (UA) iniciou um frutuoso relacionamento com a República Popular da China (RPC) ainda nos anos 80, quando o então Departamento de Engenharia Cerâmica e do Vidro, hoje Departamento de Engenharia de Materiais e Cerâmica, abriu as suas portas a vários investigadores chineses. Três décadas depois, os laços que unem a UA e a China estão mais fortes do que nunca. A interação entre a UA e o segundo maior país asiático alargou-se a áreas tão diversas como o Ambiente, a Eletrónica, as Geociências, as Línguas, as Ciências Sociais e o Turismo, através de relações recíprocas consolidadas ao nível da investigação e do ensino.

A UA assume-se como uma referência nacional, ainda, ao nível das trocas culturais e linguísticas entre Portugal e a China. Depois de ter sido pioneira na oferta de formação na área dos Estudos Chineses, com a criação, em 1997, do Centro de Estudos Asiáticos, e, em 1998, do Mestrado em Estudos Chineses, a UA acolheu o Instituto Confúcio da UA, em abril de 2015.

O Instituto Confúcio da UA tem sido fundamental no reforço da cooperação, não apenas entre a UA como também entre Portugal e a China. Ao longo dos seus mais de seis anos de existência, o Instituto tem sido um importante agente facilitador de contactos entre a China, a UA e a região de Aveiro, e um importante centro de difusão de conhecimento da língua e da cultura chinesas em terras lusas.

O prémio de Melhor Confúcio do Ano que recebeu em 2018 é o reconhecimento claro e inequívoco da dedicação que tem emprestado à divulgação da cultura chinesa e do contributo oferecido para um permanente diálogo intercultural.

O lançamento desta Revista é mais uma entre muitas outras ações que concorrem para esse objetivo, estando o Instituto Confúcio da UA de parabéns por emprender esta iniciativa.



IC-UA: uma ponte para intercâmbios linguísticos e culturais entre a China e Portugal

阿威罗大学孔子学院：中葡语言文化对话的桥梁

Liu Hong

Reitora da Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian



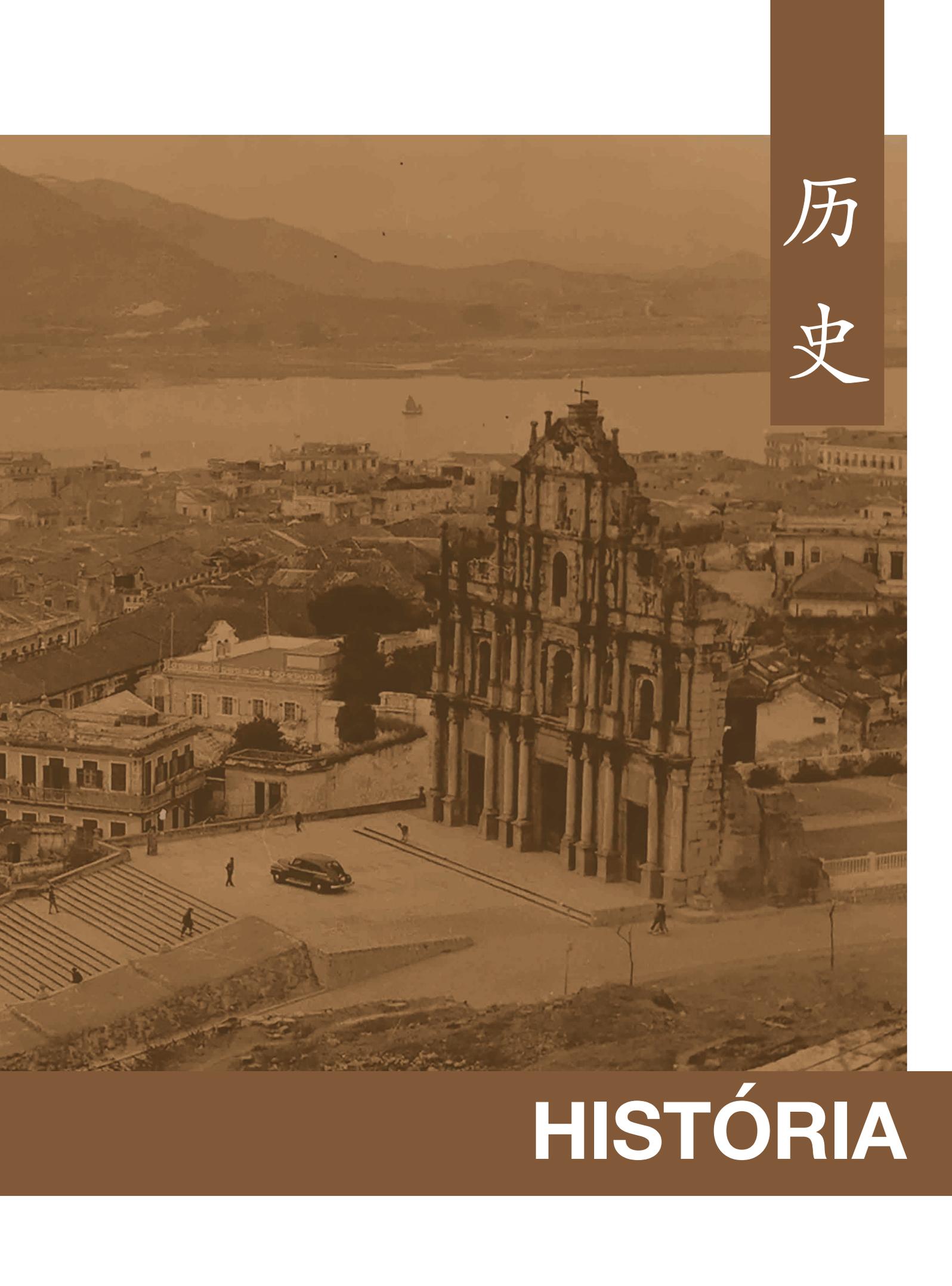
Desde a sua inauguração, em 2015, até à atualidade, o Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (IC-UA) alcançou notáveis progressos, proporcionando uma plataforma onde os portugueses podem ampliar os seus conhecimentos sobre a China e aprender a língua chinesa, em conformidade com as tendências globais de intercâmbio e harmonização intercultural, tornando-se assim numa importante ponte e num elo fundamental para intercâmbios linguísticos e culturais entre a China e Portugal.

Felicito o IC-UA pelo lançamento da Revista “Fénix” da Associação de Amigos do IC-UA, cujo objetivo é estabelecer uma plataforma multifacetada de intercâmbios entre os ex-alunos e o Instituto Confúcio (IC), num espaço promotor da comunicação e da troca de informações entre os vários agentes.

Aproveito também para endereçar um especial agradecimento ao Senhor Reitor da Universidade de Aveiro (UA), Doutor Paulo Jorge Ferreira, por todo o apoio que tem prestado ao IC-UA, que tanto tem ajudado ao seu rápido e positivo crescimento!

Espero que o IC-UA tenha não só a capacidade de suscitar sorrisos, mas também de produzir suor, resultados e uma reputação crescente, concentrando as aptidões adquiridas pelos antigos alunos do IC, progredindo sempre de forma sustentável e com qualidade, na construção de um futuro melhor.

- 
- An aerial, sepia-toned photograph of Macau, China, showing a dense cluster of buildings with traditional tiled roofs and some modern structures. The image is used as a background for a presentation slide.
- A Importância de Macau em quatro décadas de relações diplomáticas entre Portugal e a China
 - Macau: recordar os desafios da transição

A sepia-toned historical photograph of a city, likely Macau, featuring a large, ornate cathedral (St. Paul's Cathedral) in the foreground. The cathedral is a multi-tiered structure with a cross on top. In front of it is a large square with a vintage car and several people. To the left, there are stone steps leading up a hill. The background shows a bay with a small boat and distant mountains under a hazy sky.

历史

HISTÓRIA

A Importância de Macau em quatro décadas de relações diplomáticas entre Portugal e a China

中葡建交四十年澳门之重要性

Este artigo procura fazer uma análise, pouco abordada, à importância que Macau teve no processo das Relações Diplomáticas, através de medidas estruturais que foram tomadas localmente e também através de uma aproximação progressiva que houve entre Macau e a China, através de quatro etapas essenciais: o Estatuto Orgânico de Macau de 1976, a assinatura do reatamento das Relações Diplomáticas em 8 de fevereiro de 1978, a assinatura da Declaração Conjunta de 13 de abril de 1987, em Pequim, entre os Governos de Portugal e da República Popular da China (RPC), culminando com a transferência da Administração em 20 de dezembro de 1999.

Mas também se salienta que esta relação tem sido reforçada, depois de 2000, com medidas tomadas pelo Governo da RPC, em que se deu um papel primordial a Macau.

Do meu livro “Macau nos Anos da Revolução Portuguesa – 1974/1979” vou transcrever uma parte que descreve, de acordo com os meus olhos e a minha sensibilidade, como era Macau em 1974:

“Sendo o turismo a primeira das suas atividades (entre muitas ilegais), Macau era uma cidade aparentemente adormecida, mas muito atraente e cosmopolita, fervilhante de movimento (com ligações marítimas a Hong Kong, Cantão e ilhas), composta por gente de várias etnias, rica de património edificado, com muitas escolas, uma forte presença da Igreja Católica e vários templos de diferentes confissões religiosas. Possuía, ainda, inúmeros restaurantes, um bairro flutuante com centenas de barcos de pesca, diversas indústrias (dominadas pelas fábricas de têxteis, lãs e mobiliário) e uma construção civil muito ativa, tintins (antiquários e vendedores de velharias), ourivesarias, bancos, casas de câmbio e de penhores, muito comércio, hotéis, três casinos, corridas de galgos e apostas na pelota basca, bem como um grande prémio automóvel.

Ao mesmo tempo, coexistiam em Macau bolsas sociais de grande pobreza e milhares de refugiados vindos dos vários conflitos regionais que tinham a sua resposta em muitas associações de beneficência.

Nas ilhas da Taipa e em Coloane não acontecia praticamente nada. As ilhas careciam de desenvolvimento.

A sociedade civil chinesa era muito ativa e integrada num elevado número de associações dedicadas a todo o tipo de objetivos.

Os portugueses, profundamente minoritários, viviam



José Eduardo Garcia Leandro
Governador de Macau (1974-1979)
Presidente da Fundação Jorge Álvares

como numa vila, na sua sociedade de língua e cultura portuguesas com alguma vida associativa (Clube de Macau e Clube Militar), evidenciando-se alguns residentes de elevado gabarito cultural. Tinham uma enorme convivência com estrangeiros, por via do turismo e pela influência de Hong Kong, pelas relações históricas com Cantão, Xangai e Pequim, e pelo próprio mosaico de etnias que ali tinham escolhido residir, originando uma miscigenação rara das mais diversas origens.

Na sua vida social, Macau era o casamento quase perfeito do Oriente com o Ocidente, algo desorganizado, mas que nunca deveria ser destruído. Eram manifestamente necessárias algumas mudanças importantes para que tudo pudesse “entrar nos carris” e chegassem definitivamente o desenvolvimento e a estabilidade.

Até ali, a capacidade de intervenção do Governo na regulamentação e acompanhamento das atividades económicas era reduzida, existindo grande confusão e indisciplina: um “salve-se quem puder”. O Governo pairava acima dos interesses instalados...

Os mecanismos sociais eram muito específicos e complexos, porque Macau tinha sido, ao longo dos séculos, o local de encontro entre duas comunidades culturalmente diferentes que souberam criar uma nova sociedade de entendimento com as naturais consequências em tudo quanto à vida humana diz respeito. Residia aqui o seu encanto e raridade”.

A importância de Macau e as medidas tomadas

Depois dos acontecimentos do 25 de Abril, havia em Portugal uma vontade genuína de estabelecer relações diplomáticas com todos os países que nos interessavam, incluindo naturalmente a República Popular da China (RPC).

Neste contexto, procurou-se uma sede para base das conversações entre Portugal e a China; puseram-se várias hipóteses, sendo Macau uma das possibilidades, já comigo Governador, muito em virtude do ambiente que atrás apresentei. Esta solução não teve a minha concordância, tendo explicado a Lisboa que, a meu ver, não deveríamos condicionar as relações entre Lisboa e Pequim ao futuro de Macau (se correu bem, podia ter acontecido o contrário). Tal visão teve o acordo de Lisboa e foi Paris escolhida como sede das negociações formais, através do então Embaixador Coimbra Martins.

Mas esta decisão não tirou qualquer importância a Macau em tal processo, já que era o local onde diariamente se convivía e foi-se criando um ambiente de confiança, com sucessivos, embora lentos, passos em frente, que levaram à assinatura formal do reatamento das relações entre Portugal e a China, em Paris, a 8 de fevereiro de 1979.

Para a RPC foi um processo lento por questões internas (o final do maoísmo e a ascensão ao poder de Deng Tsiao Peng) e externas (o receio de que Portugal pudesse cair na órbita soviética e também a eventual influência de Taiwan).

De que forma participou Macau?

Em Macau, além da progressiva aproximação entre os dois lados, tomaram-se com o meu Governo medidas estruturais internas que permitiram um reforço da confiança entre a China e Portugal, tais como:

– A aprovação do Estatuto Orgânico de Macau (EOM), em 17 de fevereiro de 1976, que dava a Macau a autonomia indispensável nos campos legislativo, administrativo, económico e financeiro, apenas ficando para Lisboa a Justiça, a Defesa (da responsabilidade do Presidente da República,

por meios políticos e diplomáticos) e as Relações Externas (que foram delegadas no Governo de Macau em tudo quanto apenas ao Território dissesse respeito);

– A criação da nova Assembleia Legislativa (2/3 eleita), cujo Presidente foi pela primeira vez um dos seus membros, eleito pelos seus pares;

– A criação das Forças de Segurança de Macau (FSM), a 1 de janeiro de 1976, cuja missão era a Segurança Interna, tendo-se consumado o final da presença das Forças Armadas a 31 de dezembro de 1975, o que significou que Portugal não considerava a RPC como um inimigo externo, decisão de grande sentido simbólico;

– As medidas tomadas para a valorização da Pataca, com a sua desindexação do Escudo e a sua indexação ao Dólar de Hong Kong;

– O aumento das reservas de divisas e sua gestão pelo Governo local, bem como o controlo do Governo sobre algumas ações do Banco Emissor (BNU); para esta finalidade

contribuíram também a revisão de alguns contratos com empresas privadas que permitiram aumentar as receitas do Estado;

– A Reforma Tributária aprovada em 1977 e 1978 (Imposto Complementar, Imposto Industrial, Contribuição Predial e Siza, Contribuição Profissional), atualizando o sistema anterior que vinha de 1942-1943.

Todas estas medidas de carácter político e económico foram absorvidas pela Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e ainda se encontram em vigor, com algumas atualizações pontuais.

Aproximação progressiva com a China

Ao longo destes anos, aconteceu uma progressiva aproximação entre as entidades oficiais portuguesas e os representantes oficiais da RPC, tendo havido também encontros de delegações culturais e desportivas dos dois países, que foram aumentando com o tempo:

– Foram recebidas autoridades governamentais da China em Macau;

– Em 1976 e 1977 duas delegações parlamentares e militares portuguesas visitaram a RPC (Pequim, Xangai e Cantão), tendo estado também em Macau e Hong Kong;

– Em 1978, o Sporting Clube de Portugal, então vencedor da Taça de Portugal em futebol, jogou em Pequim, Xangai e Cantão e também em Macau e Hong Kong (foi

“Macau [foi], ao longo dos séculos, o local de encontro entre duas comunidades culturalmente diferentes que souberam criar uma nova sociedade de entendimento...”

uma visita de aproximação de grande sucesso);

– Em abril/maio de 1978, fui convidado para uma “visita de amizade” de 18 dias à China, com uma delegação de Macau, tendo tido em Cantão uma reunião com os responsáveis pelo governo local em que foi analisada uma longa lista de assuntos a resolver e definidos os processos para os tratar;

– No final do meu tempo em Macau, dias antes do reatamento das relações diplomáticas, fui convidado para passar por Cantão e Pequim (tendo sido recebido no Ministério de Negócios Estrangeiros);

Tudo isto culminou com o Acordo sobre o reatamento das relações oficiais entre os dois países, assinado em Paris, a 8 de fevereiro de 1979.

Mas o processo deste relacionamento oficial não termina aqui.

Tendo havido seis Governadores portugueses depois do 25 de Abril, foram três (bem diferentes) os contextos de atuação:

– Na vigência do meu mandato, tudo teve de ser repensado e reconstruído para que Macau pudesse sobreviver com êxito no período que se seguiria: foi a efetiva Reforma do Estado;

– Nos mandatos dos Governadores Melo Egídio, Almeida e Costa e Pinto Machado, o exercício de poder contou com a participação dos Embaixadores em Pequim e em Lisboa, o que lhes deu mais facilidades de atuação;

– Por fim, depois da Declaração Conjunta de 13 de abril de 1987, em Pequim, os Governadores Carlos Melancia e

Rocha Vieira tiveram de criar as condições para que, em 20 de Dezembro de 1999, pudesse ocorrer a mudança de Administração, passando a responder perante Lisboa e Pequim; e tal veio a acontecer às zero horas de 20 de dezembro, com um trabalho feito com grande sucesso, dignidade e bom ambiente, na presença dos dois Chefes de Estado, abrindo-se assim caminho para uma feliz relação que se tem vindo a manter.

A continuidade e fortalecimento da relação depois de 2000

Com a criação da RAEM, as boas relações com os sucessivos governantes chineses têm continuado até hoje, tendo-se assistido a um reforço do papel de Macau.

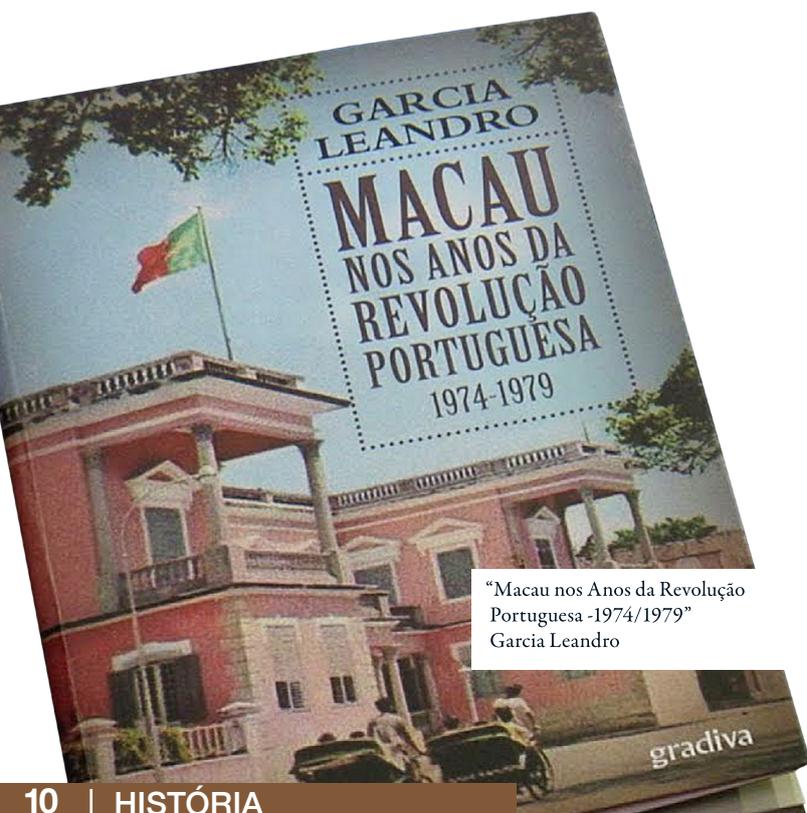
Valerá a pena lembrar que em 2003 foi criado o Fórum Macau que permite reuniões anuais da China com os Países de Língua Portuguesa, o que tem permitido a análise de todo o tipo de temas, com vantagens para todas as partes, ocorrendo periodicamente reuniões ministeriais.

Em 2005, por proposta da China, o Centro Histórico de Macau foi considerado pela UNESCO como Património da Humanidade. A proposta teve imenso significado já que a China, com a sua dimensão, história e cultura, tem muitos e variados locais geográficos e edificados que pode propor para esta distinção.

A importância de Macau viria a ser reforçada em finais de 2018, com a visita do Presidente Xi Jinping a Portugal. Nessa altura, foram assinados entre os dois países vários protocolos em que Macau aparece especificamente tratado.

Com os dois grandes projetos da RPC para o futuro – “A Nova Rota da Seda” e a “Grande Baía” – a importância estratégica de Macau aparece novamente reforçada.

Assim, e concluindo, pode ser dito que, no contexto das relações Portugal-China, Macau teve um papel diário na construção do processo que levou ao reatamento das Relações Diplomáticas e que, mercê da sua especificidade e pelo interesse chinês, a RAEM tem sido um local de encontro permanente nas relações com os Países de Língua Portuguesa. E, com os dois projetos atrás mencionados, novas possibilidades de afirmação e visibilidade se perspetivam. ■



Macau

recordar os desafios da transição

澳门回归二十周年：忆中葡政权交接之挑战

Jorge A. H. Rangel
*Presidente do Instituto Internacional de Macau
e ex-membro do Governo de Macau*

Mais de duas décadas depois da criação da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, é oportuno recordar, ainda que sinteticamente, os desafios da transição e a forma como foi executado o acordo firmado por representantes dos dois Estados em Abril de 1997. Tendo sido testemunha atenta de todo aquele intenso período de mudança histórica e, simultaneamente, agente interventor em muitas das decisões tomadas no seio da Administração de Macau, nos cargos governativos que então desempenhei e por outras funções que exerci, públicas ou no seio da sociedade civil, julgo poder continuar a contribuir para um melhor entendimento das opções feitas e para um mais completo esclarecimento da forma como todo o processo se desenvolveu.

Os desafios eram enormes, em todos os domínios da actividade governativa e no seio da sociedade civil, quando se definiu o enquadramento político do processo de transição e se escolheu a data de 19 de Dezembro de 1999 para a sua conclusão, com o estabelecimento formal, no dia seguinte, da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), marcando o fim duma presença administrativa plurissecular de Portugal.

Enquanto no foro diplomático prosseguiram os contactos regulares, no âmbito de um Grupo de Ligação Conjunto, que integrou diplomatas de Portugal e da China, coube ao Governo de Macau a responsabilidade de pôr em execução um vastíssimo programa de realizações, que iam das infra-estruturas à educação, da organização jurídica e judiciária à expansão dos serviços sociais e da estabilização financeira à consolidação das instituições. Todas estas medidas apontavam para o reforço do “segundo sistema”, no conceito “um país, dois sistemas” que inspirou a cria-

ção oficial das regiões administrativas especiais chinesas, dotadas de elevado grau de autonomia e com a maneira de viver das suas populações, bem como o respectivo sistema económico, salvaguardados.

Neste contexto, foi o território transformado num imenso estaleiro, com múltiplas obras simultaneamente projectadas e lançadas, numa verdadeira corrida contra o tempo, visando dotá-lo das infra-estruturas necessárias, que comportavam um aeroporto internacional, velha aspiração de sucessivas gerações constantemente protelada, pontes e estradas, um renovado parque escolar, desportivo, cultural e social e planos urbanísticos consistentes.

Ao mesmo tempo – e porque tudo era, afinal, prioritário – trabalhou-se, determinada e aceleradamente, na formação de quadros médios e superiores; na “localização” das leis e da língua chinesa, que se tornou oficial em 1992, a par da portuguesa; na reestruturação dos serviços públicos; no aumento dos apoios e estímulos ao associativismo; na “internacionalização” de Macau, reforçando as suas ligações à Europa e aos países lusófonos; nas complexas tarefas da produção legislativa e da tradução jurídica; no alargamento da participação cívica e política; no desenvolvimento dos sectores com maior impacto directo na vida da população, como a educação, a saúde, a habitação e a acção social, para os quais foram canalizados abundantes recursos; e, na fase final, na passagem das responsabilidades administrativas e na preparação da transferência de poderes.

De salientar é também o facto de, durante todo o período de transição, que decorreu entre a entrada em vigor da Declaração Conjunta firmada em Abril de 1987 e o dia 19 de Dezembro de 1999, o Governo de Macau ter abraçado, com sucesso, o princípio do equilíbrio orçamental, ao mesmo tempo que, rejeitando o endividamento público, soube impulsionar o desenvolvimento sustentável através de investimentos correctamente dimensionados e de um sistema fis-



cal estável, estimulador da iniciativa privada e favorável à população, através da cobrança de impostos de reduzido valor.

Quando, naquela noite fria de 19 para 20 de Dezembro, numa cerimónia inolvidável pelo seu alto significado, uma bandeira era arriada e outra içada e os mais altos magistrados das duas nações selavam simbolicamente o compromisso com um histórico aperto de mãos perante 2500 convidados e entidades de muitos países e câmaras de televisão com cobertura mundial, tínhamos chegado ao fim de um tempo de Portugal no Oriente. O território iria, a partir dessa data, fixada na Declaração Conjunta, enfrentar o futuro que para ele tinha sido traçado pelos dois Estados com legitimidade de intervenção na definição do seu novo figurino político.

Na Declaração Conjunta havia sido acordado que os sistemas social e económico permaneceriam em vigor, mantendo-se também basicamente inalteradas as leis então vigentes, e que seriam assegurados “todos os direitos e liberdades dos habitantes e outros indivíduos em Macau”. No quadro da sua autonomia, foram também atribuídos à região poderes executivo, legislativo e judicial próprios, incluindo o de julgamento em última instância, devendo os lugares de membros do Governo e do órgão legislativo ser ocupados por habitantes locais.

Foi em consonância com estes parâmetros que se elaborou a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, aprovada em 1993, a qual incorporou aquelas mesmas políticas fundamentais e definiu a estrutura político-administrativa e o funcionamento da região. A sua feitura foi da responsabilidade exclusiva da China, que envolveu na sua preparação residentes permanentes de Macau.

Para muitos, para além da história, da memória, da iden-

“A China atribuiu à RAEM duas missões fundamentais: a de centro mundial de turismo e lazer e a de plataforma de cooperação com os países de língua portuguesa.”



tidade e do património arquitectónico, cultural e humano, foram, indubitavelmente, os direitos, as liberdades e as garantias, no seu conjunto, anteriormente assegurados pela Constituição da República Portuguesa, a melhor expressão viva do legado luso em Macau. São esses direitos e liberdades que lhe garantem um estatuto diferente. Sem eles, o “segundo sistema” não teria razão de ser.

Mais de duas décadas volvidas, é justo realçar, não obstante algumas insuficiências ou eventuais desvios, a forma reconhecidamente positiva como o legado de Portugal foi amplamente respeitado e, em certas áreas, até visivelmente valorizado.

Em todos os períodos de mudança histórica, são inevitáveis as dúvidas, as inquietações e as incertezas, pelo que muitos poderão não ter acreditado que, decorrido o período de transição, o acordo firmado e ratificado pelos dois Estados em 1987, sobre a “questão de Macau”, pudesse alcançar tão significativa eficácia na sua execução, espelhada no regular funcionamento da região especial que dele resultou.

O território, que teve nos anos 90 a maior década de desenvolvimento público da sua história, conheceu, a seguir à transição, um notável crescimento, com a revisão do sistema de funcionamento dos jogos de fortuna ou azar, o qual continuou a ser a principal fonte do seu muito expressivo rendimento; o turismo atingiu proporções gigantescas, com a edificação de alguns dos maiores casinos e hotéis do mundo, acompanhados de toda uma diversificada panóplia de atracções e estruturas de apoio para acolher cerca de 30 milhões de visitantes por ano; o centro histórico da cidade foi classificado pela UNESCO como património da humanidade; a cooperação comercial com o exterior ganhou nova dimensão; e as instituições de ensino superior multiplicaram-se, oferecendo às novas gerações oportunidades alargadas de acesso à formação e valorização.

A China atribuiu à RAEM duas missões fundamentais: a de centro mundial de turismo e lazer e a de plataforma de cooperação com os países de língua portuguesa, onde Portugal tem, naturalmente, um lugar próprio. A estas podemos acrescentar mais uma, que é a de centro de formação avançada, estando o novo e enorme campus da Universidade de Macau, construído na ilha chinesa vizinha de Hengqin, em pleno funcionamento, permitindo-lhe, ao lado de outras instituições de ensino superior e de investigação académica, ganhar uma dimensão compatível com a inserção de Macau no grande Delta do Rio das Pérolas, que tem sido, ao longo das três últimas décadas, a área



de maior desenvolvimento em todo o mundo. Ainda recentemente, foi ali inaugurada a maior ponte jamais concebida e construída, com mais de 50 quilómetros de comprimento, ligando as duas margens do Delta, entre Hong Kong, Macau e o município vizinho de Zhuhai.

Entretanto, a China incluiu o Fórum de Macau, criado em 2003, e o sistema de cooperação que lhe cabe sustentar, no seu recentemente anunciado projecto de dimensão universal intitulado “Uma Faixa, Uma Rota”, que contém um multifacetado conjunto de iniciativas e de investimentos que vão das infra-estruturas à cooperação económica e cultural. E definiu para a RAEM um papel no contexto do seu novo projecto de desenvolvimento económico regional, intitulado “A Grande Baía Guangdong – Hong Kong – Macau”.

Ao longo deste tempo, Macau soube continuar a afirmar a sua autonomia, mantendo legislação própria, em larga medida herdada da administração portuguesa, um sistema jurídico e judiciário totalmente sediado no território, da primeira à última instância, moeda própria, uma sociedade civil muito activa e um estatuto económico compatível com o seu continuado desenvolvimento e uma ambição que foi sempre superior à sua limitada geografia. ■

- 
- Infraestruturas culturais em Macau e Portugal, nas décadas de 80 e 90 do século passado
 - Centro Científico e Cultural de Macau: uma breve memória pessoal (2006-2019)

A photograph of a white building with arched windows and lush tropical plants in the foreground. The building has a tiled roof and a balcony. The plants include large-leafed tropical species and palm trees. The image is in black and white.

文化

CULTURA

Infraestruturas culturais em Macau e Portugal, nas décadas de 80 e 90 do século passado

澳门二十世纪八九十年代之文化基础设施建设

Macau, no início dos anos 80 do século passado ainda vivia, ou padecia, do ambiente romântico das acácias em flor a refrescavam chineses, macaenses e portugueses à sobra de um “colonialismo” passivo e pacífico, comum no seio das suas distintas comunidades. Curiosamente, naquela altura, ainda se andava de “balalaica”. Porém, a sua governação dependia de um regime democrático instaurado em Portugal, a 25 de abril de 1974.

A importância do Instituto Cultural de Macau

É a partir de junho de 1981, com a chegada do então governador, Almirante Vasco de Almeida e Costa¹, que há um considerável volte-face relativamente à organização sociocultural do território. Se, por um lado, a sua chegada ao território foi conturbada pelo facto de entrar em conflito com a comunidade macaense, ao destituir o Presidente da Assembleia Legislativa, o macaense Dr. Carlos Assunção, por outro, foi no seu governo que Macau viu o vislumbrar da implementação de uma política cultural que permitiu a criação, em setembro de 1982, do Instituto Cultural de Macau (ICM)², cuja organização ficou sob a tutela do então Secretário Adjunto para a Educação, Turismo e Cultura, Dr. Jorge Alberto da Conceição Hagedorn Rangel. Com a criação do ICM, presidido, na altura, pelo Eng.º João Calvão, Macau pôde beneficiar, nos anos subsequentes, de uma política cultural determinante que permitiu a implementação de um conjunto de infraestruturas culturais significativas que veio beneficiar as gentes de Macau, ao longo das décadas de 80 e de 90, com especial destaque para o apoio ao associativismo cultural de Macau. Assim, numa primeira fase, o ICM viria a ser a instituição responsável pela implementação, organização e gestão, de um conjunto de infraestruturas culturais como o Centro Cultural Sir Robert Ho Tung, cuja inauguração integrou um recital pela pianista Maria João Pires, a Orquestra

Enio de Souza

Instituto de Etnomusicologia, m-d/FCSH/Universidade Nova de Lisboa

de Câmara de Macau, a Orquestra Chinesa de Macau, o Concurso para Jovens Músicos de Macau, a Bienal de Artes de Macau, o Conservatório de Música de Macau, a Academia de Belas Artes, o Grupo de Dança de Macau, sob a orientação da Prof.ª Helena Jardim, e a Livraria Portuguesa. Paralelamente a essas infraestruturas, foi desenvolvido um programa de atividades culturais que integrava concertos, recitais, exposições no âmbito das artes visuais, pu-

“...a criação do ICM [...] permitiu a implementação de um conjunto de infraestruturas culturais significativas que veio beneficiar as gentes de Macau.”

blicações e o financiamento de iniciativas das associações culturais de Macau. Em 1987, tem lugar a primeira edição do Festival Internacional de Música, tendo como diretor artístico o pianista Adriano Jordão e, em 1988, a primeira edição do Festival de Artes de Macau, cujo principal objetivo foi o de dar voz às “forças vivas” da terra, as associações culturais. Estes projetos e iniciativas foram realizados sob a responsabilidade do Departamento de Ação Cultural, uma das subunidades do ICM.

¹ Almirante Vasco Almeida e Costa, Governador de Macau entre 16 de junho de 1981 e 15 de maio de 1986.

² Instituto Cultural de Macau, criado pelo Decreto-Lei n.º 43/82/M, de 4 de setembro de 1982.



Instituto Cultural de Macau

Foi também da responsabilidade do ICM o impulso na área da investigação que privilegiou académicos e estudantes, nacionais e estrangeiros, ao implementar um programa de bolsas quer de investigação quer de formação académica. Os resultados deste programa de bolsas, sobretudo na área da investigação, foi a base de sustentação do setor editorial que, a partir de então, deu início a um programa editorial sistémico que esteve na origem da publicação de um conjunto significativo de obras com temática diversificada sobre Macau. A par destas edições foi também lançado o projeto da “Revista de Cultura” que congregou textos científicos, muitos deles produzidos por investigadores que beneficiaram do programa de bolsas de investigação.

Ainda sob a tutela do ICM, houve um considerável impulso na então Biblioteca Central de Macau, o que permitiu a classificação do acervo bibliográfico do filantropo Sir Robert Ho Tung³ e a criação da biblioteca que herdou o seu nome, no edifício do Centro Cultural; o restauro da biblioteca do então Leal Senado, cujo acervo remonta ao século XVII; a criação dos polos da biblioteca da Taipa, de Coloane, de Mong Há e, ainda, a biblioteca itinerante. A par da renovação da Biblioteca Central, o ICM foi, também, responsável pela reabilitação do edifício do Arquivo Histórico e respetiva reestruturação.

Relevante foi também a implementação de uma política cultural que beneficiou o património material e imaterial de Macau, levado a cabo pelo Departamento do Património Cultural (DPC) do ICM, a cargo do seu primeiro diretor, o Arq.º Francisco Figueira. O trabalho desenvolvido, naquela altura, pelo DPC, foi fundamental para que

Macau pudesse, hoje, beneficiar de uma herança cultural patrimonial de sustentabilidade.

De referir, ainda, a criação do Museu de Macau cuja sede foi instalada no antigo edifício dos Serviços de Meteorologia, na Fortaleza do Monte, que, depois de devidamente restaurado e readaptado às necessidades museológicas, acolheu, no seu acervo, um núcleo de arte chinesa e um núcleo etnográfico que procura recriar o quotidiano remoto de Macau relacionado com as vivências da comunidade chinesa e da comunidade macaense.

Serviços culturais e recreativos do Leal Senado

A par do ICM foram também criados, no Leal Senado, os Serviços Culturais e Recreativos, sendo o seu primeiro responsável o Dr. António Conceição Júnior, que, além de implementar um programa de exposições temporárias de alto gabarito, que possibilitou a população de Macau o contacto com obras de grandes mestres pintores portugueses e estrangeiros, dinamizou um diversificado programa no âmbito da animação cultural.

Teledifusão de Macau

Data igualmente desse período a criação da Teledifusão de Macau (TDM), cuja primeira transmissão, em direto, é feita a partir do Palácio da Praia Grande, sede do governo de Macau, com a cobertura da cerimónia comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, no dia 10 de junho de 1984. A televisão de Macau veio, de certa forma, privilegiar a comunidade portuguesa, embora houvesse também programação em cantonês. De

qualquer forma, foi um importante veículo de divulgação das atividades culturais quer de Macau, quer do exterior. A partir de então, tem início a realização e produção local de um conjunto de documentários, de temática variada, relacionados com a história de Macau. A TDM poderá ser entendida como um importante veículo de difusão da língua portuguesa num espaço onde a sua população é

“...o Centro de Estudos Asiáticos da Universidade de Aveiro [...] poderá ser considerado como o primeiro centro de estudos chineses criado numa universidade portuguesa.”

predominantemente chinesa. Alguns programas culturais de relevo (concertos, óperas com produção local e que integravam a programação do Festival Internacional de Música, o Grande Prémio de Macau, fórmula 3) passaram a ser emitidos em direto.

Instituições macaenses em Portugal

O reflexo desta nova fase da história de Macau far-se-á sentir também em Portugal, onde, desde a segunda metade da década de 80, tem início uma série de iniciativas relacionadas com Macau e com a China. A digressão da

Orquestra Chinesa de Macau por Portugal, realizada em 1988, é disto um exemplo.

Será talvez a Casa de Macau, a mais antiga instituição relacionada com o território. Fundada em 1966, tem como principal função proporcionar o convívio da comunidade macaense em Portugal.

Em 1988, é constituída a Fundação Oriente (FO) pelo Dr. Carlos Monjardino, atual Presidente do Conselho de Administração. É sob a tutela da FO que, em 2008, os portugueses serão beneficiados com a inauguração do Museu do Oriente, que, através do seu acervo museológico tem assegurado a divulgação das relações entre Portugal e alguns países asiáticos, e ainda com um vasto programa de animação cultural e reuniões científicas.

Entretanto, a partir do início da década de 90, irá surgir uma série de novas instituições com missões diversificadas, sendo, porém, todas elas relacionadas com Macau e a China. Assim, em 1990 é inaugurada, ainda durante o mandato do governador de Macau, o Eng.º Carlos Melancia⁴, a Missão de Macau em Lisboa (MML)⁵, coordenada pela Eng.ª Alexandra Costa Gomes, sendo a sua principal missão representar Macau em Portugal, com uma extensão em Bruxelas. Ao longo da década de 90, o trabalho realizado pela MML, ora por iniciativa própria ora em parceria com outros organismos do governo de Macau e de Portugal, foi bastante significativo para a divulgação quer da realidade histórico-cultural de Macau, quer da secular relação entre Portugal e a China. Estas iniciativas centraram-se, sobretudo, na organização de reuniões científicas sobre temas diversificados, exposições várias, concertos e recitais, entre outras. São de realçar também as iniciativas organizadas pela MML em outros pontos do país, numa tentativa de



Leal Senado

dar a conhecer aos portugueses a multiseccular relação existente entre Portugal e a China, através de Macau. A Missão de Macau teve o privilégio de oferecer aos portugueses o primeiro curso livre de Língua e Cultura Chinesas, criado em 1992, sob a orientação pedagógica do Prof. Lu Yanbin e, mais tarde, da Professora Doutora Wang Suoying.

Em 1996, é constituída a Fundação Casa de Macau cuja missão principal é a de apoiar a comunidade macaense em Portugal. Também em 1996 é constituída a Fundação do Santo Nome de Deus, instituição de solidariedade social que presta auxílio aos macaenses ou portugueses que, tendo residido em Macau, alteraram o seu domicílio para Portugal.

A academia portuguesa também beneficiou quando, em 1997, foi criado na Universidade de Aveiro o Centro de Estudos Asiáticos (CEA), com especial destaque para o estudo da língua e cultura chinesas. O CEA poderá ser considerado como o primeiro centro de estudos chineses criado numa universidade portuguesa. O projeto foi, em parte, financiado e incentivado pelo governo de Macau, durante o mandato do General Vasco Rocha Vieira.

A 30 de novembro de 1999, é inaugurado o Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM), instituição criada sob proposta do General Vasco Rocha Vieira durante o mandato do então Ministro para a Ciência e Tecnologia, Professor José Mariano Gago, tendo como um dos principais mecenas o Dr. Stanley Ho. O CCCM tem desenvolvido um programa de atividades quer no âmbito da investigação histórica, quer no âmbito das inúmeras publicações de temática variada. Possui um vasto e importantíssimo acervo bibliográfico sobre Macau e a China. Integra ainda um museu que alberga uma das mais representativas coleções de arte chinesa da Península Ibérica. Este museu inclui peças em tipologia diversificada e desenvolve, desde a sua inauguração, um programa que inclui exposições temporárias, iniciativas no âmbito da animação cultural, organização de

reuniões científicas e um conjunto de ações educativas.

Todo este conjunto de significativas alterações e acentuação do incremento nos mais densificados setores quer de Macau, quer de Portugal, sobretudo no setor sociocultural, pode ser encarado como consequência da assinatura da Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China, ocorrida a 13 de Abril de 1987, tendo como interlocutores o Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva, da parte portuguesa, e o Chefe do Governo Zhao Ziyang, da parte chinesa. Era governador de Macau, o Professor Doutor Joaquim Pinto Machado.

Com a assinatura da Declaração Conjunta tem início o, convencionalmente denominado, “período de transição”, que se estenderá até 19 de dezembro de 1999. Os primeiros anos decorreram sob a administração do Governador Carlos Melancia e, a partir de abril de 1991, chega a Macau o último governador português, o General Vasco Rocha Vieira. Dá-se, então, início a um período de impacto das grandes infraestruturas: construção da Ponte da Amizade, entre Macau e a Taipa, que teve início em 1990; o Aeroporto Internacional de Macau, inaugurado em novembro de 1995; a construção do complexo do Centro Cultural de Macau, que alberga o Museu de Artes de Macau, complexo inaugurado em 1999, entre outras obras.

Foi também de importância fundamental o empenho diplomático quer da parte portuguesa, quer da parte chinesa. Consequentemente, o resultado das negociações entre os dois países, ocorrida durante o período da transição, foi deveras significativo, por dois motivos principais: Macau é hoje uma grande metrópole, quando comparada com a Macau dos anos 80; o empenho diplomático de ambas as partes, naquela altura, refletiu-se, mais de vinte anos depois, no êxito das relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular China, que foram reatadas a 8 de fevereiro de 1979. ■

³ Sir Robert Ho Tung (Hong Kong 1862–Hong Kong, 1956). Para a sua biografia, vide Holdsworth, M. & Munn, Ch. (Eds.) (2012). *Dictionary of Hong Kong Biography*. Hong Kong: Hong Kong University Press, pp. 195-196.

⁴ Eng. Carlos Melancia, Governador de Macau entre 9 de julho de 1987 e 23 de abril de 1991.

⁵ Com a transição de soberania de Macau para a China, ocorrida a 19 de dezembro de 1999, a denominação Missão de Macau é alterada para Delegação Económica e Comercial de Macau. Porém, continua a ser um organismo do governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

Centro Científico e Cultural de Macau

Uma breve memória pessoal (2006-2019)

澳门科学文化中心：独家记忆



Luis Filipe Barreto
Ex-Presidente do CCCM

*Em memória e homenagem a
José Mariano Gago (1948-2015)*

O Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM), Instituto Público desde sempre ligado ao Ministério da Ciência e Ensino Superior, foi inaugurado no dia 30 de novembro de 1999, na presença dos mais altos representantes oficiais do Estado Português: o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio; o Primeiro-Ministro, Eng.º António Guterres; o Ministro da Ciência, Professor José Mariano Gago; e o Governador de Macau, General Vasco Rocha Vieira.

A Missão do Instituto Público Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM) é a de Investigação em Cooperação, conectando mais e melhor Portugal, a China e a Região de Macau, nos domínios das Ciências Sociais e Humanidades. Foi pensado como reforço académico da cooperação, científica e cultural entre Portugal e a China, a propósito da Região Administrativa Especial de Macau, para pelo menos o período (a decorrer até 2049) da Declaração Conjunta.

O CCCM possui autonomia patrimonial. As verbas para os edifícios da Rua da Junqueira e para os recheios essenciais do Museu e da Biblioteca foram oferecidas a Portugal, para esta Missão, por Mecenas chineses de Macau (Stanley Ho) e pela última administração portuguesa de Macau, presidida pelo General Vasco Rocha Vieira.

Os resultados qualitativos e quantitativos alcançados

pelo CCCM, entre 2006 e 2018, são do domínio público nacional e internacional. Traduzem-se, para o futuro, sobretudo em publicações (mais de meia centena de volumes) de investigação orientada e transdisciplinar, nos domínios das relações eurasiáticas (passado e presente), das histórias e culturas da China, Macau, Ásia Oriental (passado e presente), dos mundos marítimos asiáticos e do património chinês em Portugal e na Europa.

O CCCM é a única instituição portuguesa específica e especializada, com investigação e publicação de padrão internacional nestas áreas. A única instituição portuguesa com investigação e publicação em línguas portuguesa, chinesa, inglesa, alemã, espanhola, (também de fontes latinas criticamente editadas e traduzidas). A única instituição portuguesa com investigação, publicação, disseminação e função no acelerar académico dos Estudos Asiáticos e da cooperação com a Ásia Oriental em Portugal. (China, Coreia, Japão, Ásia do Sueste, sistema do Índico, etc.).

O CCCM é a instituição portuguesa mais privilegiada pela cooperação cultural e académica com a Embaixada da República Popular da China. Desenvolve também estreita cooperação com os Institutos Confúcio e os Estudos Asiáticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, implicando outras Embaixadas asiáticas, como Coreia do Sul, Índia, Irão, Japão, etc.

O CCCM em números (2006-2019)

a) Colóquios

Ao longo destes 13 anos, foram realizados 17 Colóquios no CCCM (14 internacionais e 3 nacionais), bem como 4 outros colóquios em coorganização em Macau, Pequim, Munique, Lisboa. Foram laboratórios vivos de investigação com mais de duas centenas de investigadores de Portugal, Espanha, França, Itália, Bélgica, Inglaterra, Alemanha, Croácia, Roménia, Grécia, Estados Unidos, México, Brasil, China, Hong Kong, Macau, Taiwan, Coreia, Japão, Austrália, Áustria, Holanda, etc.

b) Publicações

Foram 65 as publicações de investigação de estudos de caso, atas, fontes, manuais de formação, catálogos de investigação e de divulgação em línguas portuguesa, inglesa, chinesa, alemã, espanhola, italiana (também fontes quinhentistas originalmente editadas em Macau, em 1580, e em Lisboa, em 1587, em edições críticas latim/português) e mais 20 Newsletter em português e inglês, 23 panfletos de exposição e ainda outras publicações informativas e de divulgação. Milhares de páginas, em papel ou digital, de investigação, formação e divulgação ao longo de 13 anos. O CCCM é a única instituição nacional especializada e de investigação contínua e publicação, com equipas internacionais multidisciplinares, de matéria asiática, sobretudo da Ásia Oriental.

c) Exposições

Relativamente a exposições, o CCCM organizou quatro grandes exposições de referência feitas por equipas de investigação internacional, com quatro catálogos especializados (3 bilingues português/inglês e um trilingue português, chinês, inglês). Realizou ainda quatro exposições itinerantes, sendo uma bilingue português/inglês, e 22 exposições conjuntas em cooperação com instituições da R. P. China (via Embaixada) e três exposições em coorganização com instituições da RAEM ou seja, 32 exposições em 13 anos.

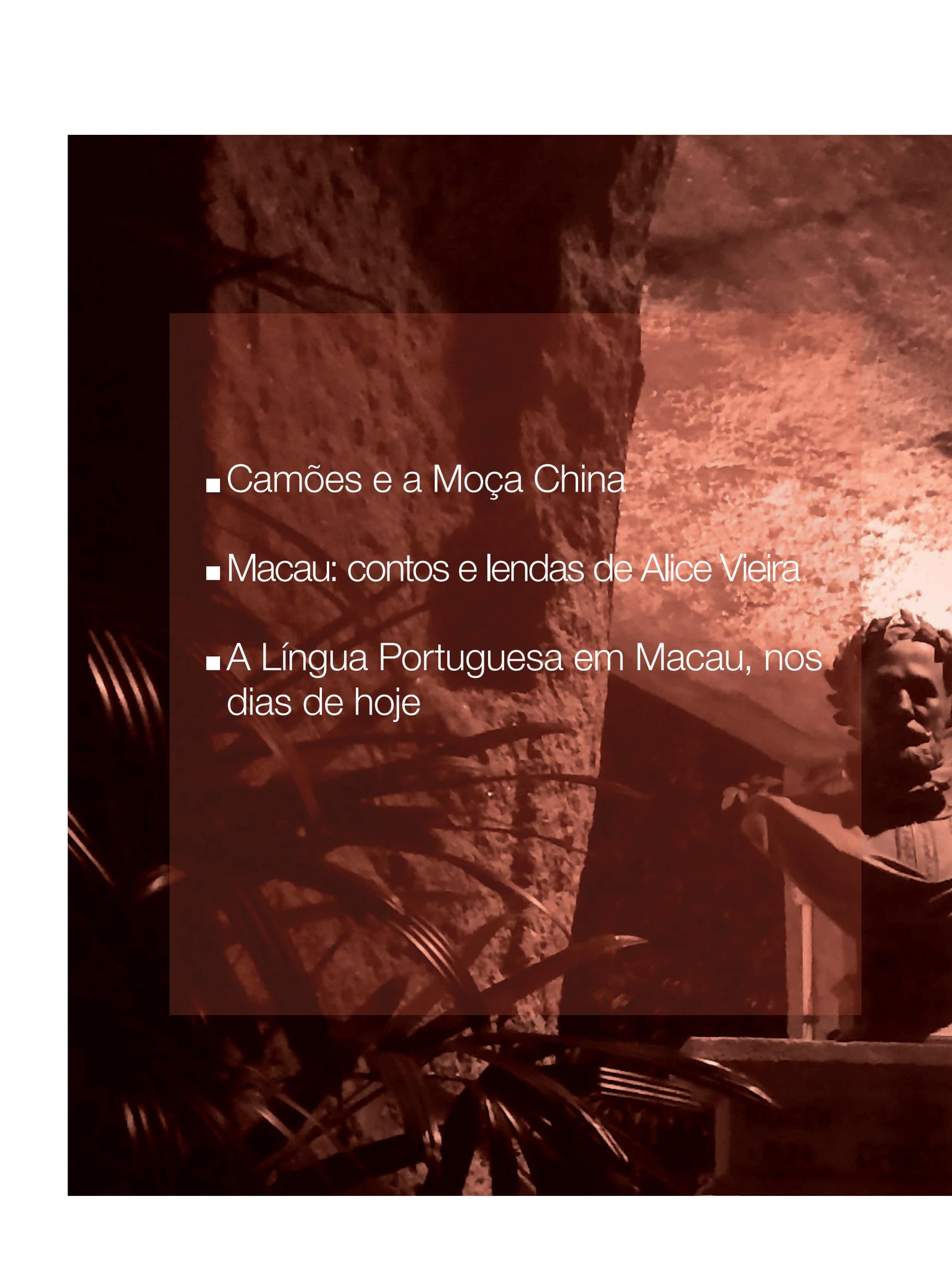
d) Cursos de formação

Ao longo destes anos, realizou 24 cursos livres semestrais de Língua e Cultura Chinesas. Participou na formação de Ensino Superior em Estudos Asiáticos (licenciatura e mestrado), cursos que envolveram também a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade Católica, sendo responsável pela leção de mais de três dezenas de cadeiras e seminários e por 14 cursos de formação contínua sobre Macau e a China, ou seja, mais de 70 cursos/cadeiras em 13 anos.

Em termos de média anual, os treze anos deste Instituto Público do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior apresentam os seguintes indicadores:

- I – Colóquios: cerca de 1,7;
- II – Publicações: mais de 5,7;
- III – Exposições: mais de 2,7;
- IV – Formação: mais de 6,8.

O CCCM, durante o período em que estive à frente dos seus destinos, criou uma rede de mais de duas centenas de investigadores associados a projetos de investigação, de publicação e de formação (desde colóquios e conferências a cursos e exposições culturais). Mais de 200 investigadores de todo o mundo que trabalharam em conexão com o CCCM/Portugal, articulando Universidades como Harvard, Munique, Tóquio, Seoul, Lovaina, Roma “La Sapienza”, Paris/EHESS, Hong Kong, Nápoles “Orientale”, Barcelona, Pádua, Macau, Brown, Temple, Boston, Pennsylvania, Stanford, U. Nacional Australiana, Beijing, Shanghai, e centros como o CNRS, a Academias das Ciências Naturais e das Ciências Sociais de Pequim, o Museu de História da Ciência de Nagasáqui e o Instituto Max Planck. ■

- 
- Camões e a Moça China
 - Macau: contos e lendas de Alice Vieira
 - A Língua Portuguesa em Macau, nos dias de hoje

A photograph of a cave interior. The scene is dimly lit with a warm, reddish-brown glow. A large, textured rock formation dominates the center and right. On the left, the back of a person's head wearing a white headscarf is visible. The overall atmosphere is mysterious and ancient.

语言与文学

LÍNGUA E LITERATURA

Camões e a Moça China

卡蒙斯与中国女孩

Eduardo Ribeiro
Jurista, investigador independente

Camilo Castelo Branco, facundo escritor do século XIX (1825-1890), insurgia-se contra Diogo do Couto (1542-1616), sucessor de João de Barros (1496-1570) como cronista dos feitos dos portugueses na Ásia, por nada ter dito de relevante sobre Camões na *Década 8.^a da Ásia*, que cobre os anos 1564-1571 e que respeita, mais ou menos, ao período em que o nosso Poeta esteve no Oriente (1553 a 1568).

De facto, era surpreendente que o notável cronista nada tivesse dito sobre o Poeta quinhentista, eles que se encontraram na Índia (entre 1559 e 1562) e, de novo, em Moçambique (de c. de fevereiro a novembro de 1569) até ao seu embarque na nau Santa Clara, a caminho do reino (de novembro de 1569 a abril de 1570). Eles que haviam servido ambos na milícia, que eram especiais amigos, correligionários nas ideias humanistas do Renascimento e que, portanto, numa mão empunhavam a espada, na outra a pena!

Confuso, Camilo referia-se mesmo, depreciativamente, a Couto, como o «difuso autor das *Décadas*» e, entendia que o cronista, quando fala de Camões, nomeava-o «apenas numa crise de pobreza convizinha da mendiguez».

Bom, na verdade, a versão da *Década 8.^a* que Camilo conheceu era a que tinha sido publicada em 1673, e pouco diz, de facto. Na carta que o próprio Diogo do Couto dirige a Filipe I de Portugal e que serve de Prólogo a essa *Década 8.^a* impressa, o próprio Couto diz textualmente: «resumi as coisas mais notáveis e substanciais».

E então Camões? — ter-se-á interrogado Camilo. Não era ‘notável’? Não era ‘substancial’? Parecia que não! — escandalizava-se o romântico escritor.

Camilo tinha toda a razão para estranhar, e nem podia adivinhar que ali bem perto dele, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, estava um códice, manuscrito, com uma ver-

são mais explícita da *Década 8.^a* da Ásia de Diogo do Couto no que toca ao Oriente e particularmente de Macau, China.

Esse códice só veio a ser descoberto em 1917, seguido da descoberta de um outro manuscrito, praticamente igual, em Madrid, em 1971. São os códices Porto/Madrid, conhecidos por «versão manuscrita ou extensa» da *Década 8.^a*. Já Camilo não estava entre nós...

Em 1993/1994, a historiadora Maria Augusta Lima da Cruz fez um moroso e paciente trabalho de cotejo das duas versões da *Década 8.^a* (a impressa e a manuscrita) e podemos ver, pelo seu trabalho, que a versão impressa/resumida é, de facto, de... uma pobreza franciscana!... Couto ignora praticamente Camões. Mas nos códices Porto/Madrid diz mais. Ora, o que diz aí Couto?

Diz tudo o que, de relevante, sabemos hoje de "Macau e Camões": que na ilha de Moçambique o encontrou pobre, porque, «da viagem que fez à China por provedor dos defuntos [...], vindo de là se foi perder na costa do Sião, onde se salvarão todos despídos e o Camões por dita escapou com as suas Lusíadas como ele diz nellas e aly se lhe afogou hũa moça china que trazia muito fermosa...».

Diz mais, mas neste apontamento quero falar apenas da referência à moça china. É claro que não sabemos quem era a moça china, mas, para Camões a trazer consigo a bordo, no regresso de Macau para a Índia, significa que a amava ou, no mínimo, tinha afeição suficiente por ela. Era *china, muito formosa*, e perdeu-se no naufrágio que o Poeta diz ter tido na latitude da foz do Mecon, naquilo que é hoje o Vietname.

Não surpreende ninguém que Camões tivesse tido junto de si, nos *penedos* do alto do outeiro de Patane, em Macau, uma moça china, a quem amasse e desse guarida e proteção, em troca de serviços prosaicos do quotidiano de qualquer um: assegurar-lhe a malga de arroz com galinha

ou o *chao min* de legumes, a limpeza do tugúrio onde se encontravam acoitados — num dos penedos do cimo do outeiro onde está hoje a Gruta de Camões — a lavagem da roupa, enfim, coisas do dia a dia.

Também na Índia Camões ‘cantou’ umas «endechas a» uma «Bárbara escrava», uma «pretidão de amor, tão doce figura», por quem o «amorudo» Camões, mais uma vez, se perdeu de amores: *Aquela cativa / Que me tem cativo, / Porque nela vivo / Já não quer que viva.*

Por isso, pode tê-la ‘cantado’ em rimas soltas, como fez com Violante, Dinamene, e muitas outras. Nem é de desprezar a hipótese de ter perdido grande parte dos seus poemas no naufrágio e, portanto, um ou outro dedicado à moça china.

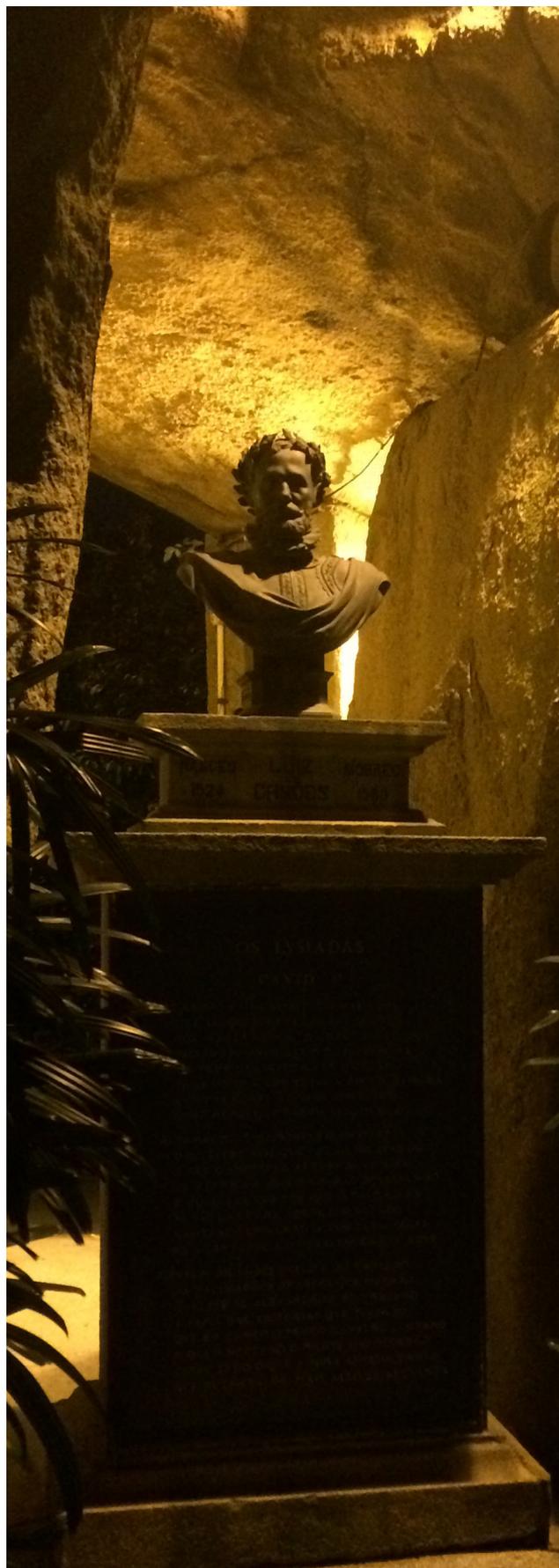
Esta, provavelmente, era «uma rapariga tanka, pertencente ao numeroso grupo social chinês que vivia em embarcações nos mais diversos pontos do litoral da província de Guangdong, vivendo quase exclusivamente sobre as águas, dedicando-se à pesca e ao tráfico marítimo», como sugere Rui Manuel Loureiro.

Houve quem tivesse feito tudo para inculcar a ideia de que a moça china era a Dinamene da lírica, falsificando, como defendem alguns autores, a versão manuscrita/extensa da *Década 8.^a*, na parte em que, a seguir à menção da ‘moça china’ e ‘muito formosa’, se acrescenta que o Poeta, “em terra, fez sonetos à sua morte, em que entrou aquele que diz: *Alma minha gentil que te partiste / tão cedo desta vida descontente / repousa tu no Céu eternamente / e viva eu cá terra sempre triste. E que, “a esta chama ele em suas obras Dina mente”* (sic).

Que a tivesse cantado, à moça china, não admira. Pois se a amava! Já o dissemos. Mas não era, seguramente, a Dinamene da lírica camonianiana. Primeiro, porque muito antes do naufrágio, já Dinamene aparece na lírica do nosso Poeta, em pelo menos uma elegia, duas éclogas e dois sonetos! Era, aliás, uma ninfa comum na antiguidade clássica, começando com Homero, na sua *Iliada*, canto XVIII, v. 44.

Segundo, porque a associação a Dinamene do nome da amada do soneto *Alma minha* citado na *Década 8.^a*, sendo certo que é uma homenagem a uma jovem amada que acaba de morrer, nenhuma das ideias de *morte no mar* ou *falta de sepultura* — comuns aos poemas onde Camões nomeia Dinamene — é afluída. Nem, acrescentando-se, se cita o nome da amada. A associação a Dinamene feita na *Década VIII* foi artificialmente induzida. Dolosamente, para desviar as atenções do nome da verdadeira Dinamene.

Terceiro, porque num informe manuscrito de 1672, de



“...não temos dúvidas de que o amorudo Camões tivesse amado esbeltas chinesas de Macau; mas não podemos garantir que alguma se mantivesse nas suas recordações com o nome de Dinamene.”

João Franco Barreto, inédito até há uns anos, *sub verba* ‘Dinamene’, faz ele constar que era o nome de uma *dama*, o que de todo não se coaduna com a lenda da moça chinesa. Está até bem mais conforme com a realidade, qual seja a de que pelo menos a mãe de D. Ioana de Menezes Noronha, a Dinamene da lírica, havia sido dama da imperatriz D. Isabel.

Por isso, como disse o Professor Luís de Albuquerque, «não temos dúvidas de que o amorudo Camões tivesse amado esbeltas chinesas de Macau; mas não podemos garantir que alguma se mantivesse nas suas recordações com o nome de Dinamene, e nada indica que viesse a morrer afogada no naufrágio que ele sofreu.» (Albuquerque, 1987, p. 156).

Se as duas versões da *Década 8.^a da Ásia* (versão manuscrita/extensa), encontradas no séc. XX, vieram trazer alguma luz à biografia oriental de Camões, convém, porém, pôr as maiores reservas a esta tentativa de identificar a moça china como Dinamene, pois sabemos que a autêntica *Década 8.^a*, pronta em finais de 1614, foi «roubada» em 1615, como o próprio Diogo do Couto escreveu na carta de 28 de janeiro de 1616, que precede a versão impressa/resumida, publicada em 1673.

Assim, a versão extensa/manuscrita (códices Porto/Madrid), são apenas os «códices depositários» do que terá sido a verdadeira, «roubada» e nunca aparecida. Com «mais as características de um rascunho, que de um trabalho acabado» (Cruz, 1994, II, p. 275), é afinal o «borrão» da verdadeira (idem, p. 39). Se, mesmo assim, nos disse tanto sobre a biografia oriental de Camões, imagine-se o que não poderá dizer-nos a autêntica quando, e se, um dia for encontrada.

Diogo do Couto tinha por costume, em Goa, de onde mandava os manuscritos para o reino, ter documentos, rascunhos, apontamentos, devidamente salvaguardados, pois eram grandes os riscos de os manuscritos enviados pela carreira da Índia se perderem. Havia os naufrágios, assaltos, roubos, incúria, imprevistos vários, que assim o obrigavam a isso. Assim, por exemplo, a *Década 7.^a* desapareceu num ataque da armada por corsários holandeses, a 11.^a desapareceu sem deixar rasto e as 8.^a e 9.^a foram roubadas, segundo informa o próprio Couto.

Com os “borrões” que conservava, conseguia, ele ou os seus secretários, refazer as que desaparecessem. É nesse contexto que não surpreende que os códices Porto/Madrid, meros “borrões”, meros rascunhos, possam efetivamente ter sido falsificados no que toca à moça china para que passasse pela Dinamene da lírica camoniana. A família dos amos de Camões tinha muito que esconder da posteridade... ■

Fontes bibliográficas: as duas obras do Autor publicadas em 2012 pela Labirinto de Letras (Lisboa), *Camões no Oriente* (coletânea de textos) e *Camões em Macau-Uma Verdade Historiográfica*, a primeira republicada em 2.^a edição, de Autor, em 2018, onde se pode consultar toda a bibliografia utilizada pelo Autor, e ainda, em geral, a obra de Maria Augusta Lima Cruz *Diogo do Couto e a Década 8.^a da Ásia*, publicada em dois volumes pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, em Lisboa, em 1993/1994, a obra de Rui Manuel Loureiro *A Biblioteca de Diogo do Couto*, publicada pelo Instituto Cultural de Macau em 1998 e ainda o *Dicionário da Expansão Portuguesa*, em dois volumes, dirigido por Francisco Contento Domingues, do Círculo de Leitores, janeiro de 2016.

Macau:

Contos e lendas de Alice Vieira

澳门: 爱丽丝·维埃拉笔下的故事与传说

Lola Xavier
Instituto Politécnico de Macau
Instituto Politécnico de Coimbra

Chegou há dias a nau de Macau que se esperava, tendo partido daqui há vinte meses, onde isso vai, ainda Sete-Sóis andava na guerra, e fez feliz jornada apesar de ser larga a viagem, que fica Macau muito para lá de Goa, terra de tantas bem-aventuranças, a China, que excede a todas as outras nos regalos e riqueza [...].

José Saramago, *Memorial do Convento*.

Aprenda uma coisa [...]: na cultura chinesa tudo tem um sentido especial.

C. Veiga de Oliveira & A. Cristina Alves, *As oito cartas de Macau*.

Macau, com a sua história secular de relações entre o Oriente e o Ocidente, tem sido, também, lugar de fascínio para inspiração de narrativas para a infância e a juventude. Veja-se o mais recente exemplo do livro de Banda Desenhada inspirado no Grande Prémio de Macau, *Michel Vaillant 7 – Macau* (2018).

A cultura tradicional de Macau e da China tem inspirado vários autores. Refira-se, logo na década de 50, Luís Gonzaga Gomes (1907-1976). Vários são os seus textos em que, através de um estilo opinativo e subjetivo, recorrendo frequentemente a adjetivos, transmite hábitos, costumes e lendas de Macau e dos chineses. A dedicação deste autor como divulgador sino-lusófono está bem patente nas suas obras. Destaque-se, aqui, nas primeiras edições, *Contos chineses* (1950), *Lendas chinesas* (1951), *Curiosidades de Macau antiga* (1952), *Festividades chinesas* (1953), *Macau: factos e lendas* (1979). A partir do final da década de 1990, Leonel Barros publica também vários livros sobre aspetos da cultura de Macau, destacando-se, *Macau, coisas da terra e do céu* (1999).

No que diz respeito a narrativas para a infância e juventude associadas a Macau, é na década de 1990 que mais

evidências temos. Alice Vieira (1943 -) publicou contos e lendas de Macau entre 1988 e 1990. Data também de 1990, o livro da mesma autora, *Macau: da lenda à história*. Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada publicaram, em 1995, *Uma aventura em Macau* e, dois anos mais tarde, na coleção “Viagens no tempo”, o livro *Tufão nos mares da China*. Ainda em 1995, Beatriz Basto da Silva é a autora de *A minha primeira história de Macau*. Nessa década, em 1998, Ana Cristina Alves e Celina Veiga de Oliveira lançam *As oito cartas de Macau*.

Nota-se, pois, um certo investimento em publicações direcionadas à infância e juventude sobre a história de Macau, na década de 1990, numa perspetiva da transmissão e reservação da *memória*, no período que antecede a transferência de administração de Macau para a China.

Os livros de Luís Gonzaga Gomes, Leonel Barros, Alice Vieira ou António Torrado permitiram a divulgação e preservação de uma cultura sobre Macau em língua portuguesa que tem, por exemplo, possibilitado a continuação da escrita e interpretação de lendas e contos chineses. Veja-se o caso de *Sob o véu do Tempo: contos e lendas da China antiga e de Macau* (2010), resultante de um projeto pedagógico coordenado na Escola Portuguesa de Macau por Marinela



Ferreira e Zélia Baptista Micero. Trata-se de um livro que amplia o leque de histórias apresentadas por Alice Vieira, contendo a adaptação e ilustração de 20 narrativas chinesas por alunos dos 6.º e 7.º anos, com resumos em inglês e mandarim.

Centremo-nos, porém, em *Contos e lendas de Macau* (2002), de Alice Vieira. Este é um livro premiado, primeiro em Portugal, pela ilustração, da autoria de Alain Corbel, que recebeu, em 2002, o Prémio Nacional de Ilustração. Em 2007, a edição brasileira foi considerada a melhor obra de literatura infantojuvenil em língua portuguesa, tendo recebido o Prémio Henriqueta Lisboa, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ – Brasil).

Esta coletânea contém seis contos/lendas e é o resultado de vários livrinhos de uma coleção publicada pelo Instituto Cultural de Macau/Editorial Publica entre 1988 e 1990, em Macau. Para além de “As árvores que ninguém separa”, “Uma voz do fundo das águas”, “As mãos de Lam Seng”, “O que sabem os pássaros”, “Um estranho barulho de asas” e “O templo da promessa”, compilados em *Contos e lendas de Macau*, a coleção inicial, incluía ainda narrativas de António Torrado, como “A noite luminosa”, “O coelho de Jade” e “A cerejeira da Lua”.

O amor, a magia, o maravilhoso, as crenças, o trágico, o heroísmo, a transmissão de valores são eixos marcantes nos contos e lendas da China, que permitem, inclusive, encontrar pontos de contacto com as lendas e tradições ocidentais. Alice Vieira apresenta-nos esses contos e lendas de modo poético. A escritora, qual contadora de histórias, conseguiu com mestria criar um estilo vívido, poético e metafórico, em que sobressai o *suspense* e o ritmo conseguido pelas frases curtas, repetições, anáforas, enumerações e pelo paralelismo. As descrições, os diálogos e os solilóquios, a interpelação ao leitor, a intertextualidade através de paráfrases, a criação de narradores, eles próprios contadores de histórias, contribuem para a criação de uma atmosfera que envolve o leitor de todas as idades.

A lenda “As árvores que ninguém separa” remete-nos para uma árvore que “é formada por dois troncos principais, cada um deles com as suas raízes próprias, mas os seus ramos e a folhagem são comuns porque, com o andar dos tempos, os dois troncos foram-se desenvolvendo esguios e estreitamente enlaçados um no outro” (Gomes, 1996, p. 43). Estas árvores seriam testemunho de um amor trágico

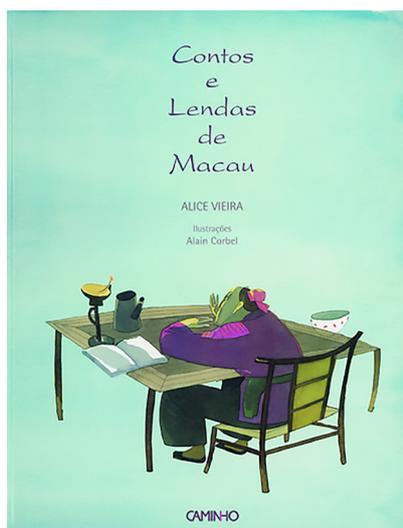
co e podem ser vistas no jardim do templo da deusa Kun Iam, um dos maiores e mais frequentados de Macau, na Avenida Coronel Mesquita. Trata-se da lenda de um casal de apaixonados de posição social diferente que, devido à oposição do relacionamento pelo pai da jovem, acabam por enforcar-se nessas árvores. Num estilo dramático-poético e metafórico, a narrativa de Alice Vieira fala dos amores de A-Kâm, a bela filha de um sábio e respeitado agricultor, Lou Uóng, por A-Hêng, empregado do pai. Um amor que será contrariado e terá, pois, um desfecho ominoso.

O conto “O que sabem os pássaros” conta-nos a história de dois irmãos. Wan Liang é forte e inteligente, torna-se escriba. Por sua vez, Lao Ta tem dificuldades motoras e cognitivas e ganha a vida como adivinho, que fala com os pássaros (cucos). Apesar de optarem por caminhos diferentes, chegam à conclusão de que a “união faz a força” e de que juntos conseguem a complementaridade.

O conto “As mãos de Lam Seng” re-cua às origens dos “bonecos de farinha” em Macau. Acompanham-se as gerações dos artífices que criavam pequenas esculturas a partir de massa de farinha ou de arroz glutinoso, a que se aplicava uma “tinta” para preservar o boneco. Esta arte terá deixado de ser executada em Macau na década de 1980. A história conduz-nos de Liu Shih a Lam Seng, que, “há mais de vinte anos, assentou a sua banca naquela esquina da cidade de Macau, ali no largo do Senado” (Vieira, 2002, p. 61). Os deícticos usados pelo narrador remetem-nos para a relação

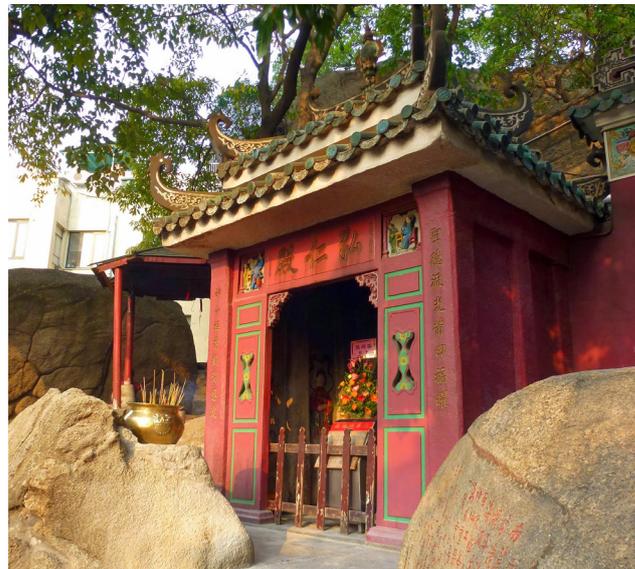
entre a ficção e o espaço real, criando verosimilhança. Este conto, tenta, assim, apresentar as origens de estatuetas de massa já desaparecidas, contribuindo para a preservação da memória de costumes antigos de Macau.

A lenda “A voz do fundo das águas” baseou-se na morte do poeta Ch'u Yuan, também conhecido por Wat Yun, que inspirou uma das festividades do calendário lunar chinês, assinalada em Macau no quinto dia do quinto mês lunar: o festival do “barco-dragão”. Conta a lenda que Ch'u Yuan sofreu da conspiração daqueles que não apreciavam assistir à influência que ele teria como conselheiro do rei Huai. Deportado, recebe a notícia de que o reino, sob a influência de conselheiros incompetentes, fora vencido pelos inimigos. Não aguentando a tristeza, lança-se ao lago, perto de onde vivia. Sem o conseguirem salvar, os pescadores passaram a





Templo de Kun Iam



Templo de A Ma

lançar bolos de arroz à água, para alimentar o espírito de Ch'ü Yuan, e a fazer barulho na água com os remos, para afastar os peixes bem como os espíritos malignos do seu corpo. Esta lenda está associada a alguns rituais das corridas de barco-dragão¹. Ainda hoje, se comem os bolos tchong ou catupá, de arroz glutinoso enrolados em folhas de lótus, de bananeira ou de bambu: “hoje em dia, o que mais se come, durante as festividades, são os “tchong”, bolinhos de arroz fumegantes e embrulhados nas próprias folhas de bambu em que foram cozidos” (Vieira, 2002, p. 79). Esta tradição de enrolar o arroz em folhas dever-se-á à crença de que Ch'ü Yuan terá aparecido aos pescadores a pedir que assim fizessem, para que os espíritos maléficos não mais lhe interceptassem a comida.

“Um estranho barulho de asas” é considerada uma das

“Estas narrativas de Alice Vieira evocam a literatura tradicional chinesa de transmissão oral e [...] permitem a compreensão de uma sociedade e da forma como essa sociedade se organiza, em torno da mitologia chinesa, do maravilhoso e da natureza.”

lendas mais românticas que nos remete para a mitologia chinesa. Retrata a história dos amores proibidos de Tchêk Noi, uma das sete filhas do imperador de Jade, senhor soberano dos Céus, pelo vaqueiro Ngau Ióng. Tchêk Noi era exímia nas suas habilidades de tecedeira. Numa viagem à Terra, ela consegue reencontrar o amado que fora para lá deportado pela Deusa-Mãe. A felicidade, porém, dura poucos anos e ela tem de regressar ao reino dos Céus. Serão as irmãs que ajudarão os amados e encontrar-se uma vez por ano, metamorfoseando-se em milhões de pegas e criando uma ponte sobre as águas do rio que os separam. Mas o encontro no sétimo dia da sétima lua só pode acontecer se o céu estiver limpo. Nesta narrativa recria-se a atmosfera do maravilhoso na tradição oral. O narrador é um contador de estórias, que, interpelado pelas crianças, lhes narra a lenda. As perguntas dos seus ouvintes, que interrompem a narração linear da estória, permitem-lhe resumi-la e contribuem para a vivacidade do texto.

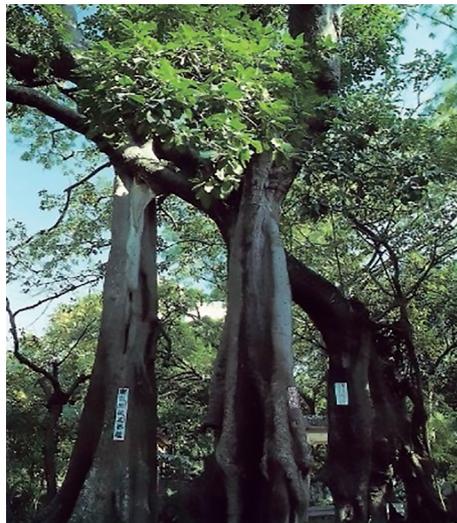
“O templo da promessa” encerra este livro de contos e lendas. Inspira-se na lenda da construção do templo da deusa A-Má, protetora dos pescadores, que terá antecedido a fundação da cidade de Macau. Se se comparar este texto com “A lenda do templo da Barra” de Luís Gonzaga Gomes (1996, pp. 25-28), escrito em 1942, constata-se que Alice Vieira cria um texto com ritmo e poeticidade, focando o seu olhar na personagem secundária do texto de Luís Gonzaga Gomes, Sâm Mân, o vendedor de chá que será o primeiro a mandar erigir um templo em nome da Soberana

¹ Para saber mais: <http://www.revistamacau.com/2018/06/11/festival-do-barco-dragao/>

do Céu, “Néung-Má”, ou simplesmente o templo de A-Má.

Estas narrativas de Alice Vieira evocam a literatura tradicional chinesa de transmissão oral e contribuem para o conhecimento de uma sociedade nas suas crenças, a forma de explicação de fenómenos naturais e de medos. Permite, igualmente, a compreensão de uma sociedade e da forma como essa sociedade se organiza, em torno da mitologia chinesa, do maravilhoso e da natureza. Concorrem para a preservação e divulgação de uma memória antiga e apresentam um valor pedagógico de transmissão de valores.

O maravilhoso está presente nas lendas “As árvores que ninguém separa”, “Um estranho barulho de asas”, “Uma voz do fundo das águas” e “O templo da promessa”. Trata-se de situações reais (a existência de um templo e a devoção a uma deusa, de árvores *sui generis*, de festivais e comida



Árvores dos Amantes, Templo de Kun Iam

“Contos e lendas de Macau [...] é uma obra indicada para quem pretenda compreender um pouco mais da cultura de Macau (e chinesa).”

típica, por exemplo) que são explicadas através de narrativas transfiguradas, de forma inconsciente, pela imaginação popular, em que o sobrenatural é coerente com o universo reproduzido. Estas lendas permitem-nos também perceber as ideias e pensamentos da sociedade que as cria.

Por sua vez, os contos “O que sabem os pássaros” e “As mãos de Lam Seng” apresentam-nos pessoas comuns na sua luta pela sobrevivência e transmissão de saberes. A percepção não evidente de onde começam as lendas e terminam os contos que anuncia o título da obra, percebe-se também pelo que partilham em comum: as narrativas assentam em crenças, explicação de fenómenos e tradições e em mitos primitivos. Porém, também nestas narrativas se reconhecem traços comuns de outras narrativas universais: os infortúnios de Romeu e Julieta, Tristão e Isolda, D. Pedro e D. Inês de Castro. Os temas são igualmente universais: desde o egoísmo de Lou Hong e do imperador de Jade, que não

queriam partilhar o amor da filha nem prescindir da sua força de trabalho, até ao peso do patriarcado, à relação de comunhão do homem com a natureza, à defesa de valores morais e do património imaterial. Os elementos da natureza são constantemente evocados, evidenciando o seu papel. Por outro lado, são expostos os elementos da cultura chinesa: os deuses, os locais, os costumes, os festivais, as crenças, o maravilhoso e algumas figuras marcantes da história ou mitologia. Sintetizando, ainda que recontada a partir de uma perspetiva ocidental, esta coletânea abre outra cultura à reflexão, permitindo estabelecer laços entre culturas.

Apesar de *Contos e lendas de Macau* estar considerado como literatura para a infância – o Plano Nacional de Leitura recomendou-o para os 9-11 anos, até 2017 –, a verdade é que se trata de um livro para todas as idades. Pode considerar-se *crossover fiction* (Falconer, 2007) e é uma obra indicada para quem pretenda compreender um pouco mais da cultura de Macau (e chinesa). ■

Referências bibliográficas

- Barros, Manuel (1999). *Macau – Coisas da terra e do céu*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude.
- Barros, Manuel (2003). *Templos, lendas e rituais* – Macau. Macau: Associação Promotora da Instrução de Macaenses – APIM.
- Falconer, Rachel (2007). “Crossover literature and abjection: Geraldine McCaughrean’s *The white darkness*”. *Children’s literature in education* 38 (1): 35-44.
- Gomes, Luís Gonzaga Gomes (1996). *Curiósidades de Macau antiga*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Gomes, José António (1998). *Introdução à obra de Alice Vieira*. Lisboa: Caminho.
- Gomes, Luís Gonzaga Gomes (1994). *Chineses*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Gomes, Luís Gonzaga Gomes (1994). *Macau: factos e lendas*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Graton-Lapière-Bénéteau (2018). *Michel Vaillant 7 – Macau*. Alfragide: Edições Asa.
- Han, Lili (2018). *Luís Gonzaga Gomes, filho da terra: divulgador e tradutor de imagens da China e de Macau*. Macau: Instituto Politécnico de Macau.
- Oliveira, Celina Veiga de & Alves, Ana Cristina (1998). *As oito cartas de Macau*. Macau: Livros do Oriente / Fundação Macau.
- Saramago, José (2015). *Memorial do convento*. Alfragide: Caminho.
- Vieira, Alice (2002). *Contos e lendas de Macau*. Alfragide: Editorial Caminho.
- Vieira, Alice (1990). *Macau: da lenda à história*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação de Macau / Livros do Oriente.
- Xinyue, Zhao (2015). *Imagens do oriente em contos e lendas de Macau*. Aveiro: Universidade de Aveiro (dissertação de mestrado)

A Língua Portuguesa em Macau, nos dias de hoje

今日澳门葡语现状

Rosa Bizarro
Universidade de Cabo Verde

No âmbito de um esforço de compreensão do que se passa, na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), nos nossos dias, no que à Língua Portuguesa diz respeito, é nosso intuito partilhar algumas reflexões baseadas, fundamentalmente, numa experiência vivida, ao longo dos últimos sete anos, no Território, e em pesquisas feitas.

1. A Língua Portuguesa no quotidiano

Se os residentes na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) mais idosos ainda guardam, no conjunto dos seus saberes, formas de comunicação do quotidiano em Língua Portuguesa, a verdade é que, nas ruas, nos mercados, nos espaços públicos, o Português não surge espontaneamente, na vida quotidiana.

Apesar de ser língua oficial¹, com presença significativa, no seio das famílias cultas macaenses e de algumas chinesas, e obrigatória na Assembleia Legislativa, nos Tribunais, na Administração Pública, nas paragens dos autocarros e nas placas toponímicas da Região, por exemplo, a verdade é que o domínio do Português não é assumido plenamente pela população em geral (na sua grande maioria proveniente da China Interior), exceção feita, naturalmente, às comunidades de língua materna portuguesa².

Lembremos que, num território constituído pela península de Macau e pelas ilhas da Taipa e Coloane, perfazendo uma área de 30,8 km³, viviam pouco mais de 653 mil habitantes em 2017 (segundo os últimos censos disponíveis³), dos quais 76,7% pertenciam ao grupo etário dos 15 aos 64 anos, registando-se 33 098 indivíduos a frequentar o ensino superior (em 10 instituições de ensino superior diferentes).

Face a esta situação, urge perguntar: será que a Língua Portuguesa tem tendência para ocupar um lugar diferente na RAEM? Julgamos que sim. Mas vejamos algumas faces de uma realidade complexa e caleidoscópica.

2. O interesse crescente pela Língua Portuguesa

Atento ao poder cultural, económico e político que a Língua Portuguesa possui, como língua oficial e/ou materna de milhões de pessoas nos diferentes Continentes, com particular destaque para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), mas também do Brasil, Timor Leste, Goa, RAEM e, naturalmente, Portugal, o Governo da RAEM e o Governo Central da China Interior têm reconhecido a importância da aposta no ensino da Língua Portuguesa no território e na formação de talentos (leia-se, quadros qualificados) bilingues, no intuito de fazer de Macau a plataforma de eleição para o diálogo entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Deste modo, e segundo os dados oficiais disponíveis no momento da produção destas reflexões⁴, encontravam-se matriculados, em 2016/17, nas instituições de ensino superior da RAEM, 700 estudantes de português, muitos deles, efetuando cursos de licenciatura e mestrado ligados ao ensino da Tradução e Interpretação Chinês-Português e não estando incluído neste número os que usam o português

¹ A língua chinesa e a portuguesa são as línguas oficiais na RAEM. A língua chinesa é utilizada por mais de 80,1 por cento da população de Macau, o português por cerca de 2,3 por cento. As restantes comunidades usam, preferencialmente, as respetivas línguas maternas, aparecendo o inglês como a língua de comunicação mais usada por uns e outros.

² Segundo os resultados globais dos Intercensos 2016, na população total da RAEM, a nacionalidade chinesa representa 88,4 por cento, enquanto as nacionalidades portuguesa e filipina equivalem, respetivamente, a 1,4 por cento e 4,6 por cento. (cf <http://www.dsec.gov.mo>). Os Censos realizados em 2021 ainda não têm os resultados disponíveis à data da produção deste texto.

³ Cf file:///C:/Users/MPI/Downloads/P_MN_PUB_2018_Y.pdf

⁴ Cf. "Relatório da situação dos trabalhos sobre o desenvolvimento de talentos de Macau", disponível em <http://www.scdt.gov.mo/reference.html>

como língua de trabalho em cursos como Administração Pública ou Direito.

Por outro lado, o Governo da RAEM decidiu criar o "Grupo de Trabalho sobre Formação de Quadros Bilingues Qualificados nas Línguas Chinesa e Portuguesa" bem como a "Aliança para Formação de Quadros Bilingues Qualificados nas Línguas Chinesa e Portuguesa", com o objetivo de promover a elaboração de propostas formativas para os quadros qualificados de cariz científico e sistemático. Além disso, apoia o desenvolvimento profissional de docentes e investigadores, através, por exemplo, da adoção de medidas como os "Financiamentos Especiais para Formação de Quadros Qualificados Bilingues em Chinês e Português e para a Cooperação do Ensino e da Investigação das Instituições do Ensino Superior de Macau" e do "Plano de Apoio de Pagamento dos Juros de Crédito para a Formação Linguística de Graduados do Ensino Superior", plano este que também abrange todos os cidadãos da RAEM que pretendam reforçar a sua formação em línguas. Mas, a

curto prazo, se cimentarão outras medidas. De facto, com a publicação, em 2017, da nova Lei do Ensino Superior da RAEM (Lei 10/ 2017), que entrou em vigor um ano depois da sua publicação, diferentes instituições de ensino superior da RAEM (como é o caso do Instituto Politécnico de Macau) pensaram em alargar a sua oferta formativa ao nível da pós-graduação, tendo sido apro-

vados pela tutela, em 2019, um Mestrado em Tradução e Interpretação Chinês-Português e um Doutoramento em Português que fazem da Língua Portuguesa, das suas características, das suas manifestações culturais mais relevantes e do seu ensino, um dos alvos de eleição.

De referir, ainda, a existência de medidas governamentais de peso como a criação de programas de atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior e de bolsas de mérito para estudos de pós-graduação, muitas delas destinadas à formação (quer no território quer em Portugal) de quadros especializados e qualificados bilingues, em Chinês e Português.

A RAEM mostra, assim, estar atenta aos desenvolvimentos nacionais e internacionais. A indústria do turismo e do lazer em que já ocupa um papel importante quer ombrear com o sector financeiro, o sector das indústrias culturais e criativas, os talentos na área da ciência e tecnologia.

O interesse pelos países de Língua Portuguesa não cessa de aumentar. A formação de quadros bilingues em Chinês-Português, na Região, assume, por conseguinte, uma posição de destaque. O mercado de trabalho em Português expande-se. As necessidades de formação aumentam. Muitos jovens residentes em Macau (e na China Interior) sabem que o seu futuro passa pelo domínio da Língua Portuguesa. Comprova-o a demanda de jovens chineses locais, mas também de jovens chineses do Continente que procuram as instituições de ensino (essencialmente, superior, mas não só) da RAEM para fazerem a sua formação em Português. Comprova-o, ainda, a procura de formação contínua em Português e a formação de cursos intensivos de duração curta ou média por parte dos que, vivendo noutras paragens, fazem de Macau um polo de centralidade no ensino e na formação em Língua Portuguesa.

3. E Portugal que apoio tem dado à Língua Portuguesa na RAEM?

Não sendo exclusivamente sua a responsabilidade de apoiar a Língua Portuguesa no território, Portugal não deixa, contudo, de ter uma voz particular neste desafio.

A Fundação Oriente, a Escola Portuguesa de Macau, o Instituto Português do Oriente e o próprio Consulado Geral de Portugal em Macau e Hong Kong assumem-se, inequivocamente, como as vozes mais fortes ao serviço de

Portugal na divulgação e formação da Língua Portuguesa em Macau. Muito mais poderá/deverá ser feito. Mas estaremos, estou certa, no bom caminho.

Em jeito de conclusão

Em jeito de conclusão, fica, no ar, uma brisa de esperança. A Língua Portuguesa é demasiado valiosa para ser esquecida neste lado do mundo.

E, no desafio da sua permanência nestas paragens, vários são os protagonistas, várias as instâncias que podem fazer algo. Em conjunto, se possível, criando sinergias de colaboração recíproca, em que todos serão poucos para as crescentes necessidades de formação de qualidade de que o território carece.

Uma última palavra para os meios de comunicação social em Português que aqui são produzidos. Deles, destaca-

“O Governo da RAEM e o Governo Central da China Interior têm reconhecido a importância da aposta no ensino da Língua Portuguesa no território e na formação de talentos (leia-se, quadros qualificados)...”

rei a TDM (Teledifusão de Macau), nas suas versões rádio e televisão, e os jornais de maior público: Hoje Macau, Tribuna de Macau e Ponto Final, sem esquecer o semanário bilingue (Chinês-Português) intitulado Plataforma. Mas outras publicações há. E todas merecedoras do nosso olhar e apoio. Todas elas veículos defensores de uma presença da Língua Portuguesa em Macau que se quer dotada de sentido.

Assim acreditemos que a Língua Portuguesa nos pode unir, muito mais do que separar. ■

Eu falo português!

“...acreditemos que a Língua Portuguesa nos pode unir, muito mais do que separar.”





■ Porcelana de encomenda

艺术



ARTE

Porcelana de encomenda

定制瓷

Os portugueses foram os primeiros ocidentais a encomendar porcelana à China. As porcelanas de encomenda não só testemunham momentos espantosos, interações comerciais, desenvolvimentos técnicos e flutuações sociais entre a China e Portugal, mas também permitem conhecer melhor a relação intercultural, isto é, o modo como estes dois países confluíram e conviveram, se complementaram e se confrontaram.

A China e Portugal ocupam os extremos continentais da Euro-Ásia, mas possuem das mais antigas, contínuas e regulares relações entre europeus e asiáticos orientais. A partir do século XVI, mais especificamente com a chegada do explorador Jorge Álvares à ilha de Tamão (agora ilha de Lin Tin), em 1513, deu-se o primeiro encontro entre Portugal e a China. Posteriormente, em 1516, Portugal estabeleceu oficialmente uma relação diplomática e comercial com a China com o envio do primeiro agente português, Tomé Pires, ao imperador chinês Zhengde. Ainda que as intenções iniciais dos portugueses, ao chegarem à China, não fossem de todo pacíficas (os portugueses quiseram dominar a China, após a conquista de Malaca, em 1511), é incontestável que este primeiro encontro abriu expectativas sobre um mundo novo e estimulou o processo de globalização. Desde então, Portugal, como mensageiro da Ásia na Europa e da Europa na Ásia, ligou dois países, duas culturas e dois mundos diferentes.

Neste processo de intercâmbio, os portugueses trouxeram a “cultura chinesa”, que, ao ganhar uma forte presença em Portugal, mudou a cultura material portuguesa e estimulou a criatividade artística dos portugueses. Entre os produtos comercializados, a porcelana de encomenda apresenta-se provavelmente como um dos “frutos” mais significativos neste processo de interações materiais e imateriais. De facto, os portugueses foram os primeiros europeus a ter contacto com os chineses na área da porcelana e a encomendar porcelana à China.

As primeiras porcelanas de encomenda foram adquiridas por navegadores, mercadores e missionários portugueses, através dos contactos estabelecidos com mercadores malaios e cantoneses, depois da conquista de Malaca. As aquisições teriam continuidade com o estabelecimento do entreposto português de Macau, em 1557, terminando com o início da produção da chamada *Kraak*, cujo nome

Guo Mo
Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau

provém das embarcações portuguesas carregadas de porcelana (Afonso, p.189, 2014).

Da encomenda ao transporte, passando pela produção e pela distribuição, a porcelana de encomenda foi inserida num sistema completo. Em Portugal, uma vez que a coroa tinha interesse no comércio direto com a China, não havia companhias ou sociedades particulares. Entretanto, outros países da Europa criaram as suas próprias companhias –

“... os portugueses foram os primeiros europeus a ter contacto com os chineses na área da porcelana e a encomendar porcelana à China.”

Companhia das Índias – para transporte marítimo (Holanda – VOC¹, de 1602 a 1795; Inglaterra – EIC², de 1600 a 1852; França, ativa de 1664 a 1749; Suécia, de 1731 a 1813; Dinamarca, Áustria, Espanha, Grécia e, mais tarde, os Estados Unidos da América). Os encomendantes enviavam uma nótula acerca da configuração, da cor, da quantidade e do preço das peças e o desenho que pretendiam ver reproduzido (em geral o brasão de armas da família). Quando os barcos chegavam aos portos de Cantão, os intermediários chineses transferiam a encomenda para *Jingdezhen*³. Os artesãos chineses produziam as peças de acordo com as instruções vindas da Europa e as explicações dadas pelos intermediários chineses. Após a manufatura, as peças eram enviadas para Cantão e daqui seguiam para a Europa. Um eram entregues aos encomendantes e outras eram leiloadas.

Até este processo estar completo decorriam cerca de três anos. No entanto, o negócio gerava lucros substanciais.

Devido à estranheza sentida em relação à configuração e aos temas ocidentais, por vezes, os artesãos chineses aumentavam o preço, de acordo com o nível de dificuldade da manufatura. Por isso, era habitual que o preço da porcelana de encomenda fosse mais alto do que as peças para venda no mercado interno.

Para aumentar a precisão do *design* da peça de encomenda, em alguns casos, os ocidentais também enviavam

modelos em madeira ou em barro, em vez de uma instrução pormenorizada. Todavia, dada a diferença cultural entre o Ocidente e o Oriente, os artesãos chineses tinham dificuldade em copiar os motivos e as letras e em produzir as configurações, gerando modificações e alterações nos motivos originais. As peças de encomenda que não correspondessem fielmente ao pedido dos ocidentais não perdiam valor. Pelo contrário, ganhavam não apenas valor comercial, mas também valor estético, histórico, cultural e social e ainda se tornavam um fenómeno cultural peculiar. ■



Fig. 1 – Gomil, porcelana chinesa, período Zhengde (1506-1521), c.1520. Fotografia retirada do livro de Corbeiller, C. L. & Frelinghuysen, A. C., 2003, p. 6.

O exemplo 1, que se reconhece por adotar o formato de objeto islâmico, mostra no centro do bojo as armas reais de D. João III de Portugal em posição invertida. Esta modificação, provocada pela má cópia, mostra que os artesãos chineses não tinham uma compreensão cultural suficiente para copiar bem o motivo português.



Fig. 2 – Escudela, porcelana chinesa, 1541. Fotografia de Museu Rainha Dona Leonor, em Beja.

O exemplo 2, com a inscrição «EM TEMPO DE RERO [PÊRO] DE FARIA DE 1541», feito no tempo de Pedro de Faria que foi um administrador colonial português (1528-29 e 1537-43) e comandante militar em Malaca, apresenta no interior uma personagem religiosa sentada em meditação. A grafia demonstra a dificuldade dos artesãos chineses em copiar as letras do alfabeto latino.

Fig. 3 – Garrafa, porcelana chinesa, do período Jiajing (1522-1566), datada de 1552. Fotografia do Museu do Centro Científico e Cultural de Macau.

O exemplo 3 tem o bojo piriforme, gargalo alto, truncado. O registo central, que ocupa praticamente todo o bojo, mostra um *qilin*, andando numa paisagem, limitado por sebe, com pequenos bambus brotando de rochedos, um pinheiro com tronco contorcido e um conjunto de bambus, que balizam o território de cada animal. Na banda do gargalo existe uma inscrição em duas linhas “ISTO MANDOU FAZER JORGE ALVRZ NA// A ERA DE 1552 REINA”, mas a frase está invertida e apresenta uma má caligrafia pela mão do artesão chinês.



¹ A Companhia Holandesa das Índias Orientais. Em holandês: Vereenigde Oost-Indische Compagnie.

² A Companhia Britânica das Índias Orientais. Em inglês: Company of Merchants of London Trading to the East Indies.

³ É considerada a cidade da porcelana na China. Em chinês: 景德镇.

Referências bibliográficas

- Afonso, L.U. (2014). As porcelanas <<primeiras encomendas>> da Coleção Medeiros e Almeida. *Artis. Revista de História da Arte e Ciências do Património*, 2, 186-193.
- Corbeiller, C. L. & Frelinghuysen, A. C. (2003). Chinese Export Porcelain. *The Metropolitan Museum of Art Bulletin*, 60(3).
- Matos, M. A. P. (1993). Porcelana de Encomenda: História de um intercâmbio cultural entre Portugal e a China. *Oceanos: Porcelanas e Mares da China*, 14, 40-56.

- 
- A Cooperação Portugal - China na construção da Faixa Económica da Nova Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do século XXI

一帶一路



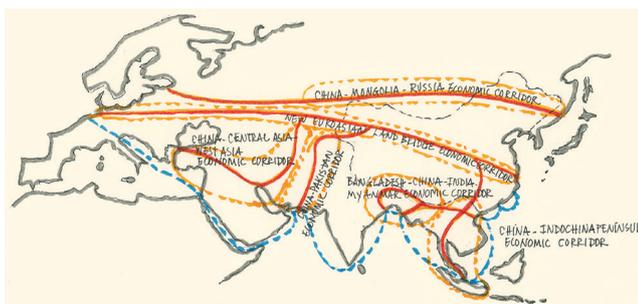
FAIXA E ROTA

A Cooperação Portugal - China na construção da Faixa Económica da Nova Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do século XXI

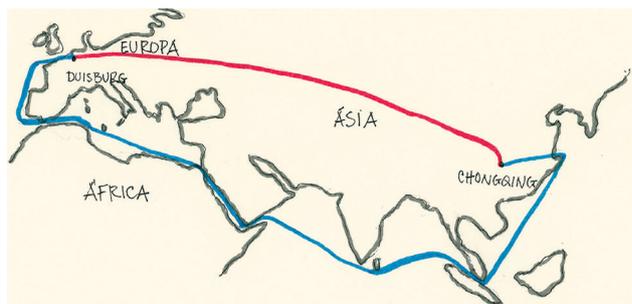
二十一世纪“一带一路”建设之中葡合作

Fernanda Ilhéu
Professora no ISEG
Presidente da ANRS

O sucesso da viagem do Presidente Xi Jinping a Portugal e a assinatura do Protocolo de Cooperação entre os governos de Portugal e da China, no quadro da Faixa Económica da Rota Seda e da Nova Rota da Seda Marítima do Século XXI, elevam, de uma forma muito significativa e estruturada, o nível de cooperação entre os dois países. No entanto, as pessoas menos familiarizadas com a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” têm muita dificuldade em realmente perceber do que se trata e qual o interesse que esta iniciativa poderá ter para o mundo e nomeadamente para Portugal.



As Rotas Terrestres ¹



A Rota da Seda Marítima do Século XXI ¹

Durante a visita do Presidente Xi Jinping a Portugal, a comunicação social transmitiu várias mensagens que tiveram o mérito de chamar a atenção para a iniciativa, mas vincularam, muitas vezes, interpretações marcadas por uma perspetiva de relações internacionais de um mundo ainda não multipolar, de um mundo que foi bipolar até aos anos 90 do século XX, debaixo de um clima de guerra fria entre os EUA e a Rússia e blocos alinhados e que, depois da queda do muro de Berlim em 1989, passou a ser unipolar, com uma clara hegemonia americana.

A ascensão da China a segunda economia do mundo, em 2010, e sobretudo o desafio que o Presidente chinês fez, em Davos, em 2017, de liderar o processo de globalização, face a uma atitude protecionista dos EUA, ligando a iniciativa “Faixa e Rota” a um novo modelo de globalização, levam a que muitos olhem para a China como o desafiador

dos EUA num mundo bipolar. No entanto, a China convida a Europa e os países de outros continentes para uma construção conjunta deste novo mundo que, na sua conceção, deverá ser multipolar. Os EUA com a permanente ameaça de protecionismo e guerras comerciais, não só com a China, mas também com a Europa, com o México e com outros países, com o *mindset* da América primeiro, gerem presentemente os relacionamentos com os seus aliados europeus de forma a manterem um modelo de liderança unipolar por si liderado. Estão a criar, assim, através dos seus relacionamentos diplomáticos e dos media, a ideia de que todas as estratégias da China têm como objetivo único a liderança mundial do seu modelo político, tal como no século XX a Rússia tinha, dando a perspetiva de que se está a preparar uma nova guerra fria, em que quem coopera com a China está contra os EUA. São frequentes as narrativas de que a China utiliza espionagem cibernética para conseguir

progresso científico e ganhos tecnológicos e comerciais, para alcançar supremacia económica e, sobretudo, política sobre outros países. Não devemos trabalhar com base na presunção de intenções escondidas da China, com objetivos de hegemonia mundial, até porque a História diz-nos que, no passado, isso nunca aconteceu. Lembro, por exemplo, que nos séculos XV e XVI, na Dinastia Ming, quando a China era uma importante economia para a época, líder mundial no uso de armas baseadas em pólvora e com elevados conhecimentos na construção naval e na navegação, que possibilitaram as sete viagens transatlânticas de Zheng He, nunca teve como objetivo a hegemonia política, limitando-se ao desenvolvimento das relações

comerciais com outros povos, sem preocupações com o domínio territorial. Podemos ver presentemente que a China coloca como exigência, nos seus projetos de cooperação com outros países, que estes se não intrometam na política chinesa e que não reconheçam Taiwan como estado soberano. Mas não exige que esses países sigam o seu modelo e a sua filosofia política. Devemos, então, tentar conhecer melhor a iniciativa “Faixa e Rota” e a “Nova Rota Marítima do Século XXI” e perceber o tipo de cooperação que podemos estabelecer com a China e seguir a frase de Confúcio “onde quer que vás, vai com todo o teu coração”, ou seja, temos de acreditar e ver que benefícios poderão o mundo e Portugal obter com a construção deste novo modelo de globalização e de relacionamentos internacionais. Assim, vamos analisar as diretivas produzidas pelo governo chinês para esta iniciativa e investigar os trabalhos de pesquisa e reflexão já realizados por fontes isentas e credíveis.

Começando por analisar o documento estruturante desta iniciativa – “Visão e Ações para Construir Conjuntamente a Faixa Económica da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI”, emitido em 2015, pela CNDR (Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma) do governo chinês –, conclui-se que o objetivo desta iniciativa é o desenvolvimento económico sustentado da China, em

“A China utiliza o investimento no exterior para desenvolver um sistema multilateral de comércio e não tenta fazer penetrar a sua ideologia política nos países onde investe.”

“O nome Rota da Seda vem do nome dado, em 1877, às antigas Rotas da Seda, pelo explorador alemão, Barão Ferninand von Richthofen.”

conjunto com os países que queiram cooperar na construção dessa nova realidade. Nas poucas vezes que a palavra política aparece no documento é adjetivada pela palavra económica ou por abertura do estado chinês. Fazendo uma pesquisa mais alargada a outros documentos do governo chinês com ele relacionados, vemos também que a visão

vinculada é sempre a de construção de desenvolvimento económico, num mundo multipolar. Mas a iniciativa é recente e está a ser construída e, mesmo na China, existem muitas dúvidas sobre o caminho que se vai percorrer e como vai ser percorrido. Muitos debates ao nível de *think tanks*, academias e entidades governamentais tem havido sobre o tema, e o modelo está a ser interativamente moldado em conjunto com os países que, aos poucos, nego-

ceiam com a China memorandos de entendimento sobre essa cooperação. As análises e reflexões começam pela própria classificação desta iniciativa. Estamos a falar de uma visão, de uma estratégia, de um Plano Marshall? De onde vem este nome?

Pela leitura de alguns trabalhos académicos, nomeadamente do livro *China's One Belt One Road Initiative, Challenges and Prospects*, de Sharma & Kundu (2016), podemos concluir que a China tem em relação a esta iniciativa duas visões estratégicas, uma externa e outra interna. Externamente, não é uma entidade, uma instituição, uma organização internacional, mas uma ideia, uma visão focada na cooperação e desenvolvimento. Fala-se de plataformas de cooperação, que têm por objetivo o desenvolvimento económico proativo, obtido através de parcerias de cooperação entre a China e outros países de uma forma bilateral ou multilateral. Estas parcerias deverão vir ao encontro das necessidades de desenvolvimento rápido dos países envol-

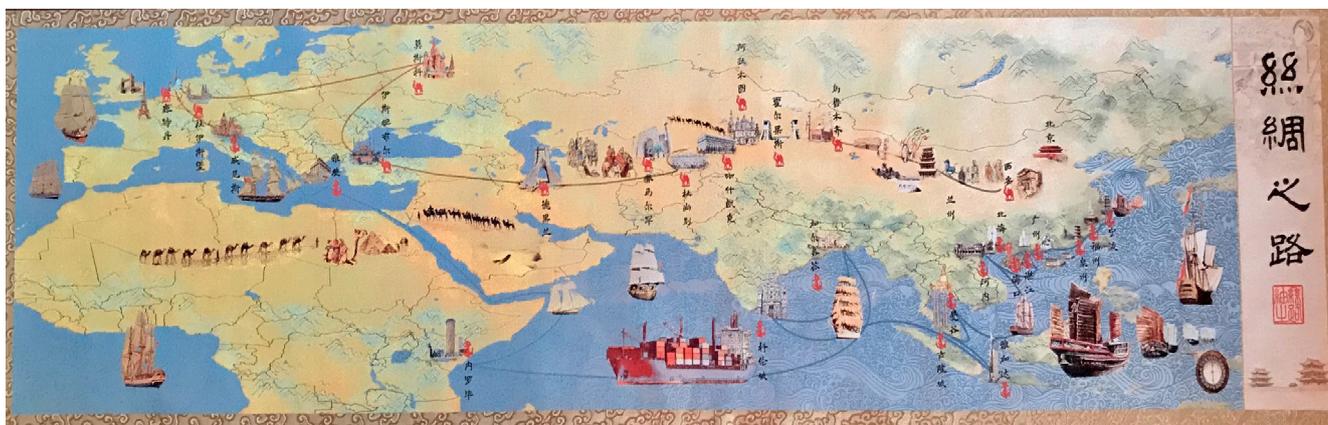
vidos, abrindo novas janelas de oportunidades, baseadas na complementaridade de vantagens competitivas. Externamente, o termo estratégia nunca é usado nos documentos oficiais da China. Internamente, é uma nova estratégia que a China adota para promover a sua abertura ao exterior e, simultaneamente, desenvolver as províncias centrais e ocidentais mais pobres, bem como reforçar a sustentabilidade

das províncias da costa oriental e sul, onde a integração da área da Grande Baía, em que Macau e Hong Kong se inserem, é uma prioridade. Internamente, o termo utilizado é visão estratégica, ligando as estratégias de desenvolvimento regional com a visão da “Faixa e Rota”.

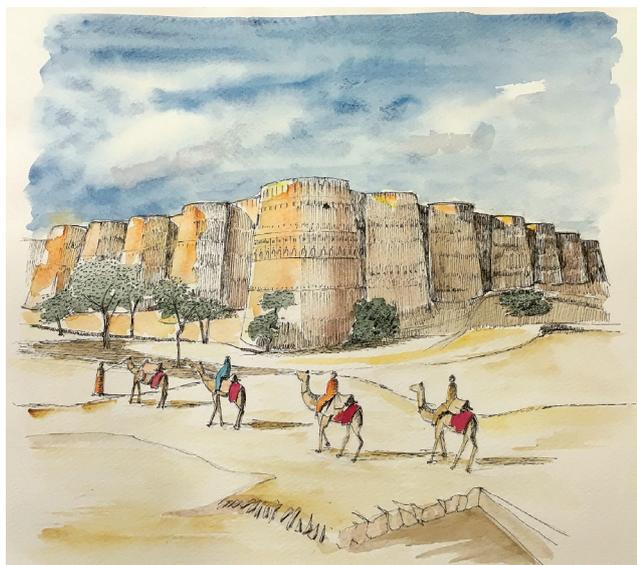
Não é um Plano Marshall, porque as bases de partida e os objetivos são diferentes. O Plano Marshall surge no pós-guerra, com uma Europa destruída e um mundo bipolar, o comunista liderado pela Rússia e o capitalista pelos EUA. Existia o perigo, de que se a recuperação económica e social da Europa não se fizesse rapidamente com um modelo capitalista, tendo a Rússia ocupar um espaço fértil para estender a sua influência política a outros países europeus. Os EUA forneceram ajuda económica aos países europeus, fazendo penetrar a sua ideologia política. A iniciativa “Faixa e Rota” tem um enquadramento muito diferente. Pretende caminhar para um mundo multipolar, com a globalização económica assente em diversidade cultural e política. A China utiliza o investimento no exterior para desenvolver um sistema multilateral de comércio e não tenta fazer penetrar a sua ideologia política nos países onde investe. Os modelos de cooperação também são diferentes. O Plano Marshall tinha como alvo a recuperação económica de países europeus que já tinham sido desenvolvidos e eram avançados científica e tecnologicamente, mas que tinham sido devastados pela guerra e sabiam o que fazer. No caso da iniciativa “Faixa e Rota”, temos um projeto que envolve países desenvolvidos, mas também países emergentes e países subdesenvolvidos que não têm capacidades endógenas de se desenvolver, estando, assim, ligado a um novo modelo de globalização. Os sistemas de implementação são também diferentes: os EUA tinham um forte controlo administrativo e financeiro sobre a ajuda

“... a iniciativa “Faixa e Rota” pretende que os projetos que venham a ser desenvolvidos respeitem as regras internacionais.”

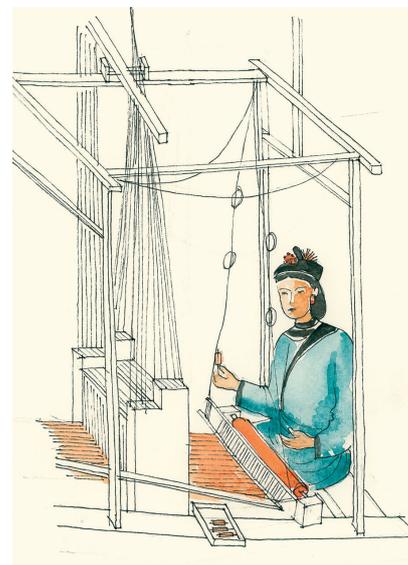
prestada, através do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, ao passo que a iniciativa “Faixa e Rota” pretende que os projetos que venham a ser desenvolvidos respeitem as regras internacionais. Não procura controlar o Asian Investment Infrastructure Bank, banco criado em 2015, a pensar no financiamento de projetos da iniciativa, estando aberto à cooperação e a parcerias financeiras com outras instituições, como o Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimentos, o Asian Development Bank, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento para financiamentos desses projetos. Por exemplo, nos relacionamentos com o continente africano, o Presidente Xi referiu, no Fórum Cooperação China-África, realizado em Pequim, em 2018, que a China segue uma cooperação, sem intervenção nos assuntos internos dos países africanos e sem procurar ganhos políticos no investimento e no financiamento da cooperação com África (Frankopan, 2018). Curiosamente, o Presidente de Angola, João Lourenço, num discurso que fez no Parlamento Europeu, em 4 junho de 2018, assumindo-se como porta-voz dos líderes



Mapa das Antigas Rotas da Seda ²



As Caravanas ³



A Seda ³

africanos, desafiou a UE para estabelecer um quadro de cooperação multilateral para África, que a médio e longo prazo possa reverter a situação de extrema pobreza no continente africano, afinal a solução sugerida por Angela Merkel – um Plano Marshall para África – para resolver o problema das migrações africanas para a Europa. A questão que levanto é se esse Plano não é a proposta da China com a iniciativa “Faixa e Rota” para África, mas sem as imposições ideológicas e políticas enumeradas acima e em parceria com a Europa.

Afinal, a ideia de revigorar a antiga Rota da Seda já tinha sido antecipada pelos EUA, em 2011, Hillary Clinton, num discurso que fez em Chennai na Índia, na sua qualidade de Secretária de Estado do governo americano afirmou: “Historicamente, as nações da Ásia Central e do Sul estiveram conectadas umas com as outras e com o resto do continente por um *network* alargado de comércio chamado a Rota da Seda. [...] Vamos trabalhar juntos para criar uma nova Rota da Seda” (Frankopan 2018, p. 91).

Mapa das Antigas Rotas da Seda

Mas foi a China que avançou com a iniciativa em 2013. O nome Rota da Seda vem do nome dado, em 1877, às antigas Rotas da Seda, pelo explorador alemão, Barão Ferninand von Richthofen. Eram fluxos de pessoas, que se transportavam em camelos para fazer percursos entre a Europa e a Ásia, que duravam anos e se estendiam por milhares de quilómetros, a fim de realizar negócios, o mais importante dos quais foi o da seda. Daí o nome. Mas, nas caravanas, viajavam também religiosos, cientistas, exploradores, ar-

queólogos, artistas e todo o tipo de pessoas que se moviam permanentemente, possibilitando a troca de costumes, a aprendizagem linguística e toda a miscigenação. Foram rotas criadoras de grande riqueza monetária, espiritual, artística, científica e civilizacional (Ilhéu & Janeiro, 2018).

A cooperação de Portugal com a China na construção da Nova Rota da Seda está já enquadrada pelo Protocolo referido acima e contempla diversas áreas, nomeadamente: o desenvolvimento de infraestruturas de transportes, portuárias e logísticas, o processamento industrial, o cluster do mar, a cooperação nas áreas financeira, comercial, tecnológica e cultural, bem como a cooperação com países terceiros e a ligação entre os povos. A cooperação na mobilidade elétrica, nas energias renováveis, e a conectividade digital são enfatizadas, assim como a ideia de potenciar sinergias entre as duas economias, desenvolvendo projetos que tragam benefícios mútuos. ■

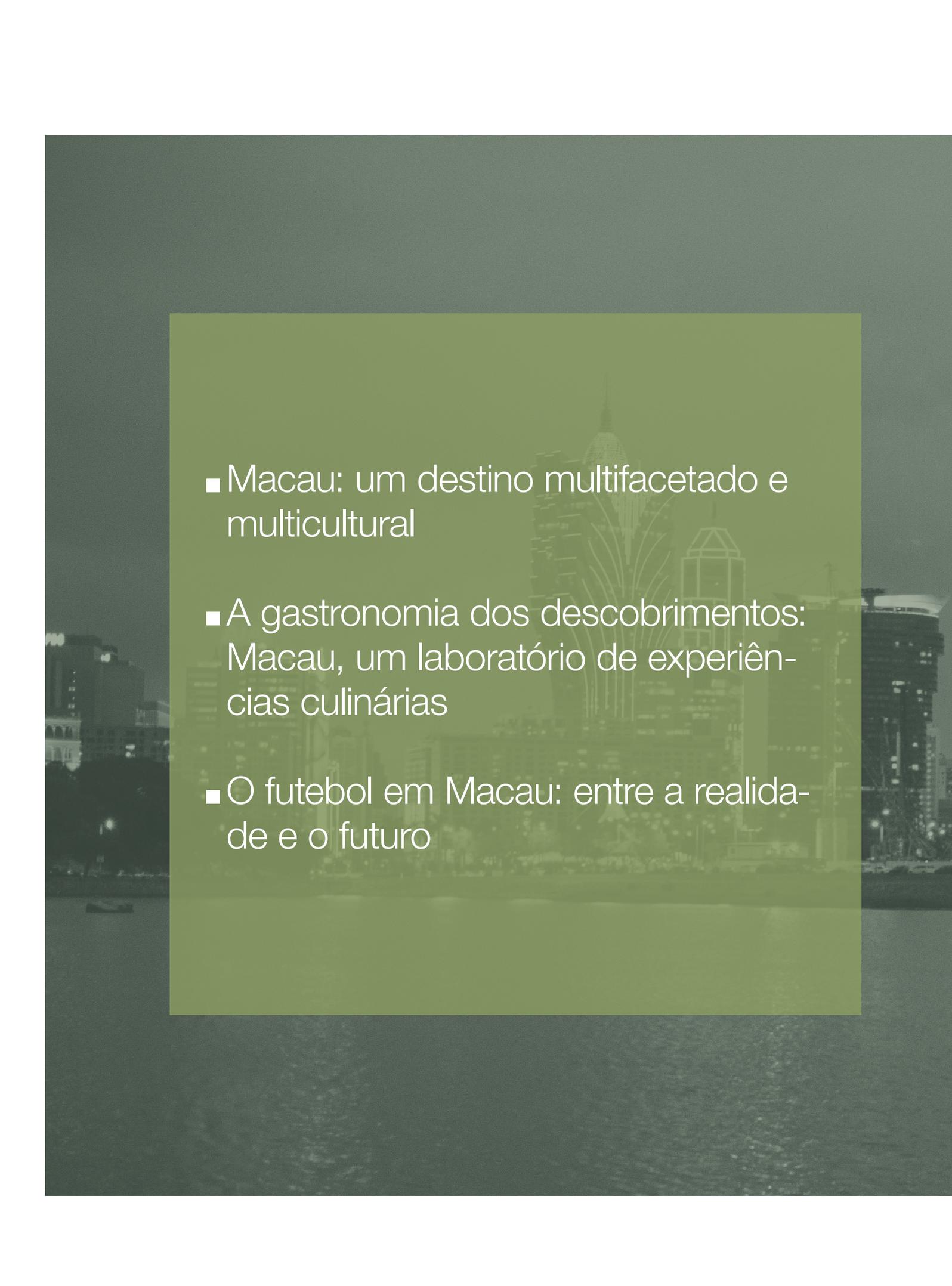
¹ Fonte: Aguarelas de Leonor Janeiro em Ilhéu e Janeiro, capítulo IX, p. 146

² Fonte: Seda Pintada do Museu Provincial de Gansu

³ Fonte: Aguarelas de Leonor Janeiro em Ilhéu e Janeiro, capítulos I e II, pp. 15 e 40

Referências bibliográficas

- CNDR (2015), *Visão e Ações para Construir Conjuntamente a Faixa Económica da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI* <http://pt.china-embassy.org/chn/sghd/P020160713657093446522.pdf>
- Frankopan, P. (2018). *The New Silk Roads – The Present and the Future of the World*. London: Ed. Bloomsbury.
- Ilhéu, F. & Janeiro, L. (2018). *A China e a Revitalização das Antigas Rotas da Seda – Novo Vetor do Comércio Mundial*. Lisboa: Associação Amigos da Nova Rota da Seda e Instituto Internacional de Macau.
- Sharma, B. K. & Kandu, N. (2016). *China's One Belt One Road, Initiative, Challenges and Prospects*. New Delhi: VIJ Books India PVT, LTD.

- 
- A nighttime photograph of a cityscape, likely Macau, with a prominent green semi-transparent overlay. The background shows illuminated buildings and a body of water. The text is presented in a clean, white, sans-serif font within the green area.
- Macau: um destino multifacetado e multicultural
 - A gastronomia dos descobrimentos: Macau, um laboratório de experiências culinárias
 - O futebol em Macau: entre a realidade e o futuro



旅游休闲

TURISMO E LAZER

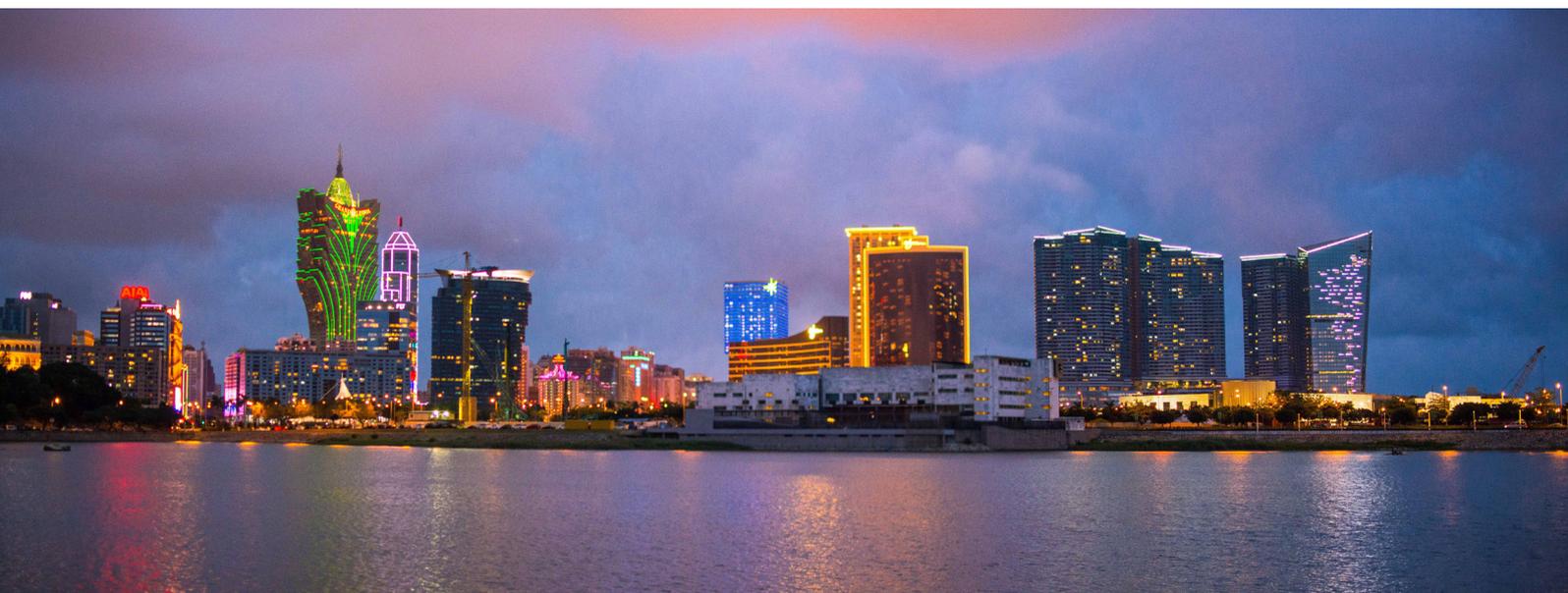
Macau:

Um destino multifacetado e multicultural

澳门：多面与多元文化旅游胜地

Macau, enquanto destino turístico, tem vindo a ganhar destaque no panorama internacional. O pequeno território, apelidado de “Monte Carlo do Oriente” ou “Las Vegas da Ásia”, tem muito para oferecer no contexto do turismo. Grande parte do fascínio por Macau reside nos vestígios do encontro entre as culturas ocidental e oriental ao longo de mais de quatro séculos. Com o desenvolvimento do território e o rápido crescimento do turismo, em muito devido à indústria do jogo, estarão esses vestígios em risco?

Zélia Breda
DEGEIT, Universidade de Aveiro



Macau, antes de se tornar uma região administrativa especial da China em 1999, esteve sob administração portuguesa por mais de quatro séculos. Foi a última colónia portuguesa, a última colónia europeia na Ásia e a primeira e última na China. O resultado dessa convivência tornou Macau num lugar único em termos históricos e culturais.

Este encontro entre culturas proporcionou a criação de estilos arquitetónicos únicos no mundo, que marcam a arquitetura do Centro Histórico de Macau. Esta mescla contribuiu para que, em julho de 2005, este fosse classificado como Património Mundial pela UNESCO. Após esta distinção, a comunidade local ficou mais sensibilizada para

a preservação do património cultural. Entre as atrações mais populares encontram-se as Ruínas de São Paulo e o Templo de A-Ma, onde se concentra um grande número de visitantes. São também locais muito frequentados o Largo do Senado e o Bairro de São Lázaro, onde se encontram alguns jardins e o Farol da Guia. O centro histórico da Taipa e as casas-museu são também considerados uma das relíquias patrimoniais e culturais de Macau.

Além dos edifícios históricos, são ainda visíveis vestígios da presença portuguesa nas placas toponímicas, no dialeto local (patuá macaense) e na culinária distinta. A cozinha macaense é hoje um património tão importante como os monumentos centenários que valorizam o território, sen-

do realizado todos os anos o Festival de Gastronomia de Macau. Em novembro de 2017, Macau integrou a lista das Cidades Criativas da UNESCO, na área da Gastronomia. Depois desta distinção aumentou o número de visitantes que se deslocam a Macau, apontando a gastronomia como a maior atração do território.

Além do património histórico existem dois parques de diversões. A Doca dos Pescadores foi o primeiro a surgir, contendo edifícios construídos no estilo arquitetónico de diferentes portos marítimos em todo o mundo, sendo direcionado para o segmento das famílias. O outro, designado de Aldeia Cultural de A-Ma, que homenageia a lenda e venera a Deusa dos marinheiros e pescadores, localiza-se em Coloane, sendo a única atração patrimonial comodificada de Macau e a que mais se aproxima em termos de *design*

“Macau, antes de se tornar uma região administrativa especial da China em 1999, esteve sob administração portuguesa por mais de quatro séculos. Foi a última colónia portuguesa, a última colónia europeia na Ásia e a primeira e última na China. O resultado dessa convivência tornou Macau num lugar único em termos históricos e culturais.”

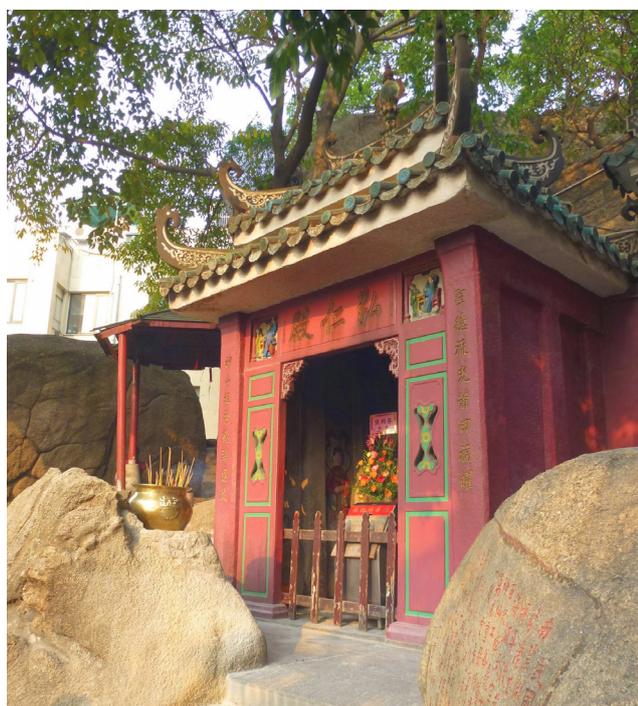
dos parques temáticos culturais chineses.

Desenvolvimento da indústria do jogo e do turismo

Macau tem registado um rápido desenvolvimento, apoiado principalmente pelo crescimento da indústria do jogo e do turismo, sendo o único local na China onde o jogo em casino é legal. Estes setores começaram a ter uma importância acrescida desde 2002 como resultado da liberalização do licenciamento do jogo e da política de concessão de vistos individuais de viagem para os residentes da China Continental, implementada pelo governo central chinês em 2003. Desde então, o número de visitantes chineses aumentou substancialmente, tendo vindo a superar os visitantes provenientes de Hong Kong, os quais constituíam o principal mercado. Estes mercados, juntamente



As Ruínas de São Paulo e o Templo de A-Ma localizam-se no Centro Histórico, sendo das atrações culturais mais populares de Macau.



com os visitantes de Taiwan, totalizam mais de 90% das chegadas turísticas. O número total de turistas cresceu de 9,16 milhões em 2000 para 32,6 milhões em 2017.

Desde a liberalização do jogo, Macau obteve um vasto investimento para a construção de mega casinos, tendo-se expandido rapidamente a indústria do jogo. Os operadores de casino aumentaram de apenas um em para seis concessionárias, tendo o número de casinos aumentado de 11 para 33, de 2002 para 2006, ano em que Macau se tornou o principal destino de jogo em termos de receitas, tendo em meados de 2008 ultrapassado as receitas combinadas de Las Vegas e Atlantic City.

Apesar da elevada importância dos casinos para a eco-

“Apesar da elevada importância dos casinos para a economia local, o Governo de Macau tem procurado diversificar a oferta do território de modo a passar de um destino de jogo para um destino turístico sustentável capaz de manter a sua vantagem competitiva na região.”

nomia local, o Governo de Macau tem procurado diversificar a oferta do território de modo a passar de um destino de jogo para um destino turístico sustentável capaz de manter a sua vantagem competitiva na região.

O objetivo de posicionar o destino afastado da imagem do jogo é partilhado tanto pelo sector público como pelo privado, preocupados com uma dependência excessiva nas receitas do jogo. Entre as iniciativas de *marketing* propostas pelo governo para atingir este objetivo encontra-se a aposta do território como um destino de eventos, através da oferta de várias iniciativas especificamente desenvolvidas para atrair visitantes.

O contexto histórico único e as características culturais distintas, que dão a Macau uma vantagem competitiva em termos turísticos, é aproveitado para o desenvolvimento de vários eventos de índole cultural que decorrem ao longo do ano.

Milhares de visitantes deslocam-se a Macau para participar em eventos e festivais específicos, como o Festival das Artes, o Grande Prémio, o Festival Internacional de Fogo de Artifício, o Festival Internacional de Música, o Festival Gastronómico e o Festival de Barcos-Dragão.

Com a abertura do *The Venetian*, o primeiro *resort* integrado na *Cotai Strip*, o segmento MICE (*Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions*) começou a surgir. Sendo objetivo do governo desenvolver Macau como um grande centro de lazer e entretenimento, alargando e expandindo o segmento de mercado de turismo para além do jogo, o sector MICE tornou-se, assim, um foco cada vez mais importante para o Governo de Macau.

Impactes do turismo

O rápido crescimento da indústria do jogo e do turismo trouxe impactes positivos e negativos para a comunidade.

Os positivos manifestam-se principalmente na prosperidade económica, incluindo o crescimento do emprego, do rendimento e da receita turística. Mas o rápido crescimento destas atividades criou tensão entre os moradores e os turistas, devido ao congestionamento nos locais históricos de Macau, e em termos da alocação de recursos e uso de equipamentos e serviços (nomeadamente transportes públicos). Sendo a densidade populacional em Macau a maior do mundo e a habitação per capita baixa, a expansão de casinos e hotéis também criaram disputa no uso de terrenos públicos e no consumo de energia entre a comunidade local e os empreendedores. A qualidade ambiental tem vindo igualmente a ser prejudicada devido ao aumento do número de turistas, de hotéis e de casinos. Embora o número de oportunidades de emprego tenha aumentado,

“O contexto histórico único e as características culturais distintas, que dão a Macau uma vantagem competitiva em termos turísticos, é aproveitado para o desenvolvimento de vários eventos de índole cultural que decorrem ao longo do ano.”

a falta de mão de obra local qualificada para cargos mais elevados levou os hotéis e casinos a importar funcionários não residentes, o que resultou num descontentamento da comunidade local.

O tratamento preferencial dado ao sector do turismo, combinado com a sua atual prosperidade, tem tornado Macau excessivamente dependente deste setor, o que causa problemas em termos da sustentabilidade do território a longo prazo.

Verifica-se que o desenvolvimento do turismo em Macau alcançou um grande sucesso económico a curto prazo, provocando graves problemas a nível sociocultural. Desta forma, os residentes de Macau pretendem ter um papel mais ativo no processo de desenvolvimento do território e serem consultados no processo de planeamento do setor do turis-

mo, de modo a melhorar a sua qualidade de vida, otimizando os benefícios económicos locais, protegendo o ambiente natural e construído, e proporcionando uma experiência enriquecedora para os visitantes. Só assim conseguirá um desenvolvimento sustentável da atividade turística. ■

The Venetian, o maior *resort* de Macau e um dos maiores da Ásia, possui vários hotéis, casinos, zonas comerciais, espaços para a organização de conferências e de diversas atividades culturais e de entretenimento.



A gastronomia dos descobrimentos:

Macau, um laboratório de experiências culinárias

大发现时代的美食学: 烹饪实验室之澳门

Através de uma sábia combinação de ingredientes e técnicas culinárias de vários continentes, graças à influência dos portugueses, no período da Expansão Marítima de Portugal até a Pestana do Mundo, Macau fez-se uma encruzilhada de múltiplos sabores, transformando a sua cozinha numa gastronomia ímpar, onde o Ocidente se casa harmoniosamente com o Oriente, para maior delícia e felicidade dos gourmets.

Deana Barroqueiro
Escritora
deanabarroqueiro.blogspot.com



Comer com o Outro para o conhecer

A Expansão Marítima Portuguesa promoveu, desde o seu início no século XV, uma espantosa troca de informações que veio revolucionar a vida e a mentalidade, tanto dos portugueses como dos povos que contactaram, permitindo-lhes observar e comparar homens, culturas e civilizações. Desconhecendo as línguas desses povos, os hábitos alimentares e as técnicas culinárias foram um dos primeiros meios de comunicação, motivo de curiosidade e de estudo, suscitando muitas vezes pasmo, prazer ou aversão, servindo ao explorador para classificar o Outro como incivilizado, sem *polícia* – do vocábulo

grego *polis*, cidade, portanto, sem urbanidade – ou, pelo contrário, com um grau de civilização muito superior ao seu.

Os nossos aventureiros, navegadores, espíões, marinheiros, soldados, mercadores, padres missionários, assim como um significativo número de mulheres, que partiram em busca de melhor vida, levaram até às mais remotas terras do mundo a nossa língua, cultura, religião e, em particular, a nossa culinária, cuja influência ainda hoje é visível na gastronomia desses países.

Jorge Álvares, um mercador estabelecido por conta própria, foi o primeiro português a chegar ao sul da China, em

“A circulação dos produtos, levada a cabo pelos portugueses, teve como consequência a mudança dos hábitos alimentares e sociais dos povos contactados.”

1513, desembarcando na ilha de Tamão ou Lintin, no centro do delta do rio das Pérolas, a norte de Macau. Trocou pimenta e outras especiarias por produtos chineses, com tanto lucro que estes «negócios da China» incentivaram muitos dos nossos compatriotas a estabelecerem uma nova rota comercial entre Malaca e China para o proveitoso trato.

Curiosidade e espanto pela Terra da Cocanha

Em 1549, tendo-se azedado as relações da China com os portugueses, Galeote Pereira, um fidalgo da Casa Real que andava a mercadejar nos mares do Extremo Oriente, foi feito prisioneiro, julgado como pirata-contrabandista e condenado ao exílio perpétuo no interior do país. Viveu cerca de catorze anos na cidade de Guilin, por onde se podia deslocar com alguma liberdade, chegando a ser convidado para as casas dos chineses ricos e curiosos, que nunca tinham visto europeus e lhe davam presentes e comida. Conseguiu fugir em 1553, mas esse longo exílio permitiu-lhe escrever o tratado «Algumas Cousas Sabi-

“A miscigenação de receitas deu origem a alguns pratos famosos da gastronomia macaense, como o «Tacho», que tem por base o «Cozido à Portuguesa.»

das da China», o primeiro texto com uma descrição pormenorizada e realista desse misterioso país, praticamente desconhecido no Ocidente, embora o seu autor estranhe os hábitos alimentares daquele povo tão civilizado, que descreve deste modo:

Há muitas galinhas em extremo, patos, adens¹, porcos; cabras, carneiros não há nenhuns. Vendem galinhas a peso, assim toda a outra cousa – valem dois arráteis (cerca de 900 g) dois foins², que é meio vintém; e a este mesmo preço o pato e o adem; e o porco um fom e meio, que são sete réis; e a vaca assim como o porco, por ser pouca. Mas logo passando este Fucheo mais para o norte, ou entrando pelo sertão dentro, há muita abundância de vaca e vale muito menos. E destas cousas todas, por estas cidades que passámos, há grande abundância,



somente de vaca não, como tenho dito. E segundo são os mantimentos, muitos valeriam de graça se fosse a terra como a Índia, que não comem os gentios galinhas, vacas, porcos, senão os portugueses e mouros, e toda outra gentilidade as cria para eles³. Mas os chins naturalmente são os maiores comedores do mundo, e comem tudo, em especial de porco, e quanto mais gordo tanto menos os enfastia. Não sobem os preços mais por ser a terra, como disse, muito abastada. Muitas vezes abaxam os preços das galinhas. As rãs têm cá o preço das galinhas. Comem toda outra sujidade, cães, gatos, sapos, ratos, cobras.

Outras descrições de missionários e de mercadores portugueses testemunham o espanto dos seus autores face à abundância e aos cuidados com a alimentação que viam

na China, comparando-a ao mítico País da Cocanha, onde ninguém passava fome. Contudo, alguns desses aventureiros, como Fernão Mendes Pinto, Frei Gaspar da Cruz e o próprio Galeote Pereira, não deixam de assinalar nos seus tratados a estranheza de certas iguarias como o caldo de cobra, a carne de cão, os ovos pretos, as sopas de tartaruga, de barbatanas de tubarão e de ninhos de andorinha, ou ainda a garoupa frita com molho doce, as pernas de rã ou o leitão tostado, entre outros.

Macau, um laboratório de cozinha muito criativo

Quando, em 1554, as autoridades de Cantão estabelecem um acordo com os portugueses, autorizando-os a fixarem-se em Macau, onde já contrabandeavam há muito tempo com os seus congéneres chineses (que não dispensavam os novos produtos e os artigos de luxo que eles lhes traziam de outras terras), vai ter início uma nova era para o comércio entre portugueses, chineses e japoneses.

Em Macau, os portugueses estabeleceram boas relações com os agricultores chineses das zonas rurais circunvizinhas, que lhes vendiam os produtos da terra e que começaram a cultivar também certas novidades próprias da alimentação dos estrangeiros, aprendendo a fazer pão e a mungir vacas, que lhes forneciam leite para o queijo e a manteiga. Um sacerdote português ensinou-lhes a germinação de feijões, o que levou ao consumo de rebentos de grão, soja ou

mung, hoje vulgarizados na alimentação macaense.

A circulação dos produtos, levada a cabo pelos portugueses, teve como consequência a mudança dos hábitos alimentares e sociais dos povos contactados. Da América veio para a Europa a batata, o feijão, o milho maiz e o tomate, cujo cultivo os portugueses transferiram não só para África e Índia, mas também para Macau, portanto, para a China, juntamente com os legumes europeus, africanos e de outras nações asiáticas. O milho, que chegou a Portugal, por volta de 1520, passou a ser cultivado na China a partir de 1597, seguramente através de Macau.

Certos produtos foram de tal modo assimilados pelos chineses que, no presente, já são considerados autóctones: a batata-doce, o amendoim, o feijão-verde, a couve, a alface, os agriões, o ananás, a goiaba, a papaia, a maçã reineta, o pimentão e a pasta de camarão. Em contrapartida, os nossos compatriotas de antanho trouxeram para a Europa produtos e receitas de África, do Brasil e do Oriente, que contribuíram para fazer da culinária portuguesa uma das mais criativas e diversificadas do mundo.

Gastronomia macaense: miscigenação e sincretismo

Os portugueses residentes em Macau asseguravam um importante comércio, não só entre a China e Malaca (de onde os produtos seguiam para a Índia e Portugal), mas





também entre a China e o Japão. O minchi, um dos pratos mais representativos da gastronomia macaense, remonta ao século XVI da Expansão Marítima Portuguesa, consistindo na adaptação de uma receita tradicional japonesa trazida para Macau pelos cristãos japoneses aquando da sua expulsão do Japão nos séculos XVII/XVIII. A culinária das raras mulheres portuguesas que, posteriormente, para lá foram era caracterizada pelo uso de grandes quantidades de ovos e coco nos doces (influência da doçaria conventual), de vinho em grande número de pratos e dos refogados de cebola e tomate, tudo adubado com canela, coentros, cominhos, açafrão, curcuma, louro, limão e vinagre.

A escassez de mulheres europeias para casar e constituir família, levaram os portugueses «reinóis» (os que iam do reino) a escolher esposas e concubinas entre as gentias, escravas ou livres, das mais variadas origens – negras, malaias, indianas, chinesas, cingalesas, javanesas, siamesas e outras), criando uma pujante comunidade mestiça e multicultural, cujo principal reflexo se manifestava na língua e na culinária feita por essas mulheres, que integravam na sua comida produtos de várias origens, adaptando-os ao seu gosto e cozinhando-os segundo as técnicas familiares, ou, pelo contrário, confeccionando os produtos da terra ao modo estrangeiro, segundo as indicações dos seus companheiros.

Esta miscigenação de receitas deu origem a alguns pratos famosos da gastronomia macaense, como o «Tacho», que

tem por base o «Cozido à Portuguesa», mas usa, em vez dos nossos enchidos e toucinho, o chouriço chinês e couratos secos, substituindo também a batata por inhame; o «porco vindaloo», uma vinha de alhos de carne de porco; o sarapatel feito de carnes, sangue e especiarias orientais; ou ainda o «ade (adém ou pato) de cabidela» e o «badji», um arroz doce com coco.

Através desta combinação de ingredientes e técnicas culinárias dos vários continentes, Macau fez-se uma encruzilhada de múltiplos sabores, que foram sendo aperfeiçoados ao longo dos séculos, transformando a sua cozinha numa gastronomia ímpar, onde o Ocidente se casa perfeitamente com o Oriente.

Pratos macaenses que vos desafio a conhecer e cujas receitas se podem encontrar em inúmeras páginas da *internet*: arroz chau-chau com sutate, arroz carregado, arroz gordo, chau-min simples, balichão, missós, peixe esmagal, minchi, mosca, lu-kit, chilibote, sopa de aletria, sopa de lacassá, ade (pato) de cabidela, porco bafassá, porco balichão, galinha frito-marelo, caranguejo fula-papaia, casquinha de caranguejo, empadas de peixe, tacho, diabo, bilimbim de carne, capela, camalengada, bebimcas, caldo de camalenga, apabicos, bolo menino, sunkua, genete, fartes, aluar, bagis. ■

¹ Ave palmípede semelhante ao ganso.

² Medida ou moeda chinesa desconhecida.

³ Na Índia, numerosas castas hindus eram totalmente vegetarianas.

O futebol em Macau: entre a realidade e o futuro

澳门足球：现实与未来之间

Há registos do futebol em Macau pelo menos desde 1919. Foi naquele ano que surgiram as primeiras equipas no território. Vinte anos depois, em 1939, seria fundada a Associação de Futebol de Macau, filiada na FIFA e na Confederação Asiática de Futebol a partir de 1978. Apesar de sua história centenária, o futebol em Macau continua muito incipiente. A Liga de Elite macaense, principal competição local, é semiprofissional e disputa-se em apenas um dos três estádios existentes. A estrutura da região administrativa para a prática futebolística também está longe do ideal. Esta realidade contrasta com os avanços do futebol na República Popular da China, especialmente após o lançamento do “Plano de desenvolvimento do futebol a médio e longo prazo (2016-2050)”, doravante o “Plano”.

De acordo com a FIFA, a origem histórica do futebol encontra-se na China Antiga, na prática do cùjù (蹴鞠), um jogo de “chutar bola” que remonta à Dinastia Han (206AC – 220DC) e foi bastante popular durante a Dinastia Song (960–1279), mas que deixou de ser praticado, provavelmente, por volta do século XVII, no período da Dinastia Qing, como relata Chunjiang. O futebol, já na sua versão moderna, seguindo as regras da codificação

Emanuel Leite Jr.
*Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território,
Universidade de Aveiro*

Carlos Rodrigues
*Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território,
Universidade de Aveiro*

“As autoridades macaenses poderiam se inspirar no Plano do futebol chinês. Obviamente, não no seu ambicioso projeto de se tornar uma potência futebolística mundial, mas no que diz respeito à promoção do futebol como uma forma de bem-estar da população.”



Benfica de Macau

ocorrida em Inglaterra, em 1863, retornaria ao “Reino do Meio” através de Hong Kong, de onde se espalhou e chegou a Xangai, Pequim e outras cidades. De acordo com Simons, o primeiro jogo de futebol em território chinês aconteceu em 1879, em Xangai. Em Macau, segundo Célia Reis, os primeiros registos históricos datam de 1919.

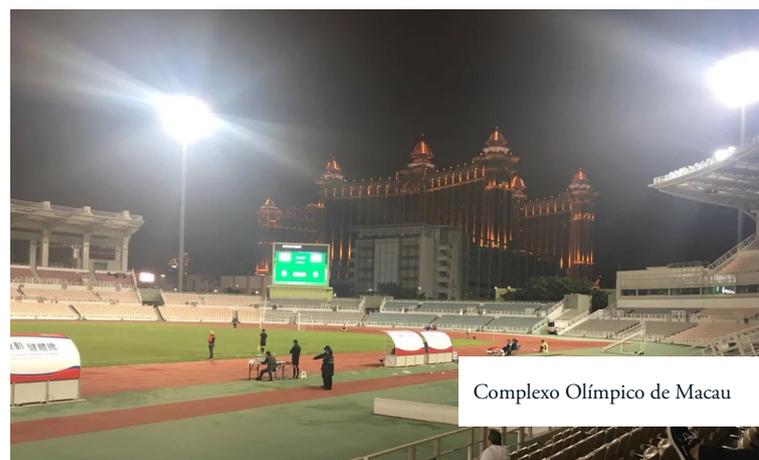
É daquele ano que há as primeiras referências a agremiações como o Colégio de S. José, Macao Chinese Foot-ball Club, Fantasma, Macau Foot-ball Club e South China Athletic Association. Entre 1923 e 1926 seriam criados mais clubes, como Almirante, Associação Desportiva Macaense, República A, República B, Seminário, Team Militar, Ching Wah, Núcleo Desportivo “Pátria”, Britisher, Kon-cau, South China e Sporting Clube de Macau (ligado à filial de número 25 do Sporting Clube de Portugal).

Em 1926, com o crescimento no número de equipas,

“Do ponto de vista político (e geopolítico também), a China vê no futebol uma ferramenta para a promoção da imagem de um país rejuvenescido (o Sonho Chinês) e o estabelecimento de relações internacionais, através da diplomacia do desporto.”

surge a primeira tentativa de organização de uma competição, sendo criada uma liga, estabelecida com duas divisões. A Associação de Futebol de Macau é criada em 1939. Não há, porém, registos de continuidade deste campeonato macaense, sendo que Reis escreve que houve nos anos 30 disputas de torneios contra clubes de Hong Kong, bem como jogos amigáveis com formações de Xangai e do Cantão. Entretanto, de acordo com a Rec.Sport.Soccer Statistics Foundation (RSSSF), organização que regista dados estatísticos do futebol mundial, apenas em 1948/49 foi disputado o primeiro Campeonato, ganho pela equipa da Polícia de Segurança Pública.

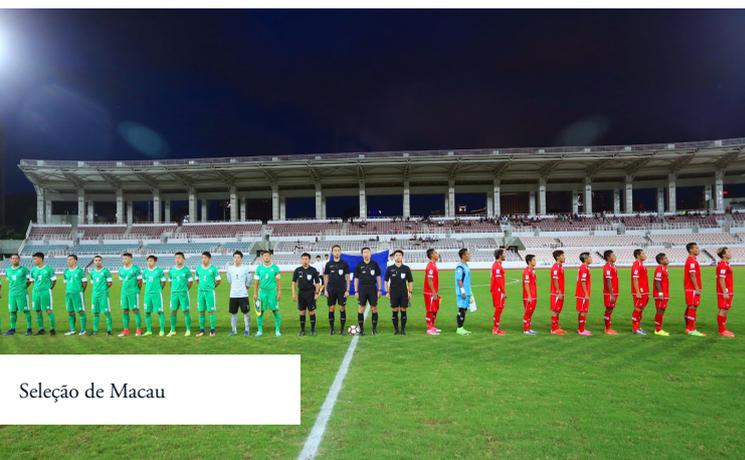
Contudo, de acordo com dados da RSSSF, não há registos da ocorrência da competição entre 1951 e 1961. Entre 1961 e 1965, o Campeonato voltou a ser disputado (há registo também de uma edição em 1972/73). A regu-



Complexo Olímpico de Macau



Estádio Ling Fong



laridade só se regista a partir de 1984, com a competição a ser disputada ininterruptamente desde então.

Desde 1937, a seleção macaense disputa o Torneio Interport de Futebol entre Hong Kong e Macau. Até 2018, foram realizadas 74 edições da competição amigável, das quais Macau venceu apenas 12 vezes, tendo empatado em quatro ocasiões e Hong Kong vencido 58. Em 2019, a AFM não aceitou a data proposta pela congénere de Hong Kong e o torneio não se realizou. Em 2020, devido à pandemia a AFM não teve atividades oficiais e em 2021 ainda não foi agendado o retorno do tradicional encontro anual entre as duas Regiões Administrativas Especiais.

Futebol em Macau ainda é semiprofissional

Entretanto, enquanto o futebol na China se profissionalizou em 1994 (primeiro desporto a se profissionalizar no país, na esteira da reestruturação do desporto chinês que se seguiu ao estabelecimento do “socialismo de mercado”, sob a liderança de Deng Xiaoping), em Macau até hoje ainda é semiprofissional, uma vez que muitos de seus atletas têm vínculos amadores e apenas alguns, poucos, quase todos estrangeiros, são profissionais.

A infraestrutura disponível no território para a prática do futebol também está longe do profissionalismo. Só existem três estádios: Campo 28 de Maio (Canídro), com capacidade para 2.200 espectadores; Campo de Futebol da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau (1.684 espectadores); e o Estádio Campo Desportivo, atualmente chamado de Complexo Olímpico de Macau, que tem lotação máxima de 16.272 lugares. A edição 2021 da Liga de Elite macaense, realizada entre março e agosto, foi integralmente disputada apenas em um destes estádios, no Complexo Olímpico de Macau.

Esta falta de infraestruturas foi alvo de críticas recentemente, como reflexo da ausência de um “desenvolvimento sério” do futebol no território, a falta de espaços para a prática deste desporto, bem como a inexistência de políticas que visem a formação de novos atletas. Esta falta de condições, por exemplo, foi registada pela Tribuna de Macau, que descreveu o Canídro, onde a Liga de Elite foi disputada em 2019, com “más condições do relvado”. Já em 2021, a presidente da Casa do FC Porto Macau, Diana Massada, em entrevista ao Ponto Final Macau declarou que a Associação de Futebol de Macau tinha “uma nota muito negativa. Aliás, acho que eles nem têm nota porque não fazem trabalho. Não consigo perceber o que é que fazem”.

O recente domínio do CPK e o “dérbi de Lisboa”

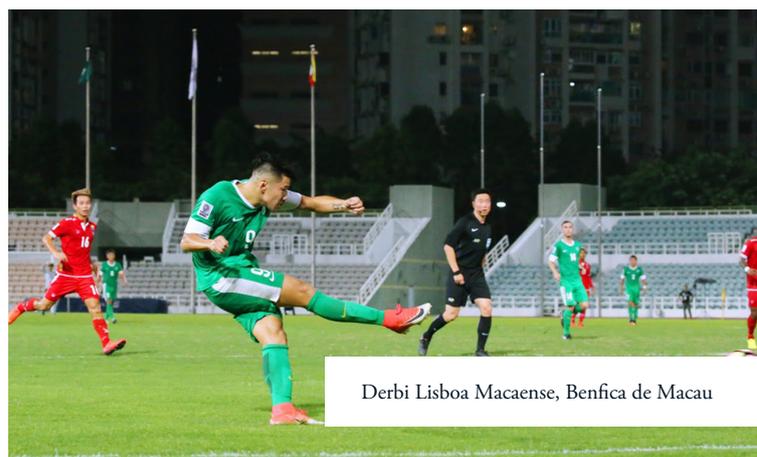
Há atualmente quatro divisões no futebol macaense, sendo a Liga de Elite a principal. Dez equipas disputam o principal campeonato. Em 2021, os clubes na principal divisão foram Chao Pak Kei (CPK), Benfica de Macau, Ka I, Ching Fung, Lun Lok, Polícia, Sporting de Macau, Casa de Portugal, Monte Carlo e Hang Sai. Entre 2014 e 2018, o Benfica dominou por completo, tendo conquistado o pentacampeonato macaense, um feito único na história local. Em 2019, entretanto, o trono foi tomado pelo CPK, que em 2021 voltou a se sagrar campeão. Em 2020, devido à pandemia, não houve competição. Por conta disso, a Casa do FC Porto de Macau promoveu a Liga Camões de futebol de sete, composto por duas divisões e duas categorias (seniores e veteranos).

A influência portuguesa nota-se na ligação de alguns clubes com instituições portuguesas, como o Grupo Desportivo da Polícia de Segurança Pública, equipa campeã do primeiro Campeonato de Macau, em 1949, bem como a Casa de Portugal em Macau, fundada em 2001. Mas, também, pelas representações dos grandes clubes. O mais antigo é o Sporting de Macau, filial número 25 do Sporting, criado em 1926 e campeão macaense em 1991. Em 1951, surgiu o Benfica de Macau, equipa da Casa do Benfica número 232. Mais recente foi a incursão do FC Porto de Macau, com a criação da equipa de futebol da filial 103 do FC Porto em 2006; a seção de futebol portista havia sido extinta em 2012, mas em 2021 a delegação voltou a se inscrever no futebol sénior, tendo disputado a Quarta Divisão, o mais baixo escalão da Associação de Futebol de Macau.

Portanto, atualmente, é possível assistir à disputa de um “dérbi de Lisboa”. Pelo menos duas vezes por temporada (caso não se cruzem pelo caminho da Taça de Macau), Benfica de Macau e Sporting de Macau emulam a rivalidade portuguesa no território macaense. Este, inclusive, é um dos confrontos que mais atrai interesse dos fãs de futebol locais.

O Plano chinês

A China pretende ter uma das maiores economias desportivas nacionais do mundo. Para isso, o Governo chinês tem implementado políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de sua indústria desportiva. Tendo como objetivo o alavancar de toda a indústria desportiva, em 2014, o Conselho de Estado da China publicou as “Opiniões para a aceleração do desenvolvimento da indústria desportiva e promover o consumo do desporto”, considerado um marco para a descolagem da indústria desportiva chinesa. No ano



Derbi Lisboa Macaense, Benfica de Macau

seguinte, foi publicado um documento preliminar, que serviu de base para o Plano do Futebol, lançado em 2016. O Plano é uma política pública sob tutela de um órgão do Conselho de Estado criado apenas para a sua execução, que reúne, entre outros, 11 ministérios, comissões de Conselho de Estado, órgãos dos governos locais e regionais e o Departamento de Propaganda do Partido Comunista. Este documento, em sua seção “Orientação ideológica”, identifica o futebol como “uma indústria emergente e verde” e que o seu desenvolvimento representa um novo setor de crescimento econômico, para além de representar os Valores Socialistas Fundamentais chineses.

Quando o Plano do Futebol foi publicado, esperava-se que a indústria desportiva chinesa gerasse US\$ 460 mil milhões até 2021, valor que foi alcançado já ao fim de 2019, segundo o National Bureau of Statistics. Espera-se que em 2025 este setor fature US\$ 813 mil milhões. A título comparativo, de acordo com publicação da Plunkett Research, a indústria desportiva mundial movimentou cerca de US\$ 1,3 bilião em 2017, US\$ 519,9 mil milhões apenas nos Estados Unidos. Também se pretende que até 2035 a indústria desportiva chinesa represente 5% do Produto Interno Bruto nacional. Portanto, como se vê, o futebol é uma espécie de mola propulsora para a indústria desportiva, contribuindo, assim, para que a economia chinesa siga crescendo a largos passos e atinja o objetivo do Duplo Centenário em 2049.

O Plano do Futebol chinês é um bom instrumento de análise para compreendermos como são formuladas, executadas e avaliadas as políticas públicas sob o socialismo com características chinesas. Olhando para este projeto percebemos, também, como funciona o que o professor Elias Jabbour define como “Nova Economia do Projeto”, ao mesmo tempo em que é possível identificar de que forma o futebol se insere nesta conjuntura muito mais ampla que é a construção de uma sociedade socialista moderna, próspera, econômica e culturalmente avançada. Além disso, O Plano também se caracteriza por ser um documento de políticas públicas que tem para além do objetivo económico do desenvolvimento da indústria desportiva, pelo menos outras duas razões: (geo)políticas e socioculturais.

Do ponto de vista político (e geopolítico também), a China vê no futebol uma ferramenta para a promoção da imagem de um país rejuvenescido (o Sonho Chinês) e o estabelecimento de relações internacionais, através da diplomacia do desporto. Na literatura especializada, muito se fala do uso do desporto como instrumento do ‘soft power’ que significa, resumidamente: “um país pode obter os re-



Seleção de Macau

sultados que deseja na política internacional porque outros países – admirando seus valores, emulando seu exemplo e aspirando ao seu nível de prosperidade – vão querer segui-lo”, de acordo com a definição preconizada pelo cientista político estadunidense Joseph Nye. Sem negar a existência do exercício “brando” do poder, entendemos que há um elemento do poder que Nye ignora: a ideologia. Por essa razão, compreendemos o soft power como instrumento de disputa pelo exercício da hegemonia, seja pela conquista ou manutenção do domínio, seja pela busca de reconhecimento e legitimidade. Afinal, como nos ensina a perspectiva Gramsciana, o consenso nasce do prestígio, ou seja, da confiança, e o soft power é exatamente uma forma de construir e gerenciar reputações. Discussão teórica à parte, fato é que o Plano se apresenta, também, como instrumento de promoção de intercâmbio cultural e diplomático com outras nações.

No aspeto social e cultural, o Plano surge como uma política pública inovadora no sentido de buscar criar um novo hábito cultural, principalmente entre os jovens chineses: a prática do futebol. Isso porque o Plano estabelece metas para massificar a prática do futebol, defendendo, expressamente em seu ponto 2, que a medida visa fortalecer os níveis físicos e de saúde de toda a nação, acrescentando que “aumentar a qualidade da saúde das massas é um importante pilar para elevar o nível de saúde mental e físicos de toda a população”. Além disso, para que o futebol seja o elemento preponderante no crescimento da indústria desportiva ao ponto de que essa se torne uma parcela significativa da economia nacional, é preciso que este desporto se popularize no país, afinal, é preciso que haja praticantes desta modalidade para que existam consumidores de bens e produtos desportivos.

Considerações finais

Como dissemos anteriormente, o futebol em Macau é ainda semiprofissional e carece de infraestruturas, bem como de políticas públicas que estimulem a prática deste desporto no território. As autoridades macaenses poderiam se inspirar no Plano do futebol chinês. Obviamente, não no seu ambicioso projeto de se tornar uma potência

futebolística mundial, mas no que diz respeito à promoção do futebol como uma forma de bem-estar da população. Para isso, é necessário o investimento em infraestruturas, não somente para as três divisões seniores, mas também para a formação de novos atletas, servindo como uma alternativa para os jovens macaenses praticarem um desporto. Assim, possibilita-se que a prática do futebol crie raízes na base, permitindo o surgimento de uma infraestrutura que sirva de alicerce para o desenvolvimento da superestrutura (eventualmente a profissionalização do futebol).

Portugal pode contribuir com o desenvolvimento do futebol macaense. E a inspiração pode vir também do Plano chinês, que prevê o estabelecimento de intercâmbio na promoção do desenvolvimento da prática do futebol e da infraestrutura de formação de novos jogadores. Aliás, exist-

“Portugal pode contribuir com o desenvolvimento do futebol macaense. E a inspiração pode vir também do Plano chinês, que prevê o estabelecimento de intercâmbio na promoção do desenvolvimento da prática do futebol e da infraestrutura de formação de novos jogadores.”

tem protocolos e acordos entre clubes portugueses e até mesmo a Liga de Portugal com instituições chinesas. Portugal, como se sabe, é referência tanto no que diz respeito à formação de jogadores, como no que toca aos treinadores. Este intercâmbio poderia ser estabelecido através de parcerias com a Liga Portuguesa, a Federação Portuguesa e também os “três grandes” (estes usando suas casas representativas no território como intermediário).

Outra sugestão, considerando que a China pretende expandir o seu mercado da indústria desportiva, bem como massificar a prática do futebol, seria a integração de uma equipa de elite macaense para disputar as competições de futebol na China. Existem quatro divisões no futebol chinês – Superliga Chinesa, China League 1 e 2, e CFA Member Association Champions League. A equipa macaense poderia disputar a Chinese Football Association Member Association Champions League ou mesmo a China League 2.

Por fim, notamos que há um vasto campo ainda a ser explorado. A história do futebol em Macau e suas raízes socioculturais ainda não foram contadas e esta é uma lacuna que poder vir a ser preenchida no futuro, através de estudos académicos mais aprofundados. ■

- Língua Chinesa
- Vem aprender Chinês! – Apresentar-se

CAN

汉语角



NTINHO DO CHINÊS



Língua Chinesa

汉语简介

Mai Ran
Universidade de Aveiro

A Língua Chinesa é a língua oficial da República Popular da China, uma das línguas oficiais de Singapura e uma das seis línguas de trabalho das Nações Unidas. É falada por cerca de $\frac{1}{3}$ da população mundial.

Sendo um dos maiores países do mundo em território e o primeiro em população, a China é composta por 56

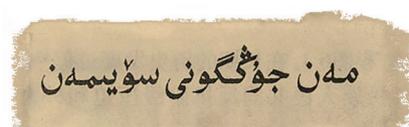
diferentes grupos étnicos. As pessoas da maior etnia, a Han (汉族 Hànzú), que corresponde a mais de 90% da população chinesa (NBSPRC, 2010), falam centenas de dialetos pertencentes às setes principais variantes linguísticas. Das restantes 55 etnias não Han, 53 possuem as suas línguas orais e 22 utilizam 28 outros sistemas de escrita, além dos caracteres da etnia Han (SCIF, 2009, § 5).



Vejamos alguns exemplos da frase 我爱中国。 (Amo a China).



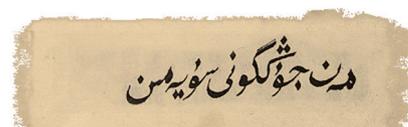
Escrita da etnia Tibetana



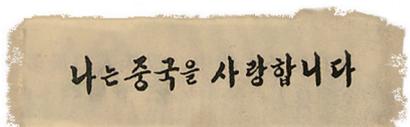
Escrita da etnia Uigure



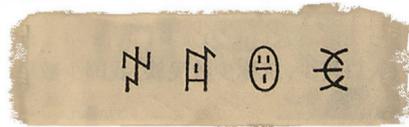
Escrita da etnia Mongol



Escrita da etnia Cazaques



Escrita da etnia Coreana



Escrita da etnia Yi



Escrita da etnia Zhuang

A complexidade desta situação linguística faz com que seja indispensável o uso de uma língua comum em toda a China, a fim de possibilitar e facilitar a comunicação oral entre as pessoas. Geralmente, a Língua Chinesa (中文 Zhōngwén) refere-se à língua comum que é conhecida atualmente por Mandarim (普通话 Pǔtōnghuà). Em Chinês, a Língua Chinesa também se designa por Língua dos Han (汉语 Hànyǔ).

Sendo um dos mais antigos sistemas de escrita, com mais de 3000 anos, a escrita chinesa é essencialmente pictográfica e ideográfica, composta por pictogramas, ideogramas e, por vezes, fonogramas. Constituídos por traços que formam componentes e organizados num espaço quadrado, estes grafemas denominam-se caracteres (汉字 Hànzì). Diferente do Português que tem uma escrita fonográfica, a maioria dos caracteres chineses básicos foram

criados para serem associados a conceitos e ideias, e não aos sons verbalizados. Uma escrita ideográfica, como é o caso do Chinês, implica um número elevado de unidades de escrita. Atualmente, são 7000 os caracteres de uso corrente, dos quais, 3500 são considerados de uso mais frequente (SLC, 1988).

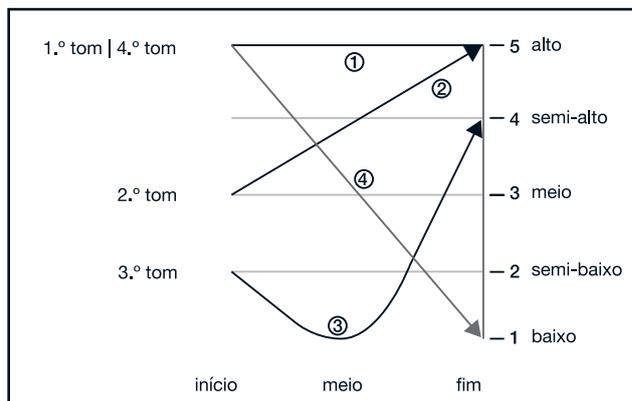
Exemplos de formação de caracteres:



Exemplos de caracteres:



O Chinês é uma língua tonal. O tom esclarece a altura em que uma sílaba deve ser produzida, assim como um eventual processo da alteração em altura que por vezes acontece. Os caracteres chineses são monossilábicos. Quando uma sílaba é lida em tons diferentes, adquire significados ou funções distintas, e, portanto, corresponde a caracteres diferentes. O Mandarim tem quatro tons diferentes e mais um tom neutro. Tradicionalmente, usa-se o Sistema dos Cinco Níveis (五度标调法 Wūdù Biāodiàofǎ) (Zhao, 1980) para mostrar graficamente estes quatro tons.



Vejamos o seguinte exemplo de tons que funcionarem como traço distintivo lexical:

1.º tom		2.º tom		3.º tom		4.º tom	
—	mā	ˊ	má	ˇ	mǎ	ˋ	mà
妈	(mãe)	麻	(linho)	马	(cavalo)	骂	(insultar)

Como se pode ver no exemplo anterior, a pronúncia dos caracteres em Mandarim é indicada pelo sistema Hanyu Pinyin (汉语拼音 Hànyǔ Pīnyīn) com letras latinas e sinais de tons, geralmente, por cima da vogal principal. O Hanyu Pinyin, literalmente, soletração de sons da Língua dos Han, não só facilita a sua leitura por pessoas que não os conhecem, como também permite a sua introdução no computador através do teclado QWERTY. ■

Neste sistema, a altura de tom é representada no eixo vertical, dividido em cinco níveis: baixo, semi-baixo, meio, semi-alto e alto, indicados por números de 1 a 5, respetivamente. O processo da produção de tom é representado no eixo horizontal em três fases: início, meio e fim.

Transcrição de caracteres em Hanyu Pinyin

中国 Zhōngguó (China) 葡萄牙 Pútáoyá (Portugal)

我在葡萄牙学习中文。

Wǒ zài Pútáoyá xuéxí Zhōngwén.

Estudo Chinês em Portugal.

Introdução de caracteres no computador



Uma das formas mais comuns de introduzir caracteres no computador é usar o Pinyin. Introduce-se o Pinyin (sem tons) de um determinado carácter e aparece uma lista com todos os caracteres desta pronúncia. Os caracteres são numerados e aparecem segundo a frequência de uso e dos tons (1.º, 2.º, 3.º e 4.º). Seleciona-se então o número do carácter pretendido.

Referências bibliográficas

NBSPRC [National Bureau of Statistics of the People's Republic of China] (2010). *Censo Nacional da República Popular da China* (2010年第六次全国人口普查主要数据公报). Disponível em: http://www.stats.gov.cn/tjsj/tjgb/rkpcgb/qgrkpcgb/201104/t20110428_30327.html

SCIF [State Council Information Office] (2009). *China's Policy Toward Ethnic Groups and Their Common Prosperity* (中国的民族政策与各民族共同繁荣发展). Pequim: People's Publishing House. Disponível em: http://www.zhongguotongcuhui.org.cn/tyl-t/2010nds/q/201210/t20121018_3199104.html

SLC [State Language Commission] (1988). *Lista dos Carateres de Uso Comum do Chinês Moderno* (现代汉语通用字表) [PDF]. Recuperado de: <http://faculty.arts.ubc.ca/tli/guideline/tongyongzibiao.pdf>

SLC [State Language Commission] (1988). *Lista dos Carateres de Uso Frequente do Chinês Moderno* (现代汉语常用字表). Disponível em: <http://hanyu.iciba.com/zt/3500.html>

Zhao, Y. R. (1980). *Tone-letter* (一套表调的字母). Disponível em: <http://wuxizazhi.cnki.net/Search/FYZA198002000.html>

Imagens

https://gss0.baidu.com/9vo3dSag_xI4khGko9WTAnF6hhy/zhidao/pic/item/d1160924ab18972b0d08cfc2ebcd7b899e510a8c.jpg

<https://baike.baidu.com/pic/少数民族语言文字/5877219/0/bd315c6034a85edf0328c1bf-4c540923dc547581?fr=lemma&ct=single&aid=0&pic=bd315c6034a85edf0328c1bf-4c540923dc547581>

<https://i1.kknews.cc/SIG=1rmi9g8/4045/7610556592.jpg>

http://www.kaiwind.com/culture/hot/201503/24/t20150324_2411296.shtml

Vem aprender Chinês!

快
来
学
中
文

Apresentar-se
自我介绍

Mai Ran
Universidade de Aveiro

1. Vocabulário 词汇



中国 Zhōngguó China



葡萄牙 Pútáoyá Portugal



北京 Běijīng Pequim



上海 Shànghǎi Xangai



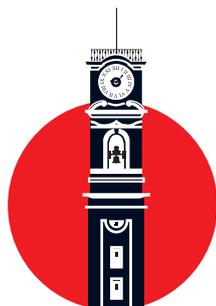
澳门 Àomén Macau



里斯本 Lǐsībēn Lisboa



波尔图 Bō'ěrtú Porto



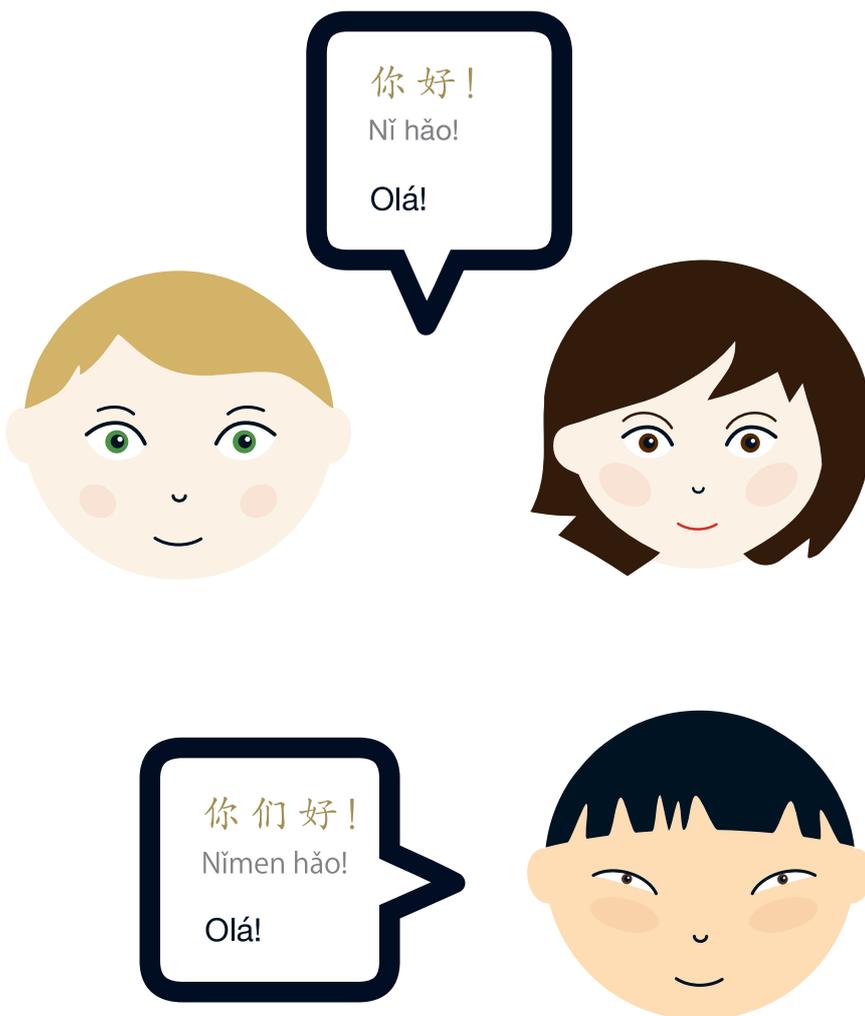
科英布拉 Kēyīngbùlā Coimbra

2. Diálogos 对话

你好 nǐ hǎo olá (para uma pessoa)
你们好 nǐmen hǎo olá (para várias pessoas)

Quando alguém se dirige a uma pessoa, deve usar 你 nǐ hǎo, tendo 你 nǐ o significado de *tu* ou *você*.

Quando se dirige a mais do que uma pessoa, deve usar 你 nǐmen hǎo, tendo 你 nǐmen o significado de *vocês*.



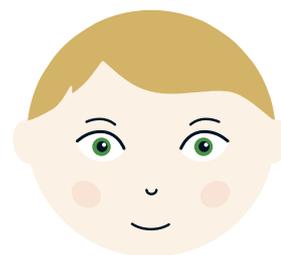
我	wǒ	eu
你好	nǐ	tu/você
叫	jiào	chamar-se
什么	shénme	quê
名字	míngzi	nome

Os verbos chineses não têm flexão.
O número e a pessoa são expres-
sos através do sujeito *eu, tu, ela*, etc.

你好！我叫若昂。你叫什么名字？

Nǐ hǎo! Wǒ jiào Ruò'áng. Nǐ jiào shénme míngzi?

Olá! Chamo-me João. Como te chamas?



你好！我叫王阳。

Nǐ hǎo! Wǒ jiào Wáng Yáng.

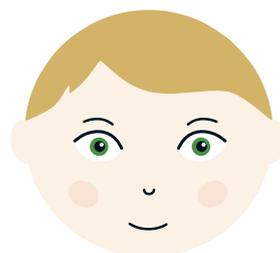
Olá! Chamo-me Wang Yang.



我们是葡萄牙人。

Wǒmen shì Pútáoyá rén.

Nós somos portugueses.



我们	wǒmen	nós
是	shì	ser
人	rén	pessoa

Muitas palavras chinesas são compostas por formas analíticas, como **lugar + 人(pessoa)**.

Exemplos:

China + pessoa = chinês,

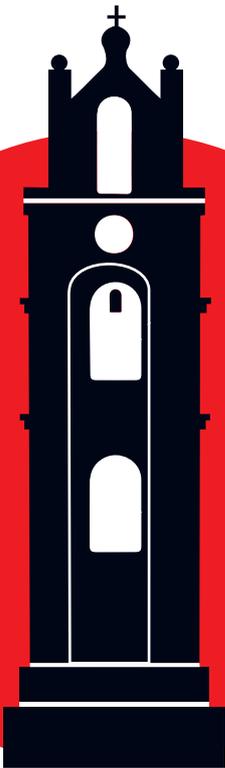
Pequim + pessoa = pessoas naturais de Pequim, etc.



我是中国人，我是北京人。

Wǒ shì Zhōngguó rén, wǒ shì Běijīng rén.

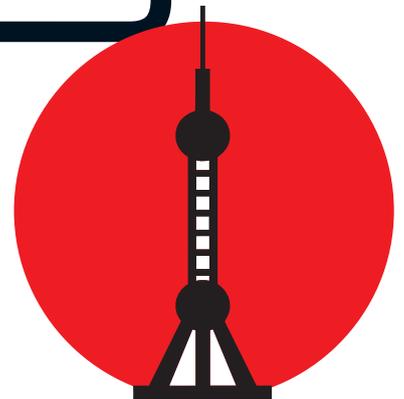
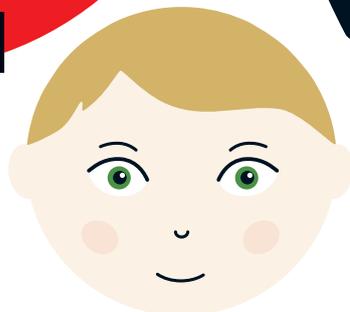
Sou chinês. Sou de Pequim.



我是波尔图人，我在上海工作。

Wǒ shì Bō'ěrtú rén, wǒ zài Shànghǎi gōngzuò.

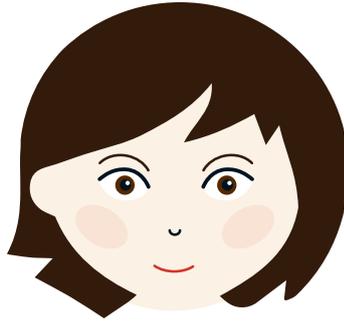
Sou do Porto. Trabalho em Xangai.



我是里斯本人，我在澳门学习。

Wǒ shì Lǐsībēn rén, wǒ zài Àomén xuéxí.

Sou de Lisboa. Estudo em Macau.



在	zài	em
工作	gōngzuò	trabalhar
学习	xuéxí	estudar
做生意	zuò shēngyì	fazer negócios

Em Chinês, de uma forma geral, o lugar onde uma ação é realizada antecede o verbo que indica esta ação.

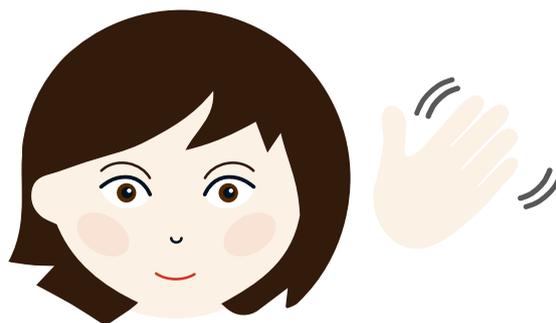
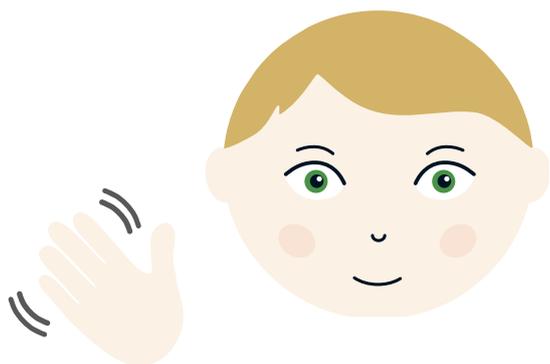
我是北京人，我在科英布拉做生意。

Wǒ shì Běijīng rén, wǒ zài Kēyīngbùlā zuò shēngyì.

Sou de Pequim. Faço negócios em Coimbra.



再见!
Zàijiàn!
Adeus!



再见!
Zàijiàn!
Adeus!

3. Curiosidades 趣味小知识

Apesar das muitas diferenças linguísticas e culturais entre a China e Portugal, é sempre possível encontrar alguns pontos de encontro, como se pode ver nos seguintes provérbios:



老鼠的儿子会打洞。

Lǎoshǔ de érzi huì dǎ dòng.

Tradução literal:

Filho de rato sabe socavar.

Português:

Filho de rato foge para o palheiro.
Filho de peixe sabe nadar.



狗嘴里吐不出象牙。

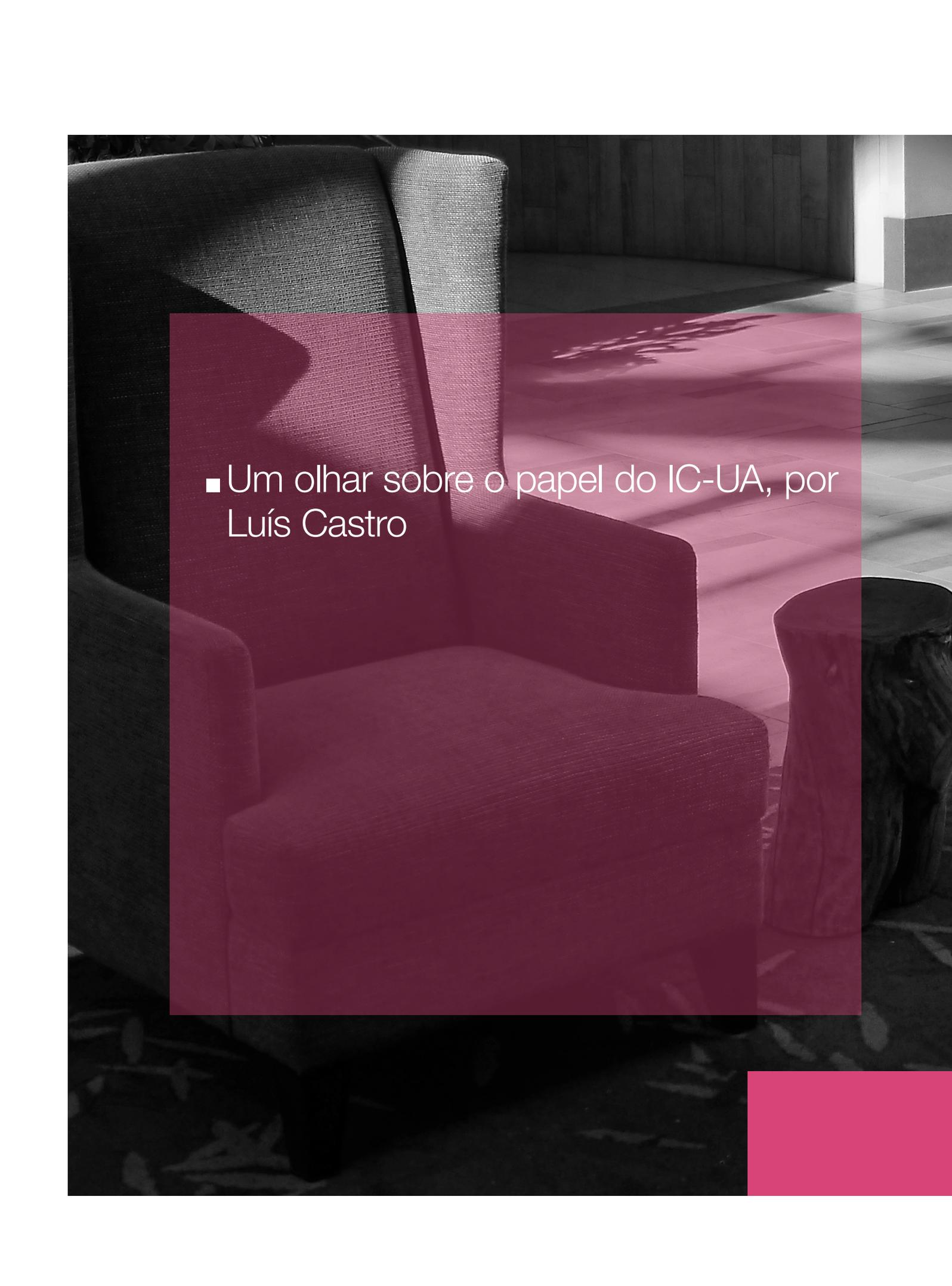
Gǒu zuǐ li tǔ bù chū xiàng yá.

Tradução literal:

Da boca do cão nunca saem os dentes dos elefantes.

Português:

Faz de uma pulga um cavaleiro armado.



■ Um olhar sobre o papel do IC-UA, por
Luís Castro



访谈

ENTREVISTA

Um olhar sobre o papel do IC-UA, por Luís Castro

路易斯·卡斯特罗：阿威罗大学孔子学院重要性之我见

Luís Castro
Vice-reitor da Universidade de Aveiro

Em dezembro de 2018, o Doutor Luís Castro, Vice-reitor da Universidade de Aveiro, deslocou-se a Chengdu (China) para participar na 13.ª Conferência dos Institutos Confúcio, em representação da Universidade de Aveiro.



Matilde: *Senhor Vice-reitor, quais as suas impressões sobre esta viagem e sobre a conferência em Chengdu?*

LC: Considero que a viagem e as consequentes interações que daí decorreram foram bastante positivas. Da Universidade de Aveiro (UA) viajaram também o Prof. Carlos Morais e a Dra. Guo Zhiyan, diretores do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (IC-UA). O ponto central foi obviamente a nossa participação na 13.ª Conferência Internacional dos Institutos Confúcio, ocorrida em Chengdu. Foi uma conferência com uma dimensão bastante apreciável, contando com a participação de mais de 1 500 delegados, provenientes de mais de 150 países, tendo-se pautado por incluir várias temáticas inerentes aos diversos institutos Confúcio ali representados, mas preocupando-se especialmente com discussões associadas a um novo desenvolvimento, através de reformas e inovação, perspetivando um “futuro mais brilhante, a atingir através de esforços concertados. A organização do congresso esteve a cargo do Hanban (Instituto Confúcio Sede), que tutela 525 Institutos Confúcio e 1115 Salas Confúcio espalhados pelo mundo. Além de ter tido a oportunidade de interagir com múltiplos colegas chineses e representan-

tes de outros Institutos Confúcio espalhados pelo mundo, tive o gosto de apresentar na conferência uma comunicação oral dentro da temática ‘*Chinese + Individualized Development Strategies*, em que tive a oportunidade de incluir a descrição de algumas das iniciativas do IC-UA.

O encerramento da conferência, a 5 de dezembro, contou com a presença do Vice-Ministro da Educação da China, Tian Xuejun. No seu discurso de encerramento, Tian Xuejun expressou o desejo de que a China e os demais países contribuam de forma sábia e pujante no sentido da promoção da comunicação e da construção conjunta da comunidade do futuro, em prol do bem da humanidade e da criação de um “futuro brilhante para os seres humanos”.

Ainda em Chengdu, sob a égide da Dalian University of Foreign Languages, estabeleceu-se um acordo de amizade e cooperação entre as seguintes instituições de ensino superior: Novosibirsk State Technical University, Okayama Shoka University, Incheon National University, EAFIT University, Yerevan Brusov State University of Languages and Social Sciences, Universidade de Brasília, University of Guyana, Universidade de Aveiro, Kore University of Enna e University of Carthage.

“Em Chengdu sente-se que os chineses têm prazer em usufruir da sua cidade de uma forma tranquila e isto acaba por contagiar os visitantes...”

M: *Foi a sua primeira viagem à China ou já lá tinha ido anteriormente?*

LC: Já tinha tido a oportunidade de ir à China outras vezes. Anteriormente, essas viagens ocorreram sempre em contextos de trabalho de investigação, dado que tenho o prazer de conhecer e interagir cientificamente com alguns colegas chineses, na área da Matemática. Entre outras consequências, tal deu-me a possibilidade de apresentar comunicações científicas em algumas universidades chinesas e de, por esta via, contactar com algumas outras regiões da China.

M: *Relativamente à sua última viagem, quais as principais mudanças que pôde observar?*

LC: É notória uma grande quantidade de mudanças ao nível das infraestruturas e ao nível da sociedade chinesa, nos últimos anos. Relevo como muito significativas as diferenças que se vislumbram a nível social e dos respetivos comportamentos humanos. Neste aspeto, saliento a grande influência que as novas tecnologias têm na vida das pessoas, nas cidades chinesas com um grande número de habitantes.

M: *Chengdu é conhecida como a terra da abundância. O que é que mais o impressionou nesta sua breve passagem pela cidade?*

LC: Realmente faz parte de uma zona da China que não conhecia e que tem aspetos diferentes dos de outras regiões. O que mais me impressionou foi a maior calma e um certo relaxamento no encarar da vida do dia a dia que encontrei nos habitantes de Chengdu. Isto, em contraponto com o que percecionei, no passado, noutras cidades chinesas. Em Chengdu sente-se que os chineses têm prazer em usufruir da sua cidade de uma forma tranquila e isto acaba por contagiar os visitantes... O usufruto dos espaços verdes por parte dos habitantes da cidade é algo que a mim me deixa sempre com um sentimento muito positivo – mas este aspeto da sociedade chinesa, que foi possível constatar em Chengdu, também se vislumbra noutras cidades. Como aspeto bastante particular (mas que serve como fator de união e coesão local), saliento o notório orgulho dos chineses de Chengdu por contribuírem para a preservação dos pandas nesta região.

M: *Uma das principais iniciativas do Presidente chinês Xi Jinping é a Iniciativa “Uma faixa, uma rota”. Qual a importância desta iniciativa, lançada no ano 2013, para a cooperação sino-portuguesa?*

LC: A iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, numa óbvia

alusão à Faixa Económica da Rota da Seda e à Rota da Seda Marítima, constitui-se —a meu ver— como uma abertura da China a todo o seu exterior. Congregando várias iniciativas, onde se incluem desde logo as infraestruturas, esta iniciativa tem o objetivo genérico de lançar parcerias e de estreitar relações de cooperação entre a China e os demais países. No fundo, a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” apresenta-se como uma proposta da China para uma abordagem cooperativa entre povos, com um amplo e significativo leque de possibilidades. Neste âmbito, parece-me evidente que a China está a dar grande ênfase às infraestruturas, como motor para a implementação de uma estratégia de reformulação do mapa económico e político mundial. Julgo ser isto fácil compreender, pois as infraestruturas facilitarão etapas de intercâmbio posteriores. Em todo o caso, não vislumbro restrições nas possibilidades de colaboração. Portanto, no que toca a Portugal, diria que também a nós nos cabe uma quota-parte de responsabilidade e de criatividade para participar de forma mais alargada na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”. Se quiser um exemplo um pouco mais concreto, diria que dentro desta Iniciativa muito se pode fazer nas trocas culturais sino-portuguesas.

M: *Que papel positivo acha que o Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (IC-UA) pode desempenhar nos intercâmbios culturais entre Portugal e a China?*

LC: Penso que o IC-UA está em excelentes condições para continuar a contribuir para o estreitar das relações culturais sino-portuguesas. Uma das vias óbvias que poderá potenciar ainda mais este estreitamento tem que ver com o intercâmbio e a partilha de experiências entre os académicos de cada país. Adicionalmente, poderá continuar a inovar na introdução de ações junto da população da região, no sentido de aumentar o conhecimento sobre as culturas lusófona e chinesa, aproveitando ao mesmo tempo para (direta ou indiretamente) valorizar as raízes e os recursos culturais de Portugal.

M: *Em 2018, aquando da sua visita a Chengdu, o IC-UA ganhou o prémio de “Instituto Confúcio do Ano”, que muito se deve ao forte apoio concedido pela Universidade de Aveiro.*

De que modo pensa que a cooperação do Instituto Confúcio com os diferentes departamentos da Universidade pode ser reforçada?

LC: De facto, foi com muito gosto que em Chengdu, na tarde de dia 5 de dezembro de 2018, o IC-UA recebeu

“...o IC-UA recebeu o Prémio de Melhor Confúcio do Ano [...], atendendo à sua profícua e diversificada atividade, bem como ao dinamismo de todos os seus recursos humanos...”



Prémio Confúcio do ano 2018 (Chengdu)



o Prémio de Melhor Confúcio do Ano, prémio este, aliás, absolutamente justo e justificado, atendendo à sua profícuca e diversificada atividade, bem como ao dinamismo de todos os seus recursos humanos, com especial ênfase para as pessoas da respetiva direção, Dra. Guo Zhiyan e Prof. Carlos Morais. Ao nível interno da UA, julgo que o IC-UA poderá ser ainda mais dinâmico ao juntar diferentes

“Penso que o IC-UA se deverá pautar por uma partilha e cooperação com toda a região, não só ao nível do ensino de mandarim e da promoção da cultura chinesa, mas também num reforço da identificação de elos de ligação entre a cultura portuguesa e a cultura chinesa.”

unidades orgânicas da UA nas suas atividades anuais. Diria que o IC-UA poderá ser até um elo de união e motivação adicional para ações conjuntas das diferentes unidades orgânicas. Já tive a oportunidade de conversar em detalhe com o Prof. Carlos Morais sobre este aspeto, parecendo-me que ele possui ideias muito interessantes para o futuro e que vão ao encontro do que acabo de referir.

M: O IC-UA tem já um rico historial de cooperação com os municípios da região (S. João da Madeira, Espinho, Estarreja, Águeda, Aveiro) no desenvolvimento de atividades de ensino de mandarim e de promoção da cultura chinesa. Acha que esta cooperação ajuda a reforçar o papel da Universidade como agente dinamizador da região?

LC: Penso que o IC-UA se deverá pautar por uma partilha e cooperação, com toda a região, não só ao nível do ensino de mandarim e da promoção da cultura chinesa mas também num reforço da identificação de elos de ligação entre a cultura portuguesa e a cultura chinesa. Julgo que este será um elemento chave para elevar ainda mais as valências do IC-UA e o transformar num verdadeiro canal com dois sentidos de partilha cultural sino-portuguesa.

Obviamente que para a UA, tal se enquadra num dos seus objetivos estratégicos e que passa por possuir um grande envolvimento e intervenção na região onde a UA se insere.

M: O Sr. Vice-reitor Luís Castro passou a ser membro da recém-criada Associação dos Amigos do Instituto Confúcio, o que muito nos honra. Que atividades espera que o IC-UA desenvolva para ter um papel mais ativo no seio da Universidade e da região?

LC: Penso que o IC-UA se deverá pautar por uma partilha e cooperação com toda a região, não só ao nível do ensino de mandarim e da promoção da cultura chinesa, mas também num reforço da identificação de elos de ligação entre a cultura portuguesa e a cultura chinesa. Julgo que este será um elemento-chave para elevar ainda mais as valências do IC-UA e o transformar num verdadeiro canal com dois sentidos de partilha cultural sino-portuguesa. Obviamente que tal se enquadra num dos seus objetivos estratégicos da UA, que passa por possuir um grande envolvimento e intervenção na região em que nos inserimos.

M: O Sr. Vice-reitor Luís Castro passou a ser membro da Associação dos Amigos do Instituto Confúcio, o que muito nos honra. Que atividades espera que o IC-UA desenvolva para ter um papel mais ativo no seio da Universidade e da região?

LC: A honra é toda minha em ter sido considerado membro da Associação dos Amigos do Instituto Confúcio (e, ainda por cima, tendo-me sido atribuído o número redondo 1000). Com o dinamismo que o IC-UA tem tido, fica difícil apontar ainda mais atividades a realizar. Em todo o caso, conforme referi antes, no âmbito da UA, parece-me que o IC-UA poderá ter um papel ainda mais alargado na Comunidade UA e, ao mesmo tempo, constituir-se como um elemento agregador de atividades múltiplas a desenvolver conjuntamente por diversas unidades orgânicas. Na região, espero que tenha um ainda maior envolvimento no âmbito da divulgação das culturas sino-portuguesas. Estou certo de que tanto a Dra. Guo Zhiyan como o Prof. Carlos Morais possuem a determinação e a motivação para continuar a fazer crescer o IC-UA no sentido acabado de referir. ■

- 
- A close-up photograph of a fountain pen nib writing on a document. The pen is silver and black, with the nib tip touching the paper. The document has some handwritten text in black ink. A large, semi-transparent pink rectangle is overlaid on the image, covering the central part of the pen and the document. The background is dark and out of focus.
- Impressões de Macau
 - Pós-Manchúria



亲历见闻

TESTEMUNHOS

Impressões de Macau

澳门印象

Matilde Paula Bernardo
Bolsista de investigação IC-UA (2018-2019)



Antes de partir para Macau, o conhecimento de que dispunha sobre o território que me iria acolher limitava-se ao simples entendimento geral de se tratar de um importante entreposto comercial e cultural entre a China e a Europa, que fora administrado por portugueses durante mais de 400 anos e de, atualmente, ser mais conhecida por “Las Vegas da Ásia”. Sabia também que nesta região se falava maioritariamente o dialeto cantonês (apesar de as línguas oficiais serem o mandarim e o português) e se escrevia ainda com caracteres tradicionais. Ora, sendo eu aluna da licenciatura em Tradução e Interpretação Português/Chinês–Chinês/Português, a aprender o “chinês” que, na prática, era o mandarim padrão, baseado no dialeto falado em Pequim (e que eu ainda mal dominava!), esta ida para a capital do jogo era, no mínimo, um indício de um ano rico em peripécias e aventuras.

Com o passar dos dias, fui-me apercebendo da riqueza deste secular ponto de encontro entre as culturas ocidentais e orientais, visível não só na fusão de estilos arquitetónicos da cidade, com todas as suas formas verticais e as suas luzes, lustrosos hotéis e casinos que se erguem em cada esquina, mas também na “gastronomia de fusão” macaense, nascida da mistura de ingredientes e especiarias locais que os portugueses na era dos Descobrimentos recolhiam – por exemplo, de Malaca, da Índia e de Moçambique – e usavam, na tentativa de recriar pratos portugueses.

Contudo, confesso que foi ao pisar a calçada portuguesa e ao ler os nomes das ruas, escritos na língua de Camões, que fiquei rendida a esta terra e percebi que, por mais anos que passem, uma parte de mim ficaria para sempre vinculada a esta pequena e especial península, este antigo lugar onde tantos portugueses, antes de mim, foram simultaneamente heróis e vilões, amados e odiados. Apesar do constante desconforto climatérico, originado pela humidade do ar e pelo calor do vento, só tenho a lamentar as ocasiões (perdidas) em que não deambulei pelo miradouro da Fortaleza da Guia, pela Doca dos Pescadores, pelos jardins, pelos templos de A-Má e de Pak Tai (entre tantos outros!), pelas ilhas da Taipa e de Coloane, ligadas por aterros, com a pitoresca Vila da Taipa, os trilhos pedestres de Coloane, a Praia de areia preta de Hác Sá, num estado pleno de harmonia com a natureza que, por uns instantes, tornava possível atenuar o frenesim característico desta cidade.

Destaco ainda a importância das oportunidades profissionais que se proporcionaram pela estada neste território, devido à parceria que o Instituto Politécnico de Leiria mantém com o Instituto Politécnico de Macau e com a Universidade de Línguas e Culturas de Pequim (que me permitiu estudar na capital da China no ano anterior), com a possibilidade de participação, como tradutora/intérprete, no Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e na Feira

“...ao pisar a calçada portuguesa e ao ler os nomes das ruas, escritos na língua de Camões, [...] fiquei rendida a esta terra e percebi que, por mais anos que passem, uma parte de mim ficaria para sempre vinculada a esta pequena e especial península.”

Internacional de Macau, oportunidades essenciais para poder pôr em prática e aperfeiçoar competências e técnicas de tradução e de interpretação, bem como para compreender, na prática, o papel desempenhado por Macau como ponte entre todos estes países.

Como diz o provérbio chinês 百闻不如一见, *é melhor ver uma coisa do que ouvir falar cem vezes*, ao articular esta experiência com a aprendizagem teórico-prática da tradução, não só aprendi que este ofício vai para além da simples transposição de textos numa língua de partida para uma língua de chegada, mas também que se trata de um processo bastante complexo de interpretação do texto original e de moldagem, tendo em conta as estruturas linguísticas, o contexto e a cultura onde o novo texto, a tradução propriamente dita, vai ser inserida. Compreendi que a tradução está para as diferentes línguas como Macau está para os diferentes países e que a cultura, como elemento integrante e compartilhado entre os dois, é incontornável em todo este processo. E que o papel central de Macau na aproximação entre as culturas portuguesa e chinesa coincide em pleno com este trabalho ambicioso, mas possível, de difundir textos chineses em Portugal e textos portugueses na China.

Por último, na Ásia, onde tudo é relativamente diferente e todos estamos *apenas por uns tempos* (frase que mais vezes ouvi por parte de expatriados na China), o que importa realmente é viver, conviver e partilhar, aprendendo e apreendendo a linguagem universal que nos liga como seres humanos, numa tentativa contínua de equilíbrio transversal entre origens, crenças, estatutos e designios.

Poder fazer parte e contribuir para a história dos portugueses no Oriente pode não ser uma empreitada inédita, mas é, indiscutivelmente, uma responsabilidade que deve ser encarada com devoção, perseverança e seriedade, algo que recomendo sempre, sobretudo a portugueses que vão conhecer Macau. Que se encham de orgulho ao passar pelo Casino Lisboa e se surpreendam ao reparar no *Grand Lisboa* mesmo ao seu lado. Que não sejam preconceituosos e provem os pastéis de nata que, apesar de não terem o sabor genuíno daqueles que se vendem em Portugal, nos aproximam um pouco das nossas raízes, num reconforto de consolação. ■

Pós-Manchúria

后东北生活时代

André Saraiva Santos
Professor na Universidade de Jilin

Tenho a sensação de que um português que viveu na China não volta ao país da mesma maneira que entrou. Nem que seja na quebra de uns quantos estereótipos seculares que se idealizaram em volta do objeto socialmente construído e engendrado do indivíduo “chinês”. Colocando os pés naquele país, o mito vai-se corroendo a pouco e pouco. Apercebemo-nos do quão distantes estamos de entender, interpretar, analisar realidades individuais e coletivas daquele extenso país. Ainda hoje me pergunto onde fomos socialmente elaborar concepções tão obtusas relativamente ao “chinês”, a começar pela tonalidade da sua pele e a acabar nos seus hábitos alimentares, por exemplo. Posso estar redondamente enganado. Contudo, nas minhas caminhadas de três anos pelo Norte da China (de facto, ainda estou longe da meta do professor Graça Abreu que percorreu todas as províncias), vislumbrei tonalidades cromáticas para todos os gostos, desde a pele mais aleitada à morena mais carregada. E o amarelo, sinceramente, ainda estou por descobrir. Talvez um dia. É bom que se caminhe pelas ruas e vielas das cidades e vilas e se descubra os psicadélicos reclames luminosos dos restaurantes em escrita árabe, que pertencem à minoria étnica Uigur, com uma aparência que em nada se enquadra no tal estereótipo do indivíduo “chinês”, mas que são portadores da nacionalidade chinesa, que na sua maioria praticam os ensinamentos do Alcorão, e mesmo aqueles que não o praticam, desprezam e repugnam o consumo de carne de porco ou de cão (esta última popularizada na Manchúria pelos indivíduos de etnia coreana). E poderíamos mencionar outros “exemplares” étnicos (os próprios russos!) para desconstruir esse imaginário tão limitado e incapaz que “nos” atravessa socialmente. É por essa razão que ainda hoje me revelo céptico face àquela ideia romântica (dita não tão raras vezes) que é possível “conhecer bem” os chineses. Quanto mais interagimos com estas dimensões identitárias múltiplas e com estes indivíduos de

backgrounds diferenciados, menos certezas temos e com mais dúvidas ficamos. E não estou com isto a tentar passar uma ideia negativa do processo, mas sim a sublinhar que a China é lar de imensas identidades étnicas e é isso que a torna tão plural e rica, mas ao mesmo tempo, extremamente difícil, por vezes impossível, de aglomerar e rotular.

Apresentarei neste pequeno espaço um pequeno contraste de sensações que, constantemente, se emaranharam no meu quotidiano.

Pessoalmente, encontrei na Manchúria uma sensação

“...a China é lar de imensas identidades étnicas e é isso que a torna tão plural e rica.”

de liberdade comercial que, possivelmente, jamais encontrarei em Portugal, onde impera a burocracia, a fiscalização, os organismos que taxam e nos retiram toda a vontade de começar qualquer empreendimento. Tens umas nabiças a mais no quintal, queres montar uma barraca na Praça, que é onde anda toda a freguesia, e logo te deparas com... e a licença de cedência do espaço? E o certificado da ASAE? E o comprovativo de pagamento da taxa X ou Y? E o livro de reclamações? A trabalhadeira com que nos deparamos para fazer uma simples venda, na Manchúria é um “toma lá-paga lá” instantâneo. Vendedor e consumidor estão em

total liberdade de ação, numa espécie de “queres, queres, não queres, há mais quem queira.” Sempre que pensas nalguma forma de te desvencilhares economicamente, não tens um mecanismo decepador de todo o teu empreendedorismo, podes pôr tudo em prática na hora, mesmo com os meios mais primitivos à disposição. Talvez por essa razão eu ainda continue a afirmar que é lá onde reside a “terra das oportunidades”. A oportunidade está ao virar da esquina, nem que seja a vender melancias em cima de uma carroça puxada por um burro. E este cenário leva-me, inevitavelmente, a falar da tecnologia e da minha perplexidade de a ver usada por todas as faixas etárias no comércio de rua. Vários “tiozinhos” sexagenários (quicá mais velhos) vêm para as ruas, interagindo com os consumidores, enquanto os seus altifalantes repetem as mesmas frases a respeito das mercadorias que vendem em modo non-stop, utilizando tecnologia móvel para fazer os seus inúmeros negócios. As carroças dos burritos munidas de um código QR que permite fazer transferências bancárias com o telemóvel, aquela rudimentaridade agrícola associada à mais desenvolvida tecnologia, na posse da terceira idade, fez-me pensar que, sem dúvida, uma outra vida é possível quando as artroses começarem a chatear. Em sintonia com a ideia de liberdade, está a forma de condução rodoviária da Manchúria. O que eu entendia, no meu primeiro ano, como um caos (veja-se a quantidade de regras que estamos obrigados a obedecer todos os dias nas estradas portuguesas) é apenas outra forma de movimentação e de ordem, à qual não estava habituado, e provavelmente até mais descomplicada e simplista. Por exemplo, imagine-se que todos os carros têm de parar sempre que um manchuriano tem de atravessar uma passadeira. Quantos constrangimentos, quantos engarrafamentos isso não causaria? És peão, tens duas escolhas: ou esperas pelo semáforo, ou fazes *jaywalking*. Tu é que sabes o que é melhor para a tua saúde.

No que respeita à minha experiência laboral na Manchúria, penso que esta teve um impacto profundo na forma de me organizar e de resolver imbróglis. Pontualidade é algo com que não se brinca. Vir com a ideia dos 15 minutos académicos, da tolerância benevolente do anfitrião ou

do companheiro, é para esquecer. A aula começa às oito e termina às dez, tudo em cima dos ponteiros do relógio. E todos os semestres há resmas de papelada para ser despachada, de forma pré-concebida, sistemática, que não se desvia do padrão de resolução. Em poucas semanas, tornas-te num apêndice do grande motor burocrático, num *minion* que faz voar 30 páginas de relatórios para a mesa do diretor. Muitas vezes perguntava-me: Para que é que isto serve? Ninguém sabe, ninguém questiona. A máquina manda.

O coletivismo domina. A vontade individual dos *minions* conta pouco ou nada, e a discussão de ideias diferentes é, na maior parte das vezes, uma amálgama sonora improdutiva e irrelevante, perante as diretrizes superiores. Muitas vezes assistimos ao sacrifício do individual em prol do todo. Se se determina que os professores de um determinado departamento devem realizar um espetáculo para toda a universidade, não há desculpas, não há escapatória, por muito trôpegas que sejam as suas capacidades e que elas possam arruinar a *performance*. Mesmo que um outro departamento tenha, por exemplo, um professor muito mais capacitado em dança, com uma eventual passagem pelo *ballet* de Moscovo, são os professores aos quais foi incumbida a tarefa que devem preparar o espetáculo. Afinal, qual é a razão? “Porque sim, foi o que disseram lá em cima”. Mas também é esta participação “voluntária” do coletivo que torna a montagem dos aparatos necessários para uma Feira Internacional da Cultura no campus da universidade num processo exequível e rápido.

Nunca me irei esquecer do esforço laboral dos “exércitos” de estudantes na limpeza da neve e do gelo de todos os caminhos da universidade com pás e marretas, quando lá fora os termómetros cheios de estalactites registam temperaturas entre os -20°C e os -28°C. Seria isso alguma vez possível por estes lados? ■

- 
- Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro: seis anos de intensa atividade, nos domínios do ensino, da cultura e da investigação



新闻

NOTÍCIAS

Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro:

seis anos de intensa atividade, nos domínios do ensino, da cultura e da investigação

阿威罗大学孔子学院：科研、教学、文化推广的六年之旅

Carlos Morais
Diretor do IC-UA

Ao longo dos seus seis anos de existência (2015-2021), o Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (IC-UA) foi um agente facilitador de contactos com universidades chinesas, desenvolveu várias iniciativas em articulação com alguns departamentos da universidade, estabeleceu parcerias com as câmaras municipais da região, conseguiu um aumento crescente e sustentado do número de projetos de ensino de mandarim, bem como do número de atividades de divulgação da cultura chinesa dentro e fora da Universidade (sempre numa perspectiva multicultural e transdisciplinar), através de três vertentes devidamente articuladas e adequadas ao contexto português:

- a) ensino da língua;
- b) divulgação e promoção da cultura chinesa;
- c) investigação e disseminação do conhecimento sinológico.

No que respeita ao ensino da língua, são mais de 2000 os alunos que, todos os anos, estudam mandarim, com a coordenação didático-pedagógica do IC-UA. Distribuídos por mais de 100 turmas de cinco concelhos do distrito de Aveiro (S. João da Madeira, Espinho, Estarreja, Aveiro e Águeda), este projeto inovador abrange alunos desde o 3.º ano de escolaridade (com 8 anos) até alunos universitários de licenciatura e de mestrado.

Neste âmbito, deve fazer-se referência ainda ao ensino das Artes Marciais no Colégio de D. José I e no Centro de Infância, Arte e Qualidade (CIAQ), bem como à formação de professores, à realização de exames de proficiência em língua chinesa (HSK, HSKK, YCT) e à publicação de manuais didático-pedagógicos específicos para estudantes portugueses.

Todas estas atividades de ensino da língua são complementadas por atividades de divulgação e promoção da cultura chinesa, desenvolvidas em parceria com as Câmaras Municipais da região, com as escolas, com os diferen-



Festival do Dragão

tes departamentos da Universidade e com a Embaixada da China em Portugal. Algumas delas, como as celebrações do Ano Novo chinês e do Festival do barco-dragão no canal central da ria de Aveiro, fazem já parte do programa cultural da cidade de Aveiro. Mas outros momentos festivos, como o Festival das Lanternas, a Festa da Lua ou a celebração do Dia Internacional dos Institutos Confúcio nunca são esquecidos. Todas estas atividades incluem mostras de caligrafia e de trajes tradicionais chineses, demonstrações de artes marciais, espetáculos de música e de dança e são quase sempre abrilhantadas com a dança do dragão, executada pelo *Yin Lóng – IC-UA Demo Team*, a equipa de artes marciais do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro.

Neste âmbito, merecem também referência as dezoito exposições já realizadas, das quais destacamos a recente exposição “Portugal no Oriente”, a exposição de porcelana chinesa, integrada na XIV Bienal de Cerâmica Artística de Aveiro, as exposições sobre a iniciativa “Uma faixa, uma rota”, sobre cartografia antiga de Macau, bem como a exposição “Cartografia dos caminhos”, realizada em parce-

ria com o Instituto Confúcio de Madrid, que comparava a iconografia e os monumentos religiosos da Antiga Rota da Seda com a monumentalidade religiosa do românico, ao longo dos caminhos de Santiago, na Península Ibérica. De grande impacto foi também a Exposição de Literatura Infantil chinesa, exibida em várias cidades de Portugal e muitas vezes acompanhada por espetáculos de teatro de sombras, uma estrutura construída de raiz no IC-UA. Ainda no domínio das artes, são de referir também os vários espetáculos proporcionados por grupos oriundos da China, uma mostra de cinema chinês, um concurso de artes e as muitas competições em que participou, com grande sucesso competitivo, o grupo de artes marciais *Yin Long – IC-UA Demo Team*.

Muitas das exposições, acima referidas, inserem-se também na terceira vertente dedicada à investigação e à disseminação do conhecimento sinológico. Neste capítulo em particular, o IC-UA promoveu conferências sobre Arte e Design na China (Luo Qi), sobre Literatura Chinesa (Wang Ning), sobre música (Han Mei), sobre economia (Li Shi), sobre porcelana chinesa e a importância de Portugal na sua divulgação pela Europa, bem como dois Colóquios sobre a China e as relações culturais e comerciais, dois Congressos Internacionais, que já são uma referência, dedicados aos “Diálogos Interculturais Portugal-China” e, já em 2021, dois ciclos de conferências intitulados “Rotas a Oriente” e “Portugal no Oriente”.

Em reconhecimento de todo este seu dinamismo, o IC-UA recebeu cinco prémios: o “Prémio de Mérito Cultural”, atribuído pela Liga dos Chineses em Portugal (Póvoa de Varzim, 2017), o “Prémio de Melhor Criativo”, no 11.º Concurso de Proficiência em Chinês para Estudantes Estrangeiros do Ensino Secundário (Kunming, 2018), o Prémio Instituto Confúcio do Ano (Chengdu, 2018), o Prémio Diretor do ano (Changsha, 2019) e o Prémio “Professores voluntários de excelência” (2020).

Do desenvolvimento de cada uma destas três vertentes resultaram várias publicações que apresentamos no capítulo seguinte. ■



Prémio Diretor do Ano



Prémio Melhor Criativo



Grupo de Artes Marciais

PUBLICAÇÕES

出版物

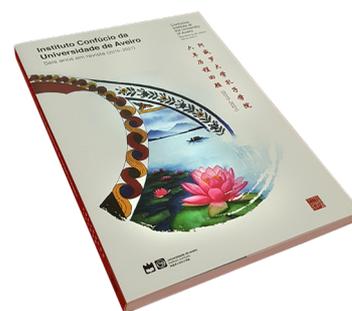
Entre 2018 e 2021, o Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (IC-UA) publicou sete livros e duas revistas, que abrangem as três vertentes da sua ação: ensino da língua; divulgação e promoção da cultura chinesa; investigação e disseminação do conhecimento sinológico.

IC-UA: seis anos em revista (2015-2021)

Com uma apresentação simples e apelativa, este livro, através de fotografias, de cartazes e de referências a locais e a datas, faz a síntese de todas as atividades do IC-UA (ensino, divulgação da cultura, investigação e publicações), desenvolvidas entre 2015 e 2021, e salienta os prémios recebidos pelo IC-UA, em resultado do seu trabalho em prol da divulgação da língua e da cultura chinesas.

Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/31216>

Morais, C., Guo, Zh., Han, Y. et al. (Eds.). (2021). *IC-UA: seis anos em revista (2015-2021)*. Aveiro: UA Editora.



Diálogos Interculturais Portugal-China 1 e 2

O primeiro livro reúne 43 estudos de investigadores portugueses e chineses, nos domínios das relações políticas e económicas, da história, da cultura, da literatura, da tradução, das artes e do ensino das línguas, distribuídos por duas partes: I. Rotas de aproximação (pp. 11-346); II. Línguas e artes em diálogo (pp. 347-624).

Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/25744>

Morais, C., Cheng, C. et al. (Eds.). (2018). *Diálogos Interculturais Portugal China 1*. Aveiro: UA Editora.



Contando com o apoio decisivo do Instituto Internacional de Macau, o segundo livro dedicado aos Diálogos Interculturais Portugal-China apresenta-se dividido em dois volumes. O primeiro volume, intitulado “Rotas e raízes de um diálogo distante”, reúne 27 estudos de investigadores portugueses e chineses, nos domínios da história, da cultura, da Iniciativa “Uma faixa, uma rota” e das relações políticas e económicas. O segundo volume, intitulado “Literaturas, artes e línguas em diálogo”, reúne 31 estudos de investigadores portugueses e chineses, nos domínios da literatura, da tradução, das artes e do ensino das línguas.

Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/32440>

Morais, C., Guo, Zh. et al. (Eds.). (2021). *Diálogos Interculturais Portugal China 2. Vol. 1: Rotas e raízes de um diálogo distante; Vol. 2: Literaturas, artes e línguas em diálogo*. Aveiro: UA Editora.



Gramática de Língua Chinesa para Falantes de Português

Esta gramática – a primeira redigida em português e publicada em Portugal – apresenta, de forma sistemática e concisa, a história das mais importantes línguas usadas na China, a evolução da escrita chinesa, a atual situação linguística no país e os aspetos linguísticos essenciais e característicos do Mandarim, dando especial ênfase à explicação dos tópicos gramaticais que suscitam maiores dificuldades durante o processo de ensino-aprendizagem.

Ran, M., Morais, C., Pereira, U. (2019). *Gramática de Língua Chinesa para Falantes de Português*. Aveiro: UA Editora.



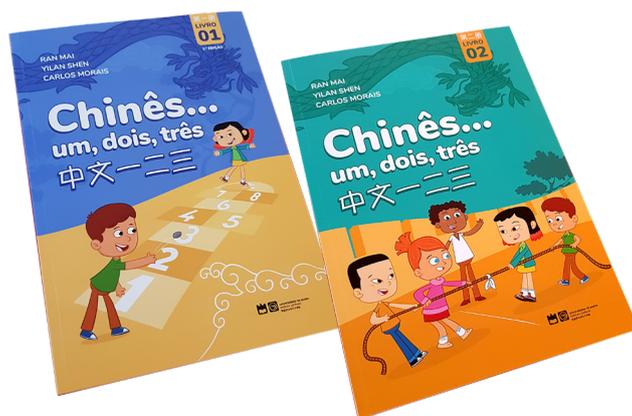
Chinês... um, dois, três (livros 1 e 2)

Estes são os dois primeiros livros do manual *Chinês... Um, Dois, Três*, que foram pensados e desenhados para os alunos portugueses do ensino básico que frequentam o projeto de ensino de Mandarim nas escolas do ensino básico, com uma carga horária de uma hora por semana, ainda que possam ser usados também por outros aprendentes.

Todos os livros apresentam a mesma estrutura. Depois de um breve capítulo introdutório, temos a parte nuclear dedicada ao ensino e aprendizagem da Língua Chinesa, que se distribui por quatro unidades, tendo cada unidade três lições de conteúdos novos e uma de revisão. Segue-se a parte dedicada à Cultura, com seis unidades temáticas, uma síntese das regras gramaticais abordadas e um vocabulário bilingue (Português - Chinês e Chinês - Português) com as palavras estudadas. Os livros incluem ainda canções e jogos didáticos de tabuleiro.

Registe-se ainda que este manual procura promover o estabelecimento de pontes com outras componentes do currículo do ensino básico português (Matemática, Estudo do Meio, Português e Expressões Artísticas).

Ran, M., Yilan, Sh, Morais, C. (2020). *Chinês... um, dois, três (livro 1)*. Aveiro: UA Editora.



Ran, M., Yilan, Sh, Morais, C. (2021). *Chinês... um, dois, três (livro 2)*. Aveiro: UA Editora.

Rotas a Oriente. Revista de estudos sino-portugueses

Esta revista é coeditada pela Universidade de Aveiro, através do seu Instituto Confúcio, e pela Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian (R. P. China), com o objetivo de promover a publicação de investigação científica no âmbito dos estudos sino-portugueses.

Com periodicidade anual e livre acesso, a revista está aberta a contribuições relativas a estudos sino-portugueses, no âmbito das seguintes áreas: Literatura, Linguística, Tradução, Ensino e aprendizagem do português e do chinês como línguas não maternas, Artes, História das relações sino-portuguesas, Estudos interculturais e Iniciativa “Uma faixa, uma Rota”.

Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rotasaorient>

ISSN: 2184-9900
e-ISSN: 2795-4080



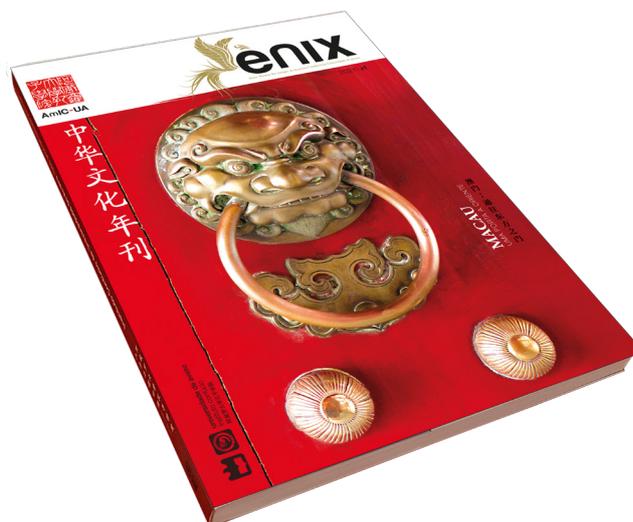
Fénix. Revista dos Amigos do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro

O propósito desta publicação é dar a conhecer a um público não especializado aspetos da história, da cultura, da economia, da língua, da literatura e das artes chinesas, bem como as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (IC-UA).

Cada número desta revista anual e de acesso aberto – a primeira do género em Portugal – será dedicado a uma região ou a uma cidade da China e contará com o contributo de autores portugueses e chineses, convidados para escrever sobre diferentes tópicos relacionados com a temática central da publicação.

Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/fenix>

ISSN: 2184-5123
e-ISSN: 2795-420X



INFORMAÇÕES ÚTEIS

重要资讯

Cursos livres de Chinês

汉语课

O Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro oferece à comunidade em geral cursos livres de Chinês anuais, que permitem aceder aos exames de proficiência de língua chinesa (HSK, HSKK, YCT – ver abaixo).

Estes cursos são ministrados em regime misto (presencial e *online*) e estão estruturados em vários níveis: Chinês para crianças e Chinês de iniciação, intermédio, avançado e superior.

Para mais informações, consultar <https://www.ua.pt/pt/iconfucio/cursos-livres-de-mandarim>



CENTER FOR LANGUAGE
EDUCATION AND COOPERATION
教育部中外语言交流合作中心

Bolsas de formação de professores de Chinês Língua Estrangeira

国际中文教师奖学金

A fim de formar professores altamente qualificados para o ensino da língua chinesa e promover a divulgação da língua e da cultura chinesas no mundo, o Centro de Educação e Cooperação em Línguas (China), através do Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro, oferece anualmente várias bolsas: Bolsas de Doutoramento em Ensino Internacional de Chinês (4 anos), Bolsas de Mestrado em Ensino Internacional de Chinês (2 anos), Bolsas de Licenciatura em Ensino Internacional de Chinês (4 anos), Bolsas de estudo de um ano, Bolsas de estudo de um semestre, Bolsas de estudo de quatro semanas e Bolsas de formação de cooperação.

Sobre os prazos de candidatura, condições de acesso e outras informações importantes, consultar <https://www.ua.pt/pt/iconfucio/bolsas>

Exames de certificação de proficiência em Chinês

汉语水平考试

O Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro organiza, ao longo do ano civil e de acordo com um calendário pré-estabelecido, exames internacionais de língua chinesa, distribuídos pelas seguintes categorias: HSK (com nove níveis), HSKK (com três níveis) e YCT (com quatro níveis).

Para mais informações sobre o calendário de exames, inscrição e pagamento, consultar <https://www.ua.pt/pt/iconfucio/calendario-de-exames>



IC-UA: uma janela com vistas para a China
阿威罗大学孔子学院：了解中国之窗



AmlC-UA



universidade de aveiro
instituto confúcio
阿威罗大学孔子学院